

ORG.
RITA IPPOLITO



PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE PÃO DE AÇÚCAR - AL



Plano Municipal da Primeira Infância de Pão de Açúcar – AL

*Uma agenda pública inovadora, intersetorial e participativa
para garantir os direitos do desenvolvimento integral e
sustentável das crianças de Pão de Açúcar*

Comitê Gestor intersetorial da Política Municipal integrada
pela primeira infância do município de Pão de Açúcar.

Coordenação e Articulação

ANA DAYSE REZENDE DÓREA
MARIA DAS GRAÇAS CORREIA DOS SANTOS
RITA IPPOLITO

Organização e autoria

RITA IPPOLITO

Elaboração dos Mapas dos Serviços Públicos

JAÍLTON SILVA MATOS

Projeto Gráfico

GABRIELE SCIORTINO

Fotografias

JOSÉ RODRIGUES
FELIPE SENA

Diagramação

PAULA EDITORAÇÕES

Consultoria

GAIA PROJETOS SOCIAIS E AUDIOVISUAIS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pão de Açúcar (AL). Prefeitura
Plano municipal da primeira infância de Pão de Açúcar - AL [livro eletrônico] : uma agenda pública inovadora, intersetorial e participativa para garantir os direitos do desenvolvimento integral e sustentável das crianças de Pão de Açúcar / Pão de Açúcar (AL). Prefeitura ; organização Rita Ippolito.
-- Pão de Açúcar, AL : Paula Editorações, 2024.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85841-40-5

1. Crianças - Desenvolvimento 2. Crianças - Educação 3. Crianças - Saúde 4. Proteção à infância 5. Serviço social I. Ippolito, Rita. II. Título.

24-197977

CDD-362.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção à criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade : Problemas sociais 362.76

PREFEITURA DE PÃO DE AÇUCAR
ALAGOAS

JORGE SILVA DANTAS

Prefeito de Pão de Açucar

ERALDO JOÃO CRUZ ALMEIDA

Vice-Prefeito

ADRIANA SOUZA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Educação

AUGUSTO CESAR ANDRADE CRUZ JÚNIOR

Secretário Municipal de Saúde

ROGÉRIA COSTA TOJAL DOS ANJOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

WALESKA NOBRE CAJAZEIRA

Secretária Municipal de Finanças

RAMON SANTOS CARVALHO

Secretário Municipal de Administração e Gestão do Planejamento

SERGIO BARBOSA DOS ANJOS CORREIA

Secretário de Urbanismo e Serviço Público

ANTÔNIO VIEIRA DANTAS

Secretário Municipal de Infraestrutura

WELLINGTON GUIMARÃES RODRIGUES

Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

GEOVÂNIO FONSECA SANTOS

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

MARCOS ANDRÉ MONTEIRO TORRES

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Comunicação

AUTORES E AUTORAS

RAMON SANTOS CARVALHO - Secretaria Municipal de Administração

EDSON RODRIGUES PEREIRA - Secretaria Municipal de Saúde

MARIA BETÂNIA RODRIGUES LEITE - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

GEOVÂNIO FONSECA SANTOS - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

JOÃO KELVIN MAIA DOS SANTOS - Secretaria Municipal de Educação

IGOR LUIZ RODRIGUES - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

SÉRGIO BARBOSA DOS ANJOS CORREIA - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos

WELLINGTON GUIMARÃES RODRIGUES - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MANOEL MESSIAS BARROSO JÚNIOR - Conselho Tutelar

ADRIANA SOUZA CORREIA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

MARIA DAS GRAÇAS CORREIA DOS SANTOS – Articuladora Selo UNICEF

VALESKA OLIVEIRA CARDOSO - Conselho Municipal de Educação

JAILTON DA SILVA MATTOS – Coordenador do e-SUS

DYEGO CORREIA SILVA - Poder Legislativo

NOSSOS AGRADECIMENTOS

Soraya Maria Omena Mendes Dantas – Primeira-Dama do município de Pão de Açúcar

Um agradecimento especial a todos os Diretores, Coordenadores, Professores, Funcionários das creches e pré-escolas da Rede municipal de educação de Pão de Açúcar, a todos os técnicos e equipes das secretarias do Município.

Sheyla Sibelly Gomes Pereira. “Hino Nacional Brasileiro”. Apresentação na cerimônia de abertura da Audiência Pública do Plano Municipal da Primeira Infância do município de Pão de Açúcar.

Geovanna Antonella Silva Santos. Saudação de “boas-vindas” Audiência Pública do Plano Municipal da Primeira Infância do município de Pão de Açúcar.

Yasmin Oliveira – Comunicação. Pão de Açúcar

Banda de Pífanos da Unidade Municipal de Ensino José Gonçalves de Andrade, sob o comando dos mestres Elias e João. Pão de Açúcar

Grupo Afoxé, da Escola Municipal de Ensino Joaquim Fonseca. Pão de Açúcar

Isabel Gomes Pereira. Proposta, “Parque Ecológico”. Povoado Impoeiras. Pão de Açúcar

João Batista dos Santos. Presidente da Câmara de Vereadores. Pão de Açúcar

Academia de Letras de Pão de Açúcar. Giuseppe Ribeiro Gomes da Silva

Maria das Graças Correia dos Santos. Articuladora Local Selo UNICEF

Gestores e lideranças do município de Pão de Açúcar

Membros da equipe de construção do Plano Municipal da Primeira Infância Pão de Açúcar

“Stakeholders” participantes da discussão e com fornecimento de insights ao longo do processo de construção

Sociedade Civil Organizada Quilombolas. Chifre do Bode. Poço do Sal. Porção

Associações de Classe. NUDEC

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares de Pão de Açúcar

Conselhos Municipais. Saúde, Educação. Assistência Social. Da criança e do Adolescente. Tutelar. Pão de Açúcar

Colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, nesse processo.

SUMÁRIO

Apresentação	8
Prólogo	11
Introdução: Se mudarmos o início da história, nós mudamos toda a história.....	18
O processo de construção do PMPIPA	25
Diagnóstico da Primeira Infância de Pão de Açúcar	30
Os quatro grandes eixos dos direitos para o desenvolvimento integral e integrado da Primeira Infância de Pão de Açúcar	
EIXO 1 – Do Direito à Educação Inclusiva com Equidade	44
EIXO 2 – Do Direito à Saúde Integral de Criança	69
EIXO 3 – Do Direito à Proteção e à Segurança	94
EIXO 4 – Do Direito à Cultura, ao Esporte, às brincadeiras, ao meio ambiente, ao espaço urbano	118
• Do Direito à Cultura.....	122
• Do Direito ao Esporte e às atividades ao ar livre e ao movimento..	127
• Do Direito à Natureza e ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado.....	137
• Do Direito à cidade, aos espaços públicos cuidados e seguros...	147
Planos de Metas e Estratégias	156
Intersetorialidade, Parcerias e Monitoramento	188
Considerações Finais	191
Referências	196
Anexo Portaria GP n.371/2023.....	202

Apresentação

Investir na primeira infância não é apenas uma prioridade da nossa administração, mas uma responsabilidade que todos nós compartilhamos. A fase inicial da vida de uma criança é um período de crescimento, aprendizado e desenvolvimento que estabelece as bases para todo o seu futuro. Estudos e pesquisas têm demonstrado repetidamente que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico de uma criança. São nesses primeiros anos que ocorrem conexões neurais fundamentais que influenciarão o seu aprendizado e comportamento ao longo da vida.

Por isso, aqui em Pão de Açúcar como administração municipal, estamos comprometidos em proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento saudável de nossas crianças desde o início. Isso inclui o acesso a cuidados de saúde adequados, educação de qualidade, espaços seguros para brincar e crescer, além do apoio às famílias, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade.

Jorge Silva Dantas

Prefeito do Município de Pão de Açucar

Este Plano Municipal é um compromisso de nossa administração com as crianças de Pão de Açúcar, contempla o olhar sobre a infância, respeitando a sua singularidade nas diferentes linguagens e expressões, contextualizando sua condição socioeconômica e sua necessidade de proteção e atendimento. Apresenta uma significativa mudança do fazer política pública, com uma leitura atenta do diagnóstico, propondo ações integradas, quantificando e qualificando as demandas dessa população, com um mapeamento dos serviços prestados e uma agenda importante de ações a serem implementadas. Este documento, construído coletivamente, contempla todas as dimensões do desenvolvimento infantil marcado pela aquisição de saberes, desenvolvimento da imaginação, produção de cultura, construção de referências sobre a vida, o mundo e a relação consigo mesmo e com os outros. Dessa forma, as crianças devem ter sua condição de desenvolvimento peculiar respeitada, assegurando assim a sua absoluta prioridade e seu melhor interesse.

O Prefeito Jorge Silva Dantas empenha-se para implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Pão de Açúcar (PMPIPA). Esse documento sintetiza as diretrizes, metas e ações voltadas a crianças de 0 a 6 anos, especialmente as mais vulneráveis,

Soraya Maria Omena Mendes Dantas
Primeira-Dama do município de Pão de Açúcar



Prólogo

*Jaciobá ou Pão de Açúcar,
Cada criança é minha e tua,
Veja no reflexo da vida,
Ou no espelho da lua.*

*Um futuro sem presente,
Ou herdeiro sem herança,
É como formar um adulto,
Sem começar pela criança.*

*Cada passo, cada idade,
Cada eixo, sua importância,
Pensando no futuro cidadão,
Desde a primeira infância.*

Túlio dos Anjos¹

Muitos autores alagoanos e brasileiros acompanham e guiam nossos sonhos nos lembram de nossa infância, de nossas raízes e de nossa cultura. Em diferentes linguagens

¹ Jivaldo TÚLIO DOS ANJOS Vieira, nasceu em 06/04/1962, à margem esquerda do Rio São Francisco, no Povoado Jacarezinho, Pão de Açúcar, AL. É membro fundador da Academia de Letras de Pão de Açúcar, membro fundador do Movimento Café Poético e Filosófico de Pão de Açúcar, membro efetivo da Academia Alagoana de Literatura de Cordel e sócio efetivo da União Brasileira de Escritores – UBE, Núcleo Arapiraca. Artesão, educador popular, técnico agrícola, ator de teatro popular, militante social, cultural e ambiental 8 livros publicados e outros escritos, além da participação em diversas antologias. O Cordelista, já escreveu mais de 50 cordéis, 8 livros publicados e outros escritos, atualmente é presidente da Associação para o Desenvolvimento do Povoado Jacarezinho, seu torrão natal.



nos falam – de maneira direta ou indireta – sobre o desenvolvimento humano e social, o cuidado, a educação, a cultura e as diferentes vidas infantis. Nos alertam sobre a importância de um mundo menos desigual e mais equânime, sem racismo e sem violência, no qual, como escreveu Ruth Rocha², “Toda criança no mundo deve ser bem protegida contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida. Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar, ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar”. “ Por não ter vivido uma infância com qualidade, as pessoas têm dificuldades no encontro com elas mesmas” nos alerta o poeta Tulio dos Anjos. Um mundo no qual o lugar onde se nasce deve ser fonte de riqueza, onde a cor da pele e a diversidade são um sonho de prosperidade e não de restrições.

A alagoana Nise da Silveira disse que “[...] para navegar contra a corrente são necessárias condições raras: espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão”³. Assim nasce este Plano da Primeira Infância, uma equipe intersetorial junto com os órgãos colegiados, com a determinação política e técnicas do Prefeito, de Secretarias e Secretários. As equipes técnicas trabalharam com energia e criatividade, com perseverança e paixão para conseguir que todas as crianças do município possam ter seus direitos garantido com cuidado e afeto. O pernambucano Paulo Freire (1996, p. 28) preconiza que aprender “[...] é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”⁴. Anísio Teixeira, baiano pioneiro, ao defender na

² ROCHA, Ruth. *O direito das crianças*. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid/files/2020/12/o-direito-das-criancas-ruth-rocha-1.pdf>.

³ Nise da Silveira, médica psiquiatra brasileira (1905-1999).

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). Disponível em: <https://edisciplinas>.



década de 20 a educação universal e gratuita, asseverou que “[...] só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”⁵. Em um país com tantas desigualdades e injustiças, Ariano Suassuna, paraibano, ferrenho defensor da cultura do Nordeste, nos lembra que “O sonho é que leva a gente para a frente. Se a gente for seguir a razão, fica aquietado, acomodado”. Ter um plano é uma decisão política e, com ele formulado e construído com muitas mãos, o que era um sonho já se mostra como conquista. Quando olhamos para a frente, percebemos que o caminho é ainda longo. Há muita estrada para ser percorrida e talvez ela nem tenha um ponto de chegada. Afinal, Graciliano Ramos, um dos alagoanos mais ilustres, afirma em sua obra *Vidas Secas*: “Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito”⁶.

Vida longa e um caminho cheio de muitos frutos para o Comitê Gestor intersetorial da Política Municipal integrada pela primeira infância e elaboração do Plano Municipal pela primeira infância do município de Pão de Açúcar – AL; e a todos os técnicos, organizações, Conselhos, professores, profissionais que apoiam e participam desse esforço.

Rita Ippolito

Ana Dayse Rezende Dórea

usp.br/pluginfile.php/5019418/mod_resource/content/1/Pedagogia%20da%20Autonomia%20-%20livro%20completo.pdf.

⁵ NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/06/An%C3%ADsio-Teixeira.pdf>.

⁶ RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: José Olympio, 1938. (Capítulo 2). <https://www.wattpad.com/186848245-vidas-secas-cap%C3%ADtulo-2-fabiano/page/2https://www.wattpad.com/186848245-vidas-secas-cap%C3%ADtulo-2-fabiano/page/2>.



Pão de Açúcar, uma história às margens do Rio São Francisco⁷

Muitos reflexos da lua nas águas do rio deram o primeiro nome à cidade, “Jacióbá”, “Espelho da Lua”, em guarani.

Foi com a doação de uma vasta quantidade de terras de D. João VI aos índios Urumaris, às margens do rio São Francisco, que nasceu a cidade de Pão de Açúcar. Outra tribo, dos Xocós que habitavam a ilha de São Pedro, invadiu o lugar e em confronto com os Urumaris, os expulsaram. Na mudança para o outro lado rio, também chamaram a cidade nova de Jacióbá.

A região, por meio de uma sesmaria⁸, passou ao domínio de um português, em cerca de 1660. Lourenço José de Brito Correia iniciou uma fazenda de gado e batizou a região de Pão de Açúcar, nome inspirado, acredita-se, no Morro do Cavalete, uma elevação próxima dali que é usada no processo de clarificação do açúcar.

Essas mesmas terras foram leiloadas em 1815, e o padre José Domingos Delgado e seus irmãos foram os ganhadores. A fazenda prosperou, tornou-se uma vila e foi elevada à categoria de cidade em 1877.

⁷ WIKIPÉDIA. *Pão de Açúcar (Alagoas)*, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%BAcar_\(Alagoas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%BAcar_(Alagoas)).

⁸ “Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial brasileiro” (TONINI, p. 8). Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/953/663>.



Ao longo dos seus mais de 400 anos de povoamento não indígena, Pão de Açúcar estabeleceu contato econômico, político, geográfico e cultural para além de suas fronteiras territoriais, possibilitando assim se apresentar hoje como um grande expoente das tradições alagoanas, sertanejas e nordestinas.

As inúmeras manifestações culturais, saberes edificados em cada parte desse gigantesco território testemunham sua riqueza e diversidade cultural. As comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, assentadas, rurais, artesanais, entre outras) guardam sua cultura ancestral com seus ritmos, maneiras próprias de construir relações, estabelecer diálogos, modos próprios de apropriação dos territórios e de seus saberes e fazeres culturais, que dialogam com uma sociedade contemporânea, atendida com os problemas reais do mundo, conforme comentário do Secretário de Cultura de Pão de Açúcar.

Essa diversidade cultural cultiva talentos artístico-culturais, fazendo de Pão de Açúcar um verdadeiro berço de escritores, músicos, poetas, educadores, mestres e mestras da cultura popular, do artesanato, da dança, do teatro, da gastronomia e das artes de um modo abrangente. Pão de Açúcar nos oferece possibilidades múltiplas de pensar também na primeira infância se constituindo em agentes transmissores, receptores das diversas identidades culturais, mas sobretudo em uma perspectiva também de modificadores, transformadores e agentes produtores de novas maneiras de ser da diversidade cultural – enfatizou o Secretário de Cultura. Uma primeira infância cheia de contradições, desafios, riscos, rupturas e que guarda em si mesma, muita diversidade étnica, social, religiosa, de gênero e por isso mesmo, desafiadora.



Em um diagnóstico preliminar, o município possui, além das manifestações culturais vinculadas às narrativas, às memórias ancestrais e à oralidade, 1 (uma) biblioteca pública municipal; 1 (uma) escola de música em parceria com a Sociedade Musical Guarany; 1 (uma) indústria do conhecimento em parceria com o Sesi; praças públicas com espaços para brincadeira e recreações, além de ambientes ao ar livre e que são vetores fundamentais para a construção de sociabilidades, práticas recreativas e aprendizagens culturais, por exemplo, as croas e prainhas às margens do rio.⁹ territórios rurais e vegetação da caatinga propícia para o encontro de saberes.¹⁰

- **Pão de Açúcar** é um município com uma estrutura ideal sertaneja para o turismo, principalmente os bancos de areia que se formam no leito do rio São Francisco, conhecidos como “prainha”, que recebem muitos turistas nos fins de semana vindos de municípios vizinhos, incluindo os de Sergipe e Bahia.
- **Os sítios arqueológicos** – Esses sítios, mapeados por pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), estão localizados na Serra dos Meirus, na Pedra do Navio, na Pedra do Alemar e em outras regiões do município. Nesses locais foram encontrados fósseis de animais, objetos pré-históricos e inscrições. Transformados em pontos turísticos, os sítios têm atraído a atenção de visitantes e estudiosos. Todos esses sítios são catalogados, mapeados também pelo IPHAN.

⁹ O Direito à Cultura – Propostas da Secretaria de Cultura para o Plano Municipal de Pão de Açúcar.

¹⁰ O Direito à Cultura – Propostas da Secretaria de Cultura para o Plano Municipal de Pão de Açúcar.



- **Lampião** – A gruta de Angicos, local onde morreu Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, fica a poucos quilômetros subindo o rio, entre as cidades de Pão de Açúcar (AL) e Piranhas (AL), no município de Poço Redondo (SE). Gervásio Santos, em seu livro *Um lugar no passado*, conta que em 1927 Lampião, que havia invadido duas fazendas próximas, mandou um emissário à cidade com cartas para os proprietários dos imóveis exigindo de cada um a importância de 4 mil contos de réis, uma fortuna para a época. Caso o pedido não fosse atendido, o cangaceiro ameaçava fuzilar todo o gado das fazendas. Protegidos pelos homens do Tiro de Guerra, os fazendeiros responderam com um bilhete debochado: “[...] que se Lampião quisesse tirar raça de homem valente, mandasse a mãe dele aqui para Pão de Açúcar”. Como se podia prever, o cangaceiro matou todo o gado e quase destruiu as fazendas, mas nunca esteve no município Pão de Açúcar. Lampião e mais dez cangaceiros, inclusive Maria Bonita, foram mortos na madrugada do dia 28 de julho de 1938, na gruta de Angicos, por soldados volantes alagoanos comandados pelo Capitão João Bezerra.
- **O Cristo Redentor** – De forma semelhante ao monumento erguido no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, o Cristo de Pão de Açúcar foi inaugurado no dia 29 de janeiro de 1950 e é obra do escultor João Lisboa, da cidade. O monumento mede 14,80 m de altura com o pedestal, sendo a imagem de 10 m. Do alto do Cristo, é possível ver toda a cidade, o São Francisco, as diversas praias e a comunidade de Niterói, localizada na outra margem do rio.



Introdução

Se mudarmos o início da história, nós mudamos toda a história

Nas últimas décadas, a literatura científica tem documentado de forma ampla a prioridade de investimentos nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral das crianças. Trata-se de uma etapa determinante para a formação de capacidades físicas, cognitivas e socioemocionais de uma pessoa, com reflexos em todo o seu ciclo de vida. Os estudos mostram que os investimentos durante a primeira infância têm efeito positivo em curto, médio e longo prazos em todas as dimensões da vida. As pesquisas científicas na área da neurociência determinaram diagnósticos em todas as áreas do conhecimento. No Brasil, indicadores mostram que em 2017 aproximadamente 12,9% das crianças não apresentaram crescimento compatível com os padrões mínimos de peso e estatura estabelecidos para cada idade. Esse índice chegou a 18,7% na região Norte do país (2017) e a 33,2% entre alguns grupos das populações tradicionais brasileiras (2014)¹¹. A redução das desigualdades regionais, o acesso da primeira infância a serviços básicos de saúde, educação, cultura e saneamento é pré-requisito para o alcance da equidade social no Brasil. É necessário que a implementação de po-

¹¹ NÚCLEO CIÊNCIA PARA A INFÂNCIA. *O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/09/NCPI_WP11_Evidencias-nas-politicas-publicas-PI.pdf.



líticas públicas eficazes se fundamente em diagnósticos que sejam guias para a elaboração de metas que possam romper os ciclos de pobreza por meio da atenção às crianças na primeira infância.

O pleno desenvolvimento da primeira infância é ameaçado pela pobreza extrema, a insegurança, a desigualdades de gênero, a violência, as toxinas ambientais, prejudiciais à saúde mental. Todos esses determinantes sociais e ambientais afetam também os pais e pessoas que cuidam das crianças; além disso, a violência familiar e social reduzem a capacidade de proteção e atendimento à criança.

Para as crianças pequenas se desenvolverem em todo o seu potencial elas precisam de carinho, de cuidados – de todas as condições que promovam saúde, nutrição, segurança, proteção, cuidados responsivos e oportunidades para os primeiros aprendizados. Fortalecer as famílias com formação para os cuidados é fundamental, bem como promover políticas, programas e serviços que dão às famílias, pais e cuidadores o conhecimento e os recursos para fornecer cuidados de criação para crianças pequenas. A participação da comunidade é essencial, considerando a diversidade cultural das crianças e das famílias. É importante oferecer-lhes oportunidades de aprendizagem promovendo interações que sejam responsivas para o seu desenvolvimento integral – físico, intelectual e emocional.

Investir na primeira infância pode significar promover e construir um mundo com menos pobreza e desigualdade. O Plano da Primeira Infância é um passo decisivo para entrar nesse círculo virtuoso, acompanhando esse movimento local, nacional e global.



Princípios e Diretrizes

A Lei n.º 13.257, criada em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância, dispõe sobre a formulação e a implementação de políticas públicas para a faixa etária de 0 a 6 anos de idade. O Marco Legal visa superar a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas para a infância e definindo estratégias de articulação intersetorial. Além disso, a lei do Marco Legal da Primeira Infância alterou o Art. 88 do ECA para incluir o Inciso X, que prevê que são diretrizes da política de atendimento a realização e a divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência (BRASIL, 2016).

O Plano para a Primeira Infância tem como concepção o respeito à dimensão singular e à dimensão coletiva da infância, com o olhar aberto para a diversidade das crianças e para a diversidade de infâncias. Entender a criança como pessoa na sua inteira dignidade como cidadã e sujeito de direitos é a base para a definição das diretrizes, dos objetivos e das metas em cada um dos direitos constantes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Marco Legal da Primeira Infância e das leis setoriais da educação, da saúde, da assistência, da cultura e de outros setores que lhe dizem respeito.

O Plano Municipal da Primeira Infância de Pão de Açúcar se articula com os outros planos e programas em andamento, tais como: Plano Municipal de Educação; Plano de Saúde;



Plano de Assistência Social; Plano Nacional de Cultura; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; e o Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹².

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Visa assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Por meio do Art. 227, atribui à criança, ao adolescente e ao jovem os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à proteção.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA, LEI Nº 5.069/1990)

Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e é um desdobramento do Art. 227 da Constituição Federal. Ao delimitar o conceito de garantia de prioridade absoluta fixado na lei, detalha-o como a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e execução de políticas públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos em áreas afetas à proteção da infância e da juventude.

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (LEI Nº 13.257/2016)

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Pão de Açúcar (PMPIPA) é um instrumento político e técnico, construído com base em um processo participativo, com o envolvimento das diferentes secretarias e órgãos colegiados e contemplando a escuta e a participação das crianças.

Acompanhando as diretrizes e as orientações do Plano Nacional e do Marco Legal da Primeira Infância, o PMPIPA é constituído de um diagnóstico da situação de vida e do desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município, de um plano de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos e também um plano de metas que permitam avaliar o plane-

¹² NAÇÕES UNIDAS Brasil. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>



jamento das políticas propostas e das políticas setoriais em curso no município.

O Plano Municipal de Pão de Açúcar está em consonância também com a Estratégia Global para os direitos das Mulheres e das Crianças dos Objetivos do desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Em 2015, os 193 países que compõem a ONU (incluindo o Brasil) se comprometeram a implementar um plano de ação global que inclui medidas como eliminar a pobreza extrema e a fome, promover a paz, dar uma educação de qualidade a meninas e meninos e proteger o planeta.

- A meta que trata especificamente dos primeiros anos de vida está no ODS 4 (Educação de Qualidade) e afirma que é preciso “Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário”.
- Mesmo que alguns ODS não mencionem diretamente crianças menores de 6 anos, o Unicef reitera que todos são relevantes para o desenvolvimento e o futuro delas, especialmente para proteger seus direitos. A agência da ONU afirma que os ODS “[...] são uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança, especialmente as mais desfavorecidas”¹³ e deixa claro que sem oportunidades justas para as meninas e meninos não há desenvolvimento sustentável.

¹³ UNICEF Brasil. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ainda é possível mudar 2030*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.



Entende-se, como diz o especialista em educação Vital Didonet, “[...] que viver a vida de criança é plenificar o sentido da existência naquilo que essa vida é [...], pois tão mais realizado é o ser humano quanto mais vive cada etapa de sua existência”.¹⁴

Essa agenda tem como prioridade os direitos humanos das crianças pequenas de sobreviver e crescer. Os países signatários da Agenda 2030 se responsabilizam por garantir que mulheres, crianças e adolescentes tenham os direitos garantidos para o seu bem-estar físico e mental, para que possam ter relações sociais e oportunidades econômicas e de participação plena na formação de comunidades cuja prosperidade depende da sustentabilidade. A construção de uma agenda positiva que dialogue com a elaboração de espaços públicos, parques, escolas, atrativos culturais que ampliem o direito a participação dos mais diversos grupos que compõem a sociedade, com acessibilidade, liberdade e condições dignas de ocupação dos espaços e ambientes públicos.

Em maio de 2002, a 27.^a Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas aprovou o documento “Um Mundo para as Crianças”, no qual os Chefes de Estado e de Governo e representantes dos países participantes se comprometem a trabalhar para construir um mundo mais justo para as crianças. O Brasil também assinou o documento. “Todas as crianças pequenas devem ser cuidadas e educadas em ambientes seguros, de sorte que cresçam saudáveis, vivazes, com amplas possibilidades de aprender”. Nessa fase inicial da vida, é ne-

¹⁴ DIDONET, Vital. Trajetória dos direitos da criança no Brasil – de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos. In: BRASIL. *Primeira infância: avanços do Marco Legal da Primeira Infância*. Brasília, DF: Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes, Câmara dos Deputados, 2016. p. 60.



cessário garantir que as estimulações ambientais sejam propícias ao desenvolvimento, como são em geral as interações sociais e o brincar, para que a criança realize aprendizagens essenciais ao seu desenvolvimento saudável e pleno. O desenvolvimento na primeira infância requer um investimento substancial para reduzir desigualdades associadas à pobreza, à exposição, às violências e às oportunidades limitadas de aprendizagem. A criança precisa de cuidados com sua saúde, segurança alimentar, cuidado afetivo e responsivo, vivência em ambientes educacionais de qualidade e garantia de direitos, pois esses aspectos são fundamentais para a promoção do desenvolvimento infantil. É uma oportunidade que não se pode perder.



O processo de construção do PMPIPA

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Pão de Açúcar (PMPIPA) é uma agenda prioritária que tem uma forte conexão com o desenvolvimento da cidade e com a Agenda Global das Nações Unidas nos esforços de lutar globalmente para a paz, a igualdade de gênero, o respeito à diversidade, a equidade e educação de qualidade, os direitos humanos e o ambiente ecologicamente saudável, e com a legislação brasileira para proteção e garantia de direitos à primeira infância.

É um plano de **Estado**, intersetorial, que visa ao atendimento aos direitos das crianças na primeira infância (até os 6 anos de idade), no âmbito do município, cuja elaboração é recomendada pelo **Marco Legal da Primeira Infância - Lei n.º 13.257/2016** (BRASIL, 2016).

O objetivo central do PMPIPA é articular e integrar os diferentes setores da política pública da administração municipal, com o objetivo de estabelecer metas setoriais e intersetoriais, para cumprir o **dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças** previsto na Constituição Federal e nos documentos legais relacionados à infância.

O Plano foi construído de forma participativa e democrática entre os diferentes órgãos públicos da sociedade civil e dos órgãos colegiados. Inserido como um dos eixos do Selo Unicef, o processo de elaboração contemplou a escuta e a



participação de especialistas, universidade, agentes sociais que cuidam das crianças e também dessas crianças, nos diferentes momentos de sua vida social e comunitária, consideradas como sujeitos de direito, como preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança¹⁵ e do adolescente.

O PMPIPA utilizou os dados de pesquisa nacional disponibilizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e dos dados locais georreferenciados em mapas das políticas públicas de Pão de Açúcar que compõem o diagnóstico da condição de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município. Com o diagnóstico, o mapeamento e os indicadores foram elaboradas as ações e as metas das diferentes secretarias e organizações sociais para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos e que permitam implementar, acompanhar e avaliar as políticas planejadas e em curso.

A elaboração do PMPIPA tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância¹⁶, aprovado em 2010 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda), que é uma carta de compromisso do Brasil com as suas crianças. O documento traça as diretrizes gerais na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças de até 6 anos de idade e tem como princípios a prioridade absoluta dos direitos da criança, o respeito à criança como sujeito e indivíduo, a integralidade da criança, o respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, a inclusão, a integração das

¹⁵ UNICEF Brasil. Convenção sobre os direitos da criança, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

¹⁶ DIDONET, Vital (org.). *Plano nacional pela primeira infância*. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância, 2010. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>.



visões científica e humanista, a articulação dos entes federados, dos setores da administração pública e da sociedade civil, conforme esse documento publicado pela Rede Nacional pela Primeira Infância (DIDONET, 2010).

Muitas atividades de articulação foram aviadas em 2023 para dar início à elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Pão de Açúcar. Foi criado um Comitê Gestor com representantes das secretarias, dos órgãos colegiados, de representantes da Câmara de Vereadores, com a participação da sociedade civil, por meio da Portaria publicada no Diário Oficial¹⁷. Encontros semanais on-line e presenciais tiveram o propósito de discutir o tema da Primeira Infância em todas as suas dimensões, de levantar os dados de cada setor, de desenhar o diagnóstico e a organização e estrutura da publicação.

Assim surgiram os grupos de trabalho, nos quais cada temática foi aprofundada de forma específica para os insumos fundamentais ao texto e às propostas, compostos por representantes das instituições participantes, contemplando as políticas setoriais e a sociedade civil. As linhas gerais do trabalho foram baseadas em conceitos inovadores, abarcando as áreas: desenvolvimento infantil, cidadania, diversidade, direitos humanos, saúde, territórios da brincadeira e meio ambiente, urbanismo, esporte.

O plano de trabalho se constituiu em diversas etapas, conforme seguem.

¹⁷ PÃO DE AÇÚCAR (AL). *Decreto n.º 32, de 20 de outubro de 2022*. Dispõe sobre a instituição de Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal integrada pela Primeira Infância e elaboração do Plano municipal pela Primeira Infância. Disponível em: <https://transparencia.paodeacucar.al.gov.br/storage/uploads/legislacoes/anexos/1429/ftg1NmTjOC6RT119TcZtgIbzL5s4ib2sDBXMoe8t.pdf>.



- Cronograma das ações (reuniões e encontros para discutir as prioridades de cada eixo que compõe o documento)
- Pesquisa – coletas de informações e indicadores
- Formulação da estrutura e elaboração do PMPIPA
- Audiência Pública
- Encontro Municipal com os representantes setoriais, órgãos colegiados e representantes da Câmara, da Academia de Letras e a presidente da Academia de Educação de Alagoas, com a apresentação da estrutura e das propostas do Plano
- Aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal, pelo Conselho Municipal de educação, Saúde e Assistência Social
- Sistematização e Publicação

A estrutura do PMPIPA acompanha as recomendações da Rede Nacional da Primeira Infância, os interesses da criança e suas políticas setoriais. Cada uma das ações discutidas e apresentadas é sustentada com dados sobre a realidade socioeconômica em que vivem as crianças e suas famílias, e propostas de fortalecimento e/ou construção de novas políticas e programas setoriais. Um aspecto fundamental é representado pelo plano de Metas, que permite ao Comitê Gestor do Município o acompanhamento e a avaliação dessas políticas e o seu controle social.

Os gestores públicos de Pão de Açúcar terão uma plataforma com dados, estratégias e ações para o planejamento de políticas para o atendimento, infraestrutura, formação de agentes sociais, de saúde e de educação e para o investimen-



to financeiro. É uma proposta de plano decenal para orientar as ações do governo e da sociedade civil para a promoção e a implementação, de fato, dos direitos da criança até os 6 anos de idade.

Baseado no conceito da intersetorialidade com a contribuição de dados secundários e locais o PMPIPA necessita de mudança de cultura na gestão pública, colaboração e transversalidade, elementos-chaves para conseguir resultados e impacto positivo para o desenvolvimento das crianças; para tanto, o aporte, as contribuições de pesquisas e a atualização de dados resultam fundamentais, bem como é essencial o aporte do Selo Unicef. Além desses fatores, as políticas intersectoriais são cruciais para que cada criança possa ter o direito inalienável à vida, à convivência familiar e comunitária, à saúde, ao brincar, à alimentação, à cultura e ao meio ambiente protegido e seguro.

O PMPIPA tem como prioridade a implementação de políticas eficazes para o enfrentamento de questões como mortalidade, morbidade, desnutrição infantil, violência, abandono e exclusão, pobreza extrema, a fim de contemplar as diferentes infâncias da diversidade brasileira com toda sua potencialidade e riqueza.



Diagnóstico da Primeira Infância de Pão de Açúcar¹⁸

A seguir, são apresentados dados e indicadores sobre a situação da Primeira Infância de Pão de Açúcar, informações demográficas, da saúde, da proteção e segurança e da educação infantil. Também compõem o diagnóstico os dados de um estudo organizado pela Fundação Getúlio Vargas decorrente da iniciativa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal sobre análise e situação da condição da Primeira Infância em todos os municípios do Brasil.

Neste Plano, esses subsídios constituem uma referência importante para a comparação com a situação em tempo real do município, como metodologia de elaboração de indicadores locais e para a construção de metas visando ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Pão de Açúcar.

¹⁸ PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. *Pão de Açúcar – AL*, 2022. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/pao-de-acucar-al/>.



Demografia

População total no Censo Demográfico 2022

Esta informação auxilia a compreensão da localidade analisada e, ao ser observado em conjunto com a população de 0 a 6 anos, permite melhor entendimento da proporção de crianças vivendo a primeira infância no município, estado ou Brasil. Utiliza-se o dado de população mais recente baseado no Censo demográfico de 2022.



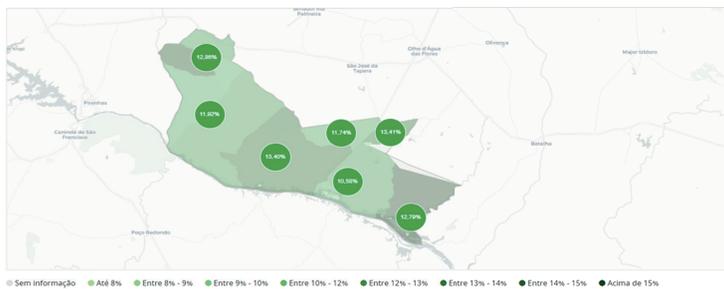
População por idade entre 0 e 6 anos no Censo Demográfico 2022

Este indicador apresenta a quantidade de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos para o ano de 2022, no município, estado ou país. Os números vêm do Censo Demográfico IBGE 2022 a partir da publicação da tabela 9514 em 27 de outubro de 2023 contendo os dados da população residente por idade. O objetivo desta informação é dimensionar a quantidade de crianças vivendo a primeira infância na localidade.



Percentual de População Primeira Infância - 0 a 6 anos

Permite visualizar a proporção de crianças pequenas no município – e o mapa ajuda a ver quais áreas têm maior concentração de crianças. Isso ajuda a entender onde medidas pró-primeira infância são mais urgentes, que tipo de políticas públicas devem ser direcionadas para quais bairros. Fornece também um importante argumento para ações como a construção de parques em determinada área, redução da velocidade máxima dos carros etc.

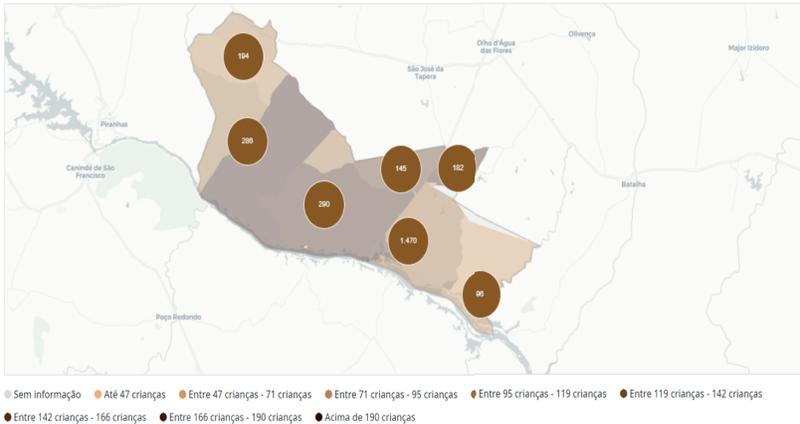


Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info
Nota Técnica: Soma das faixas etárias dividida pela população total dos setores censitários



População Primeira Infância - 0 a 6 anos

Este indicador é a base para as ações em prol da primeira infância. Ele aponta a quantidade de crianças que o município precisa atender. Também complementa o indicador anterior, sobre a proporção. Às vezes uma área tem proporção menor de crianças, mas número absoluto bastante grande, pelo fato de ser mais densamente habitada. Por isso é importante ter uma ideia da quantidade de crianças pequenas que podem ser beneficiadas por ações em cada localidade. Os números vêm do Censo de 2010.

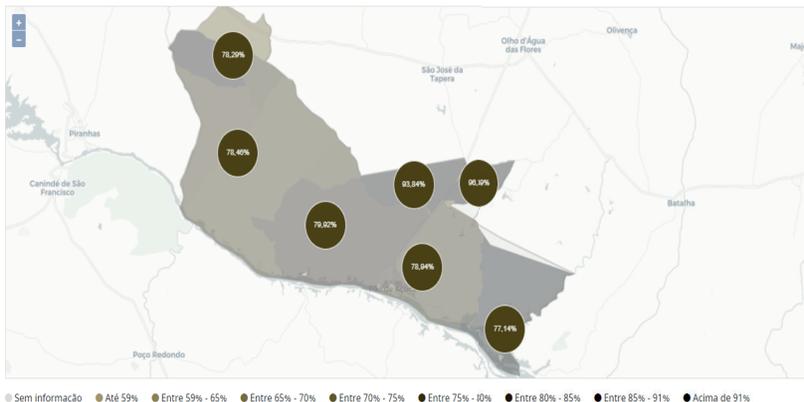


Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Dados de setores censitários somados - população de 0 a 6 anos de idade na data de referência do Censo

Porcentagem Do Total de Pessoas Residentes de Raça/Cor Preta e Parda

Aqui se pode ter uma noção de como está a miscigenação ou segregação étnica no município. Como historicamente as etnias preta e parda abrigam uma porcentagem bem maior de famílias vulneráveis, o mapa fornece também uma visualização das áreas mais necessitadas de ações em prol da primeira infância.



Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

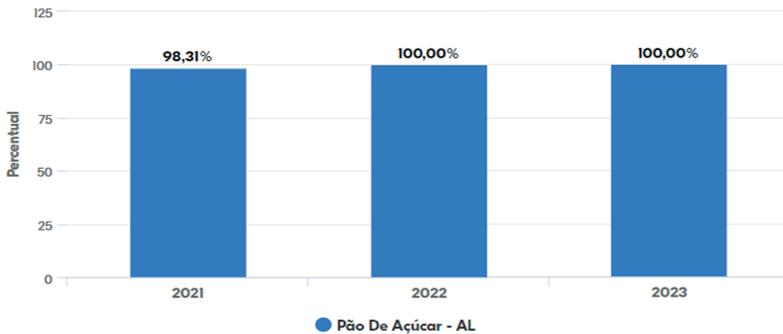
Nota Técnica: Soma de porcentagens das Etnias Pretas e Pardas pelo Censo 2010



SAÚDE

Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 - 2023)

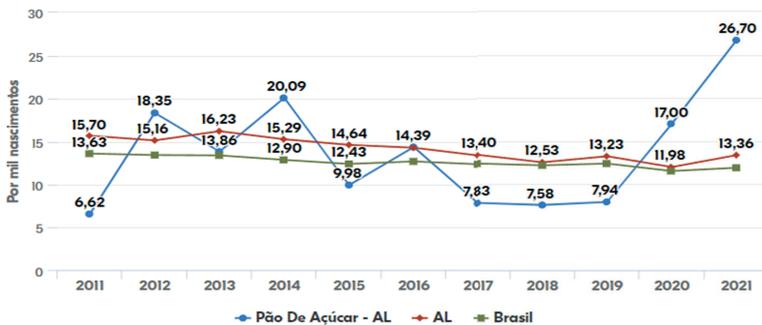
Mostra, em valor percentual, a evolução da população cadastrada pelas equipes de atenção primária e de saúde da família. Este indicador é crucial porque as equipes podem colaborar em várias políticas públicas ao mesmo tempo: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade, dentre outros.



Ministério da Saúde - e-Gestor: Informação e Gestão da Atenção Básica | Organizado por Datapedia.info
Nota Técnica: Cobertura da Atenção Primária à Saúde das equipes financiadas pelo Ministério da Saúde. O percentual corresponde ao quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) em relação à população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados dos meses de maio entre 2021 e 2023. Coleta realizada em agosto de 2023. Nota técnica detalhada do Ministério da Saúde: https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20211119_O_notacoberturaapspsns_4413967205649403244.pdf

Taxa de Mortalidade Infantil para até 1 ano de idade (2011 - 2021)

A taxa de mortalidade infantil é calculada com base em dados de nascidos vivos e de mortalidade do Ministério da Saúde. Ela representa a taxa de crianças nascidas vivas que morreram com menos de um ano de idade para cada mil crianças nascidas vivas.

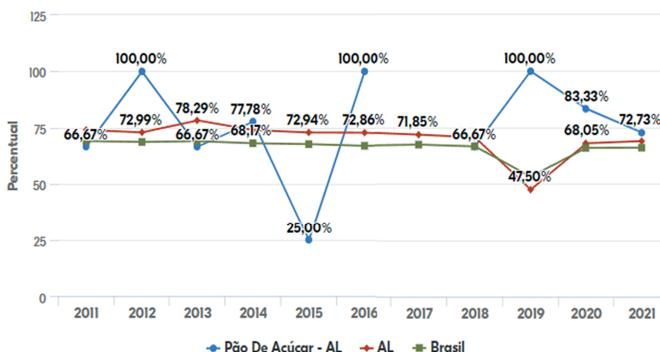


Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info
Nota Técnica: Referência para cada 1.000 nascidos vivos / Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) - para o cálculo direto Datapedia.



Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011 - 2021)

Com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), este indicador aponta a proporção de mortes que poderiam ser evitadas com ações mais eficientes de imunização, assistência a gestantes e ao recém-nascido, melhores condições de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos ou ações de promoção da saúde. Esta taxa deveria ser zero. Qualquer número diferente disso significa que falhas provocaram a morte de crianças. Atuar nas causas evitáveis é, por definição, a única maneira de reduzir a mortalidade infantil. É importante, por isso, fixar metas para que esta curva aponte para baixo.



Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Total de óbitos de 1 ano de idade / Óbitos classificados como Causas Evitáveis 1.1. Reduzível pelas ações de imunização, 1.2.1 Reduzíveis atenção à mulher na gestação, 1.2.2 Reduz por adequada atenção à mulher no parto, 1.2.3 Reduzíveis adequada atenção ao recém-nascido, 1.3. Reduz ações diagnóstico e tratamento adequado, 1.4. Reduz. ações promoção à saúde vinc. Aç. At Filtro ativado de 0 a 1 ano de idade

Total de Óbitos de até 1 ano X Óbitos por causas evitáveis (2011-2021)

Aqui se dão números às porcentagens. Normalmente, quanto mais perto as duas curvas estão, menor o nível de desenvolvimento da região - países desenvolvidos dificilmente apresentam mortes por falta de cuidado ou de condições de tratamento da gestante e do bebê. Infelizmente, os municípios brasileiros estão muito distantes da realidade desses países.



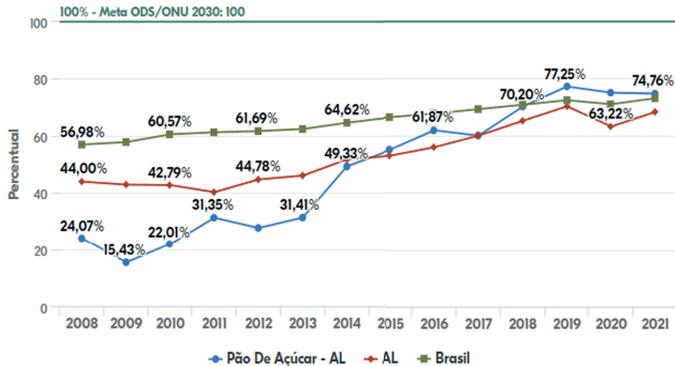
Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Total de óbitos de 1 ano de idade / Óbitos classificados como Causas Evitáveis 1.1. Reduzível pelas ações de imunização, 1.2.1 Reduzíveis atenção à mulher na gestação, 1.2.2 Reduz por adequada atenção à mulher no parto, 1.2.3 Reduzíveis adequada atenção ao recém-nascido, 1.3. Reduz ações diagnóstico e tratamento adequado, 1.4. Reduz. ações promoção à saúde vinc. Aç. At Filtro ativado de 0 a 1 ano de idade



Evolução - Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas pré-natal (2008 - 2021)

O aumento das consultas pré-natais está diretamente relacionado à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí vem a meta de que 100% das gestantes façam pelo menos sete consultas – o que pode ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso. Este gráfico permite visualizar o quão distante o município está da meta – e como está em relação à média brasileira.

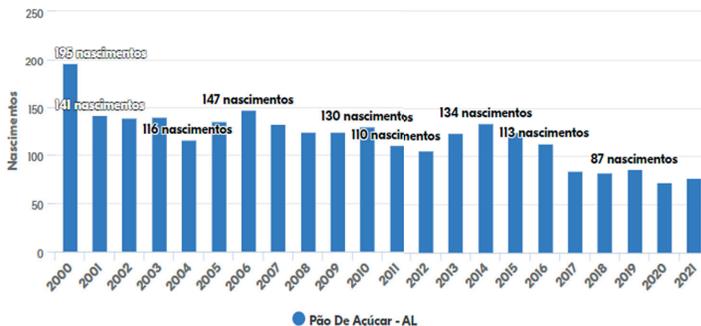


Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Razão entre o total de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal sobre o total de nascidos vivos de acordo com o local de residência da mãe. Dados obtidos no endereço <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvbr.def> em outubro de 2023.

Total de partos de Mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 - 2021)

Este indicador aponta para duas preocupações interligadas: a gravidez de adolescentes, que em grande parte dos casos não foi planejada, interrompe estudos e planos de vida; e a alta probabilidade de o bebê viver em um arranjo familiar instável, menos capaz de lhe oferecer os cuidados necessários para seu desenvolvimento pleno.



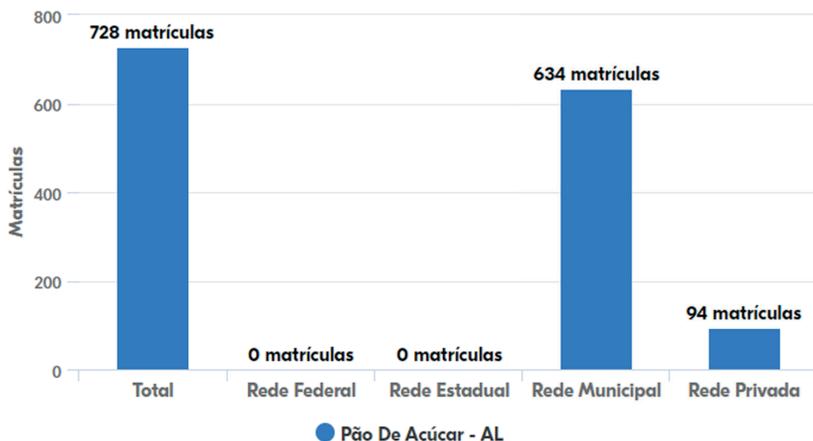
Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Dados referentes ao Nascimento por local de residência da mãe - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC



Matrículas em Pré-Escolas - Tipo de dependência administrativa (2022)

Este é mais um indicador para entender a realidade das instituições de ensino voltadas para a primeira infância e para avaliar possíveis gargalos na criação de vagas de ensino.



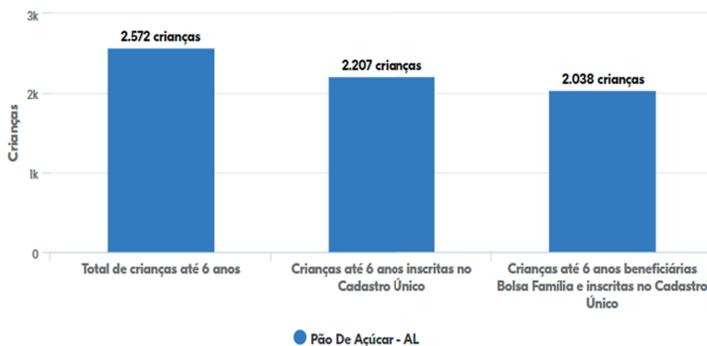
Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Fonte: INEP - Censo escolar de 2022

PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família (2023)

Estes dados são fundamentais na observação das crianças em vulnerabilidade social. Os números permitem observar a proporcionalidade do Bolsa Família em relação ao total de crianças no cadastro único e em relação ao total de crianças de 0 a 6 anos na localidade. Permite também a identificação visual da quantidade de crianças que ainda não é beneficiária do Bolsa Família.



IBGE - Censo Demográfico; SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: O total de crianças até 6 anos corresponde à população residente por idade divulgada pelo Censo Demográfico IBGE 2022. Os dados de crianças inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família foram obtidos no sistema Vis Data 3 do Ministério do Desenvolvimento Social como a soma das faixas etária de 0 até 4 anos e crianças de 5 e 6 anos na data referência de maio de 2023.



EDUCAÇÃO INFANTIL

Índice de Necessidade por Creche

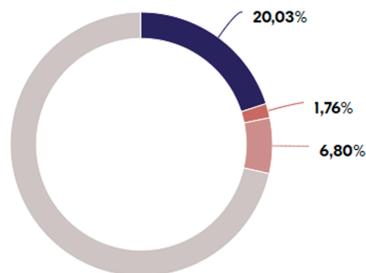
O INC é um indicador criado para medir a necessidade por creche em nível municipal. Ele identifica a parcela da população de 0 a 3 anos que reside em área urbana e que mais precisa da creche, considerando critérios de priorização que se refletem na sua fórmula calculada a partir da proporção de crianças.



Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Detalhamento do Índice de Necessidade por Creche (2019)

O INC é composto de 3 indicadores. É representado pela Fórmula = (Proporção de crianças de zona urbana em famílias pobres) + (Proporção de crianças de zona urbana não pobres em famílias monoparentais) + (Parcela da proporção de crianças de zona urbana não pobres, em famílias não monoparentais, cuja mãe é economicamente ativa ou seria economicamente ativa se houvesse vaga em creche). Recorte de Crianças de 0 a 3 anos.



- filhos de famílias pobres residentes da zona urbana
- filhos de famílias monoparentais não pobres e da zona urbana
- filhos de mães economicamente ativas ou que o seriam, se houvesse creche

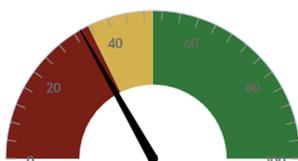
Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Para mais detalhes: <https://issuu.com/fmcsv/docs/desafio-acesso-creche-brasil>



Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2020)

Está demonstrado que a creche é um poderoso meio de socialização e estímulos que colaboram para o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Isso é a inda mais evidente para as crianças de famílias mais vulneráveis, que em geral recebem menos proteção e estímulos em casa. Por isso, a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é atingir pelo menos 50% de matrículas em creches, para crianças de 0 a 3 anos, até o ano de 2024. Cada município, no entanto, tem necessidades diferentes. Por isso este índice deve ser observado em combinação com o índice local de necessidade de creche.



Pão De Açúcar - AL

33,54%

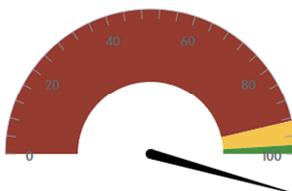
Ruim - Abaixo da taxa nacional - 0% a 35,5%

INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Estimativa de Taxa de Matrícula Líquida de creche, considerando o total de matrículas na localidade (apenas crianças de 0 a 3 anos) e a estimativa populacional da população de 0 a 3 anos na localidade. A taxa nacional de referência utilizada corresponde à taxa do Brasil na PNAD 2019.

Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2020)

Para a pré-escola, a meta é de 100% de matrículas das crianças de 4 e 5 anos. Trata-se da primeira etapa obrigatória da educação básica e de uma medida essencial para nivelar as oportunidades das crianças mais vulneráveis com as daquelas que, ao ingressar no ensino fundamental, já receberam muito mais estímulos.



Pão De Açúcar - AL

108,51%

Dentro da meta do Plano Nacional da Educação - 100%

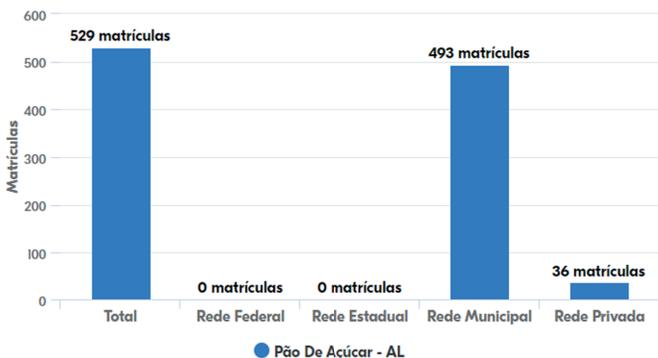
INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Estimativa de Taxa de Matrícula Líquida de pré-escolas, considerando o total de matrículas na localidade (apenas crianças de 4 e 5 anos) e a estimativa populacional da população de 4 a 5 anos na localidade. A taxa nacional de referência utilizada corresponde à taxa do Brasil na PNAD 2019.



Matrículas em Creches - Tipo de dependência administrativa (2022)

Este indicador mostra a distribuição da oferta de creches entre as redes municipal, estadual e privada. É mais um retrato para avaliar possíveis gargalos na criação de vagas pelo poder público.



Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Matrículas em Creches - por Raça/Cor (2022)

Tomando por base que as populações de etnias preta e parda são estatisticamente compostas por famílias mais vulneráveis, estes dados permitem avaliar o quanto as creches estão oferecendo oportunidades às crianças que mais necessitam delas. Idealmente, as distribuições de etnias deste indicados deveriam espelhar as proporções da população como um todo.



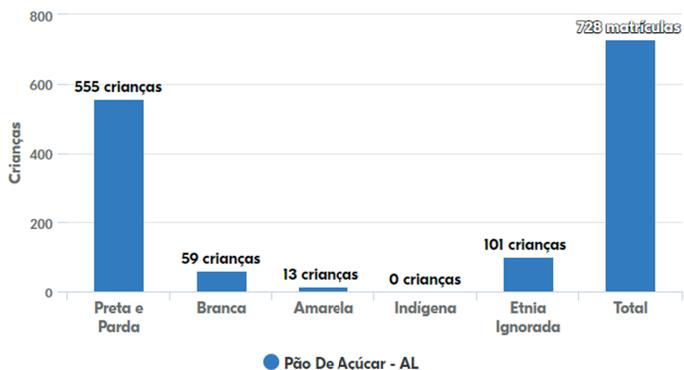
Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Total de matrículas por raça/cor no nível da etapa de ensino "creche". Dados obtidos no "Painel de Estatísticas do Censo Escolar", do Inepdata, em 06/09/2023.
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>



Matrículas em Pré-Escolas - por Raça/Cor (2022)

Tomando por base que as populações de etnias preta e parda são estatisticamente compostas por famílias mais vulneráveis, estes dados permitem avaliar onde estão as crianças que faltam para a universalização desta fase da educação básica.

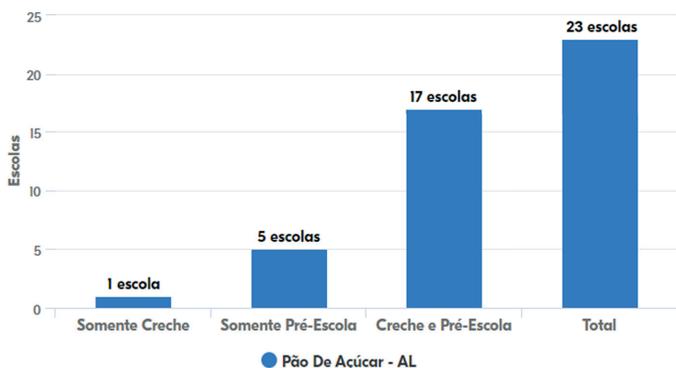


Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Total de matrículas por raça/cor no nível da etapa de ensino "pré-escola". Dados obtidos no "Painel de Estatísticas do Censo Escolar", do InepData, em 06/09/2023.
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>

Estabelecimentos de Educação Infantil por Atendimento (2022)

Este indicador permite reconhecer, em combinação com os dados sobre matrículas, oportunidades de melhora no atendimento das crianças – seja pelo incentivo à abertura de vagas exclusivas de creche ou pré-escola, seja pelo estímulo a atender os dois tipos de público.



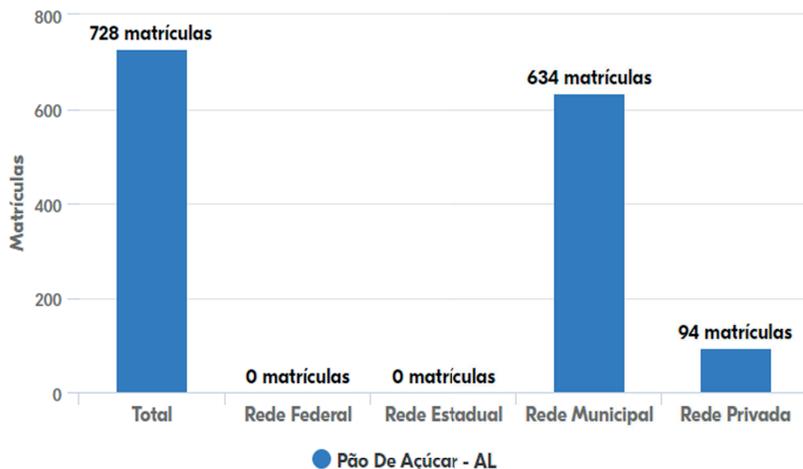
Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Censo Escolar



Matrículas em Pré-Escolas - Tipo de dependência administrativa (2022)

Este é mais um indicador para entender a realidade das instituições de ensino voltadas para a primeira infância e para avaliar possíveis gargalos na criação de vagas de ensino.



Fonte: INEP | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Fonte: INEP - Censo escolar de 2022





Serviços Públicos Georreferenciados

Legenda

			
UNIDADE DE SAUDE PSF1	UNIDADE DE APOIO PSF4 MACHADO	UNIDADE DE APOIO PSF8 CUIDADO	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
			
UNIDADE DE SAUDE PSF2	UNIDADE DE SAUDE PSF4 LAGOA DE PEDRA	UNIDADE DE APOIO ILHA DO FERRO PSF3	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS
			
UNIDADE DE SAUDE PSF6	UNIDADE DE SAUDE PSF7 IMPOEIRAS	UNIDADE DE APOIO PSF3 SANTIAGO	CASA DOS CONSELHOS
			
UNIDADE DE APOIO PSF3 LIMOEIRO	UNIDADE DE SAUDE PSF9 MEIRUS	UNIDADE DE APOIO PSF3 ASSENT.CONCEIÇÃO	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
			
UNIDADE DE SAUDE PSF3 JACAREZINHO	UNIDADE DE SAUDE PSF5 JAPÃO	UNIDADE DE APOIO PSF7 UMBURANA DAGUA	CREAS FLOR DE MANDACARU
			
COMUNIDADE QUILOMBOLA POÇO DO SAL	UNIDADE DE SAUDE PSF8 BELEZA	PREFEITURA DE PÃO AÇUCAR -AL	SECRETARIA DE URBANISMO
			
COMUNIDADE QUILOMBOLA CHIFRE DO BODE			
			
COMUNIDADE QUILOMBOLA POÇÃO			





Do direito à Educação Inclusiva com Equidade

EIXO 1

Do Direito à Educação Inclusiva com Equidade

Apenas nas duas últimas décadas é que a Educação Infantil passou a ser compreendida como uma política pública essencial, de cuidado com as crianças. Anteriormente, para a população, sobretudo aos mais pobres, eram disponibilizadas creches públicas e comunitárias para crianças de até 4 anos de idade, mesmo assim escassas e sem dar conta da grande demanda. Formava-se aí um gargalo no qual crianças de 4 a 6 anos não contavam com espaços públicos adequados para que os familiares, principalmente a mãe, pudessem trabalhar. Com esse novo entendimento, novas leis, tratados e protocolos passaram a perceber a criança como um sujeito de direito e de desenvolvimento integrado, com direito ao desenvolvimento educacional.

A Educação Infantil vem provocando assim uma grande transformação e mudanças de paradigmas, conceito e vivências, colocando as crianças de até 6 anos em práticas pedagógicas que têm como base estudos cada vez mais aprofundados sobre o desenvolvimento infantil fundamentado em teorias da psicologia e da neurociência. Esse embasamento científico amplia, também a necessidade da compreensão dos aspectos da diversidade étnico-racial, de gênero e inclusão, o que se tornam desafios constantes para uma educação transformadora e equânime. A Educação Infantil passou a ser



uma responsabilidade do Ministério da Educação somente a partir de 2006, e a ausência de formação docente específica ainda continua sendo um gargalo reconhecido nessa etapa da educação básica. Na busca de aperfeiçoamento profissional, o MEC, a partir de 2009, em parcerias com universidades federais do país, passou a oferecer cursos de especialização e aperfeiçoamento na área. A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) passou a integrar a Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica, via setor de estudos em Educação Infantil do Centro de Educação (Cedu), oferecendo sete turmas entre 2012 e 2015.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 6 anos de idade. Divide-se em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos), sendo a frequência obrigatória a partir da pré-escola. A Educação Infantil é a única que está vinculada a uma idade específica, ou seja, não é possível frequentá-la fora da idade estabelecida como padrão. De acordo com o artigo 29 da LDB: “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Com a aprovação da BNCC, as diretrizes da Educação Infantil passam a ser padronizadas em todo o país e cabe às Rede Municipais de Educação organizar essa adequação.

Hoje, como porta de entrada no sistema de ensino em uma creche ou pré-escola, é um momento marcante para as famílias: frequentemente, é a primeira vez que a criança passa a estar cotidianamente num ambiente externo à sua casa, longe de seus familiares. É um mundo de possibilidades que se abre – tanto para a criança, quanto para a escola – a partir da convivência com outras crianças. São muitas as diversida-



des que se apresentam, tais como crenças religiosas, gênero, hábitos alimentares, características físicas, linguajar, formas de se expressar entre outras.

Alguns princípios gerais da neurociência indicam que os diferentes sistemas de desenvolvimento humano – físico, social, emocional e cognitivo – operam estreitamente ligados entre si. Qualquer forma de desenvolvimento em um desses sistemas influencia e é influenciada pelo que ocorre no outro. Investigações sobre como a mente de uma criança cresce e se desenvolve tendem a confirmar os princípios de uma abordagem socioconstrutivista em relação à educação, com base em teorias de diferentes autores (DEWEY, 1969; PIAGET, 1967; VYGOTSKY, 1966). A ideia central da teoria socioconstrutivista é que as crianças aprendem sobre base social e que a compreensão dos significados ocorre na interação ativa e dinâmica com o ambiente físico, social e emocional. Um ambiente de aprendizagem equilibrado deve intrigar e continuamente instigar a mente das crianças sem que elas se sintam inseguras ou ameaçadas. Quando há proteção e afeto é possível vivenciar a felicidade e a alegria dos profissionais de educação que estão o dia a dia com as crianças – operadores da proteção social e dos direitos, médicos e profissionais de todas as áreas sentem a responsabilidade coletiva do desenvolvimento daquela criança, sentindo que ciência, criatividade e afeto caminham juntos.

Pela primeira vez se está trabalhando na perspectiva holística no atendimento educacional envolvendo áreas como saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, do urbanismo como facilitadoras da integração, inclusão e harmonia, mas também propiciando liberdade de expressão e de experimentação, incentivando a curiosidade, a relação



com a natureza, com a música e a alimentação das crianças como preconizam as 17 metas da ODS da agenda 2030.

O debate, por exemplo, sobre o currículo educativo centrado na criança e nas culturas infantis, a diferenciação de áreas de conhecimento e campos de experiência, a valorização das múltiplas linguagens da criança, as novas possibilidades de organização de espaços e tempos e a necessária consolidação da identidade da educação infantil provocavam muito encantamento em toda a comunidade escolar.

Esse movimento educacional, impulsionado com essa nova configuração da educação infantil, constitui a base de uma grande mobilização e a formação da rede nacional, estadual e municipal da Primeira Infância, dando a largada para o Plano Nacional da Primeira Infância e do Marco Legal.

Marcos Legais

A seguir, estão organizados os principais pilares legais e dispositivos, como Portarias e legislação legal que amparam a promoção da educação infantil. Nas últimas três décadas, a educação infantil teve um grande impulso, por ser reconhecida pela sociedade brasileira como uma política pública importante e prioritária para o desenvolvimento humano e social do Brasil.

Nos quadros abaixo, são apresentados os artigos da Constituição brasileira, das Portarias e dispositivos legais e dos dispositivos específicos do sistema educacional nacional e local, como a LDB e outras regulamentações necessárias para a promoção, implementação e expansão da educação infantil no município.



A Constituição

– O Art. 227 prevê como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, entre outros.

Além do artigo mencionado, o direito à educação é expresso nos seguintes artigos:

– Art. 205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família.

– Art. 206, do inciso I ao VII: princípios da educação: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade.

– Art. 208, incisos I, IV, VII: dever do Estado: garantia de educação básica e obrigatória a partir dos 4 anos de idade; atendimento em creche e pré-escola para crianças até 5 anos de idade; programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

– Art. 208, § 1.º e 2.º: o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

– Art. 208, § 3.º: compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino obrigatório, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

– Art. 211: organização dos sistemas de ensino pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

– Art. 211, § 2.º: os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na Educação Infantil.

– Art. 213: destinação de recursos públicos às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos.



As Leis Regulamentadoras que vieram depois da Constituição Federal

Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – começando no art. 227 da Constituição Federal estabelece a “Doutrina de Proteção Integral”, assegurando direito a todas as crianças e adolescentes, dentre eles, o direito à educação (art. 4.º).

A garantia de prioridade é prevista no parágrafo único do artigo 4.º, que prevê:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

De forma resumida, observam-se, a seguir, os direitos fundamentais estabelecidos pelo ECA em relação ao “direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer”, com recorte na primeira infância.

- Direito à educação: igualdade de condições para o acesso e permanência; ser respeitado pelos educadores; acesso à escola pública e gratuita próxima da sua residência; os pais ou responsáveis tomarem ciência do processo pedagógico e participarem das propostas educacionais (Art. 53).
- Dever do Estado: atendimento em creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos; programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; recensear os educandos no ensino obrigatório, fazer-lhes a chamada e zelar pela frequência à escola (Art. 54).
- Notificação compulsória: os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus estudantes; reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar, entre outros (Art. 56).
- O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade de autoridade competente (Art. 54, § 1.º e 2.º).



Lei Federal n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamenta os artigos 205 a 214 da CF e define a educação de maneira bastante abrangente, conforme se vê a seguir.

Art. 1.º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Em relação ao direito à educação, a LDB apresenta o seguinte enunciado:

Art. 2.º – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade, e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o livre desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício de sua cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Resumidamente, apresenta-se aqui o que a LDB estabelece para a primeira infância:

– Princípios: igualdade para acesso e permanência; pluralismo de ideias e concepções; gratuidade do ensino público; valorização do profissional de educação; gestão democrática; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar, consideração com a diversidade étnico-racial, entre outros (Art. 3.º).

– Dever do Estado: garantia de educação básica obrigatória a partir da pré-escola (quatro anos de idade); atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de até cinco anos de idade; programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Art. 4.º).

– O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer pessoa, instituição ou Ministério Público acionar o poder público para exigí-lo (Art. 5.º).

– Compete ao município: recensear a população em idade escolar; fazer-lhe a chamada pública; zelar pela frequência escolar (Art. 5.º, § 1.º).

– Incumbência dos municípios: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições do seu sistema de ensino; exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; baixar normas para os seus sistemas de ensino; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seu sistema de ensino; oferecer a educação infantil (Art. 11).



A Família e o desenvolvimento infantil, os laços indelévels entre pais e filhos

A família é a base da vida da criança e de seu desenvolvimento. O meio familiar no qual a criança nasce e vive é importante para a construção da sua forma de se relacionar, de ver o mundo e sobretudo de seu equilíbrio emocional. A família é responsável por cuidar, proteger e inserir a criança na sociedade. Sua cultura e sua forma de viver influenciarão a criança de forma indelével. Estudos psicanalíticos e da psicologia evolutiva dizem que mesmo quando um indivíduo perde o contato físico com familiares, ficam na memória momentos que relembram gestos, perfumes, lugares, sentimentos e aprendizados que acompanharam esses momentos.

Na família, a criança aprende a conviver com diferentes gerações, com o afeto e com os valores familiares que se formam na contemporaneidade a partir das diversas constelações familiar. A criança aprende limites e as primeiras regras do convívio familiar. De forma geral, esses aspectos de certa forma são aqueles que se consideram constitutivos da estrutura familiar em suas múltiplas faces.

Para o Unicef, “O pleno desenvolvimento da criança só pode ser alcançado com a oferta do cuidado integral, com intervenções integradas da saúde, a nutrição da criança, os cuidados responsivos, a segurança e oportunidades de aprendizado”¹⁹.

¹⁹ UNICEF Brasil. *Fortalecimento das competências familiares*, [S.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/fortalecimento-das-competencias-familiares>.



O Fortalecimento das Famílias

A **parentalidade positiva**, considerada mais que um conceito, torna-se um objetivo a ser perseguido para a proteção da infância. Ela indica um ambiente familiar no qual a criança pode desfrutar de relações livres de violência, com incentivo às brincadeiras, às relações positivas entre gerações, a toda forma de aprendizagem com afeto e segurança.

Como apoiar as famílias para que cumpram esse papel?

Nem sempre a família vive condições e tem formação para cumprir essa função. É necessário compreender a estrutura familiar dentro do contexto sociocultural da sociedade brasileira, das diversidades regionais, das diversidades cidade-campo, das diversidades geológicas, entre outras. As pesquisas sobre as diferentes infâncias – quilombolas, ribeirinhas, indígenas, urbanas, do campo, da floresta – destacam essa complexidade e potencialidade. Essa diversidade é portadora de valores e culturas que compõem a sociedade multicultural brasileira. Outro fator importante é considerar a condição de vulnerabilidade em que vivem muitas dessas famílias, expostas a vários tipos de violência, preconceito e racismo, conjuntura na qual a primeira vítima é a criança. O fortalecimento familiar contextualizado, tendo as famílias como protagonistas desse fortalecimento, deve ser apoiado e orientado em um esforço intersetorial, sobretudo com as famílias em situação de risco e vulnerabilidade. Os profissionais das redes de saúde, educação e assistência social também devem garantir um atendimento qualificado e intersetorial para apoiar as crianças e suas famílias no enfrentamento de situações de violência, abandono e desestruturação do ambiente familiar.



Participação da família na escola

Quando a família participa da escola, do convívio escolar, ela é impactada pelo contato com outras realidades familiares, a equipe escolar tem um papel importante em promover sentimento de empatia e aceitação da diversidade social e cultural; proporcionar experiências de compartilhamento de vivências, de compreensão sobre limitações e dificuldades, de entendimento de que as pessoas são diferentes e, por isso, têm inteligências, capacidades, potencialidades, dificuldades e demandas diferentes.

É importante que a educação oportunize o desenvolvimento de competências familiares. Além de praticar intercâmbio entre as famílias, promover momentos de reflexão sobre as diferentes condições individuais e sociais, pensar em conjunto nos diferentes e possíveis modos de acolhimento e educação para todas as crianças, sem desconsiderar a realidade de cada uma e cultivando a amorosidade, para que a educação esteja ao alcance dos que têm apoio familiar e para aqueles que não têm esse privilégio. As competências familiares são os conhecimentos, saberes e habilidades somados à afetividade e às atitudes e práticas das famílias, que facilitam e promovem a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças de até 6 anos²⁰.

“Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne”²¹, enfatiza Paulo Freire. É necessário que a convivência com a singularidade de cada criança e das famílias seja valo-

²⁰ UNICEF Brasil, [S.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/fortalecimento-das-competencias-familiares>.

²¹ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez, 1979.



rizada, potencializada e analisada sob o prisma dos direitos humanos de uma escola de qualidade e inclusiva.

A Educação Infantil de Pão de Açúcar: breve diagnóstico

O Referencial Curricular de Pão de Açúcar-AL para a Educação Infantil traz como premissas o binômio **educar e cuidar**, as **interações e brincadeiras** e a garantia **dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças – conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se**, contempladas na BNCC (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o PMPIPA deve assegurar princípios para o atendimento à criança pequena nas creches e na pré-escola, instituições que devem acolhê-la, e partilhar com sua família e/ou responsáveis os cuidados a que tem direito na infância – com seu corpo e pensamento, seus afetos e sua imaginação – e garantir as aprendizagens essenciais, respeitando a história construída no ambiente familiar e/ou na comunidade em que vive.

Aspectos e dinâmicas

A Lei Orgânica do município de Pão de Açúcar, em seu Cap. 2, Art. 116, inciso 7, determina o atendimento em creche e pré-escolas às crianças de faixa etária de até 5 anos, assegurando-lhes assistência pedagógica, médica, psicológica e nutricional adequada aos seus diferentes graus de desenvolvimento. Em face de todas essas transformações, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos e de se-



leção e fortalecimento de práticas pedagógicas e discussões sobre como orientar o trabalho com crianças de até 3 anos em creches e como garantir práticas com crianças de 4 e 5 anos, que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.

Em Pão de Açúcar, as primeiras turmas de Educação Infantil, em unidades de ensino do setor público, conforme documentos encontrados na Secretaria Municipal de Educação (Semed), estão datadas a partir do ano de 1984, na então gestão do Sr. Elísio da Silva Maia (1983-1988). Na época, ainda não existia Secretaria de Educação, mas sim uma pasta denominada Departamento de Educação e Cultura cujo responsável era o Sr. Hélio da Silva Fialho.

De acordo com as atas achadas nos arquivos da Semed, atualmente apenas 6 (seis) unidades municipais de ensino deram início à implantação do Ensino Infantil, sendo as seguintes: UME Professor Jaime de Altavilla (ativa), localizada no Entroncamento, povoado Impoeiras de Cima; UME Nequito Pastor (desativada), localizada no povoado Quibanzê; UME José Gonçalves de Andrade (ativa), localizada no povoado Machado; UME José Tavares de Castro, localizada no povoado Jacarezinho; UME São José (desativada), localizada na Fazenda São José; e UME São Pedro (desativada), localizada no povoado Espinhos.

Apesar de o município dar início ao Ensino Infantil à época, as crianças que compreendem essa faixa etária dividiam a sala de aula e o professor titular com crianças de outras séries, ou seja, estudavam em regime *multisseriado*. Alterações: pág. 36: 3º parágrafo Jaime.



Observa-se, no entanto, conforme informações constantes de documentos da Semed, que ao longo dos anos, considerando o ano de registro das primeiras turmas de ensino infantil, o quantitativo de escolas que ofertavam essa modalidade de ensino foi crescente e alcançou seu pico no ano de 2005. A partir de então, nota-se um declínio no número de escolas que ofertavam turmas de Educação Infantil; isso se deu em decorrência da quantidade de alunos que diminuiu em razão da taxa de natalidade, pois, conforme dados do IBGE, o Brasil teve uma queda, passando de 20,14% em 1995, com projeção de 13,69% em 2020²².

²² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1995*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1995.pdf.



Diagnóstico Local

CRIANÇAS MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL	
2021	1.003
2022	1.127
2023	1.266

CRIANÇAS MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PÃO DE AÇÚ-CAR EM 2023				
Instituição de Ensino	Localidade	Creche	Pré-escola	setor
Álvaro Rodrigues de Farias	Zona rural Pov. Santiago	14	17	Público
Ana Tereza de Jesus	Zona rural Pov. Meirus	25	29	Público
Assentamento Alemar	Zona rural Assentamento Alemar	3	13	Público
Capitão Manoel Rêgo	Zona rural Pov. Impoeiras	-	39	Público
Centro Educacional Opção	Zona urbana Centro	4	10	Particular
Creche Irmã Clementina	Zona urbana Centro	253	-	Público
Creche Marineuza do Bonfim Lisboa	Zona rural Pov. Impoeiras	131	-	Público
Colégio São Vicente	Zona urbana Centro	11	40	Particular
Lindauro Costa	Zona rural Pov. Limoeiro	16	20	Público



CRIANÇAS MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PÃO DE AÇÚCAR EM 2023				
Instituição de Ensino	Localidade	Creche	Pré-escola	setor
João Leite	Zona rural Sítio João Leite	15	16	Público
Joaquim Fonseca	Zona urbana Centro	-	119	Público
José Gonçalves de Andrade	Zona rural Pov. Machado	12	19	Público
Júlio Damasceno Ribeiro	Zona rural Pov. Xexéu	24	22	Público
Manoel Rodrigues Correia	Zona rural Pov. Emendadas	6	24	Público
Monsenhor Lyra	Zona rural Pov. Lagoa de Pedra	11	47	Público
Pé da Serra	Zona rural Pov. Pé da Serra	-	37	Público
Pedro Soares dos Prazeres	Zona rural Sítio União	26	35	Público
Poção	Zona rural Comunidade Quilombola	7	5	Público



Primeiros Passos	Zona urbana Centro	18	35	Particular
Professora Maria de Celeste de Andrade	Zona rural Comunidade Quilombola	16	24	Público
Professor Manoel Alves	Zona rural Pov. Ilha do Ferro	4	10	Público
Ronalço dos Anjos	Zona urbana Centro	25	42	Público
São Miguel	Zona rural Sítio São Miguel	08	27	Público
Senador Rui Palmeira	Zona urbana Centro	-	89	Público
Vereador Antônio Machado Guimarães	Zona rural Pov. Rua Nova	30	21	Público
Total	-	659	740	-

Quantitativo de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade no município de Pão de Açúcar Fonte: e-SUS APS		
0-3 anos	4 anos	5 anos
1.318	693	763



Quantitativo de crianças matriculadas na rede municipal de Ensino de Pão de Açúcar Fonte: Censo Escolar		
0-3 anos	4 anos	5 anos
628	345	305

Quantitativo de crianças matriculadas na rede privada de Pão de Açúcar Fonte: Censo Escolar		
0-3 anos	4 anos	5 anos
33	42	43

Fonte: Secretaria de Educação de Pão de Açúcar.



Educação Quilombola: um marco na história da educação de Pão de Açúcar

Destacamos a comunidade quilombola POÇÃO que não está incluída neste mapa

O Estado de Alagoas é o berço de um dos maiores ícones da resistência negra à escravidão. Sua história é marcada pelo legado de Zumbi dos Palmares e pela memória do maior quilombo do período colonial brasileiro, o Quilombo dos Palmares. Atualmente, a Fundação Cultural Palmares contabiliza em Alagoas 71 comunidades remanescentes de quilombolas, sendo uma certificada e 70 tituladas, distribuídas em 35 municípios (ALAGOAS, 2015; BRASIL, 2021).

Pão de Açúcar faz parte integrante desses municípios, integrando as seguintes comunidades Quilombolas registradas²³: Poço do Sal, Chifre do Bode e Poção, com o Registro n.º 668 – Fl. 178, em 11/7/06. Publicada no Diário Oficial da União em 28/7/06, Seção 1, n.º 144, Folha 20.

As Comunidades quilombolas não têm uma equipe de saúde da família específica, para atender às suas necessidades de saúde de forma mais eficaz e culturalmente sensível. É necessário intervir com a construção de uma Unidade Básica de Saúde Quilombolas (UBSQ) ou Unidade de Saúde da Fa-

²³ BRASIL. Ministério da Educação. Palmares Fundação Cultural. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)*, 2013. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/1-crqs-certificadas-ate-10-06-2013.pdf>.



mília Quilombolas (USFQ), localizada nas proximidades das comunidades quilombolas.



São fundamentais equipes de equipes de profissionais de saúde capacitados para atender às demandas específicas dessas populações, levando-se em consideração, aspectos culturais, sociais e históricos das comunidades, buscando oferecer um atendimento mais inclusivo e respeitoso. Além dos serviços de saúde básicos, as UBSQ ou USFQ podem oferecer ações voltadas para a promoção da saúde, prevenção de doenças, educação em saúde, acompanhamento pré-natal, vacinação, atendimento odontológico, entre outros serviços.

Os domicílios são pulverizados por toda uma área; as condições de habitação, saneamento, pavimentação são muito precárias; as comunidades têm lideranças; e distam 40 km do centro urbano. A população infantil é muito numerosa.

Segundo dados da Assistência Social do município de Pão de Açúcar, cerca de 87,9% da população reside em casa de



tijolo; 82,9% têm o chefe da família masculino; e 17,1%, feminino. Em relação à educação formal, em média 50,0% da população tem até apenas três anos de escolarização.

Os/as moradores/as, na sua maioria, são lavradores/as e sobrevivem da lavoura de subsistência e trabalhadoras no lar, sendo que 93,3% recebem benefícios do Programa de Governo. Os menores de 10 anos têm em média entre 4,5 anos; 51,3% são do sexo masculino e 48,7%, do sexo feminino; 100,0% frequentam escola.

Quanto à saúde mental, 32,6% dos moradores da comunidade relatam estresse, depressão e outros. Em se tratando da saúde mental das mulheres donas de casa, observam-se indicativos de estresse e depressão.

As Comunidades Quilombolas de Pão de Açúcar compõem espaços em desenvolvimento, apresentando indicadores de melhoria e avanços, principalmente no que diz respeito à educação.

Nessas comunidades, a educação não é negligenciada; as famílias compreendem que a educação é um forte incentivo para o desenvolvimento individual, e que a escola representa uma fonte de saberes e conhecimentos, se constituindo um direito fundamental para o bem-estar da comunidade.

Em relação à escolarização quilombola, há pouca informação oficial sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, quer dizer, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas. Faltam os equipamentos necessários e as escolas existentes carecem de infraestrutura e equipamentos. A Prefeitura Municipal iniciou a construção de uma escola em Chifre do Bode, com o período estabelecido para a obra ser entregue em 2016, porém foi judicializada, e a obra está inativa.



Considerações Finais

A Educação e o Plano da Primeira Infância

Ter um Plano para a Primeira Infância em todas as esferas das políticas brasileiras é ter um instrumento poderoso para implementar serviços de qualidade que possam garantir o desenvolvimento humano e social e reduzir os danos de situações de abandono e de violações, ao mesmo tempo que induza uma qualificação das políticas públicas orientando para um visão de intersetorialidade e transversalidade indispensável para conquistar atitudes mais justas e equânimes para o desenvolvimento humano e social.

Considerar a primeira etapa da educação – esse momento importante de socialização, diversificação do ambiente, de controle e segurança da criança e no mesmo tempo de potencialização de todas as possibilidades de crescimento, assim como norteia o Plano Nacional – é uma estratégia inteligente e eficaz. As pesquisas recentes sobre a eficácia da educação infantil no processo de desenvolvimento comprovam resultados importantes no desenvolvimento infantil, pois uma educação eficaz nesse período garante uma vida mais plena para toda criança, de qualquer ambiente socioeconômico, possibilitando que as crianças vivam uma infância mais feliz. Além disso, a educação de qualidade visa sedimentar a base do desenvolvimento pessoal posterior, assegurar maior resultado na educação escolar, traduzido em melhor aprendizagem no ensino fundamental e médio, aumentar ganhos financeiros futuros e reduzir gastos posteriores em programas sociais.



Assegurar políticas eficazes para o atendimento à Primeira Infância, com a elaboração de estratégias para sua implementação e acompanhamento, deve ser prioridade da administração pública, em todos os níveis.



***Mas criança também tem
O direito de sorrir.
Correr na beira do mar,
Ter lápis de colorir.***





Do Direito à Saúde Integral da Criança

EIXO 2

Apresentação

A Saúde é um direito de todos e um dever do Estado” diz a Constituição Federal. De acordo com os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência deve ser universal, igualitária e equitativa. Ou seja, além de oferecer o atendimento indiscriminado, a pessoa deve ser tratada na sua individualidade. Não basta acolher todos para que o tratamento seja bem-sucedido. Há que se levar em consideração as especificidades de cada paciente.²⁴

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Pão de Açúcar (PMPIPA) responde à necessidade de implementar ações protetivas e preventivas para essa etapa fundamental para o desenvolvimento da criança, fundamentando-se nos pressupostos assegurados constitucionalmente desde 1988, de garantir os direitos a um desenvolvimento pleno, saudável e protegido. Trata-se de uma construção coletiva fundamental para o município, visando oferecer um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com o envolvimento de diferentes setores, contemplando a escuta e a participação das crianças e da socie-

²⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. p. 5.



dade civil, com o objetivo de orientar decisões e investimentos para as ações de proteção e para a promoção dos direitos fundamentais das crianças na fase da primeira infância.

Tendo como referência a *Agenda de Compromisso para Saúde Integral da Criança* do Ministério da Saúde, que define, no seu portal, a Primeira Infância como

[...] um período muito importante para o desenvolvimento mental, emocional e de socialização da criança considerando fundamental estimular a criança nessa fase, para que ela tenha uma vida saudável e possa se desenvolver bem na infância, na adolescência e na vida adulta.²⁵

A Coordenação de Atenção à Criança, do Ministério da Saúde, apresenta esta **Agenda de Compromissos com a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil** como orientação para a ação de todos os profissionais que lidam com a criança. Pretende-se, assim, ressaltar que **o foco da atenção de todos, cada qual dentro de sua missão profissional, é a criança**, em toda e qualquer oportunidade a que se apresente, seja na unidade de saúde, no domicílio ou espaços coletivos, como a creche, pré-escola e a escola. Assim, a criança pode se beneficiar de um cuidado integral e multiprofissional, que dê conta de compreender todas as suas necessidades e direitos como indivíduo. Ainda, como cuidado integral entende-se a responsabilidade de disponibilizar a atenção necessária em todos os níveis: da promoção à saúde ao nível mais complexo de assistência, do lócus próprio da atenção à saúde aos demais setores que têm interface estreita e fundamental com a saúde (moradia, água tratada, educação etc.).¹

Dessa forma, foram traçadas algumas proposições importantes para as ações sugeridas, reafirmando a visão holística

²⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. *Desenvolvimento infantil* [S.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia/desenvolvimento-infantil>.



de saúde como **o completo bem-estar físico, mental e social** e não apenas a simples ausência de doença. Reafirma-se a necessidade de garantir os direitos básicos relacionados a plenas condições de nutrição, de desenvolvimento e de proteção. Acompanhando as orientações do Programa sobre o acompanhamento das várias etapas até 3 anos de idade de forma prioritária, se considera, conforme o Plano Nacional da Primeira Infância, que as diretrizes das políticas públicas precisam estar apoiadas em ações transversais e integradas, operacionalizadas em todos os níveis de atenção, desde a saúde básica, o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério, até o acompanhamento do desenvolvimento da criança, bem como os serviços especializados. É relevante considerar os saberes locais, modos particulares de entendimento sobre o binômio Saúde e doença (medicina tradicional, benzedadeiras, rezadeiras, plantas medicinais, entre outros).

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que as políticas públicas sejam formuladas de maneira a contemplar a necessidade da formação continuada e a valorização do conjunto de profissionais que atuam com a primeira infância, de maneira que as estratégias promovam a humanização, o acesso aos serviços e a qualificação da atenção à saúde da mulher e da criança, propiciando a integração dos serviços com o empoderamento das famílias e os diversos atores sociais da comunidade como agentes promotores de saúde.

O Plano, pelo seu caráter de sustentabilidade e continuidade das políticas públicas, é um instrumento a longo prazo. A construção de um plano de metas de curto a médio prazo garante a urgência de ações prioritárias. A vida da criança não pode esperar. Nesse sentido, é importante que o PMPI-



PA tenha a aprovação do Poder Legislativo, pois, quando se torna Lei, passará a fazer parte do Plano Plurianual (PPA) do Município de Pão de Açúcar-AL.



Introdução

Pão de Açúcar, localizado na mesorregião do Sertão Alagoano, é o município de maior área dentro da microrregião geográfica de Santana do Ipanema. Situado às margens do Rio São Francisco, limita-se ao norte com São José da Tapera, ao sul com o rio São Francisco, a leste com os municípios de Palestina e Belo Monte, e a oeste com Piranhas, distando 230 km da capital. Possui população estimada, segundo o IBGE (2022), 23.823 habitantes. Apresenta densidade demográfica (2020) de 34,58 habitantes.

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização (PDR) 2011, o município pertence à Nona Região de Saúde, composta por 14 municípios (Canapi, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Monteirópolis, Olho D'água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera, e Senador Rui Palmeira) que totalizam 237.387 habitantes.

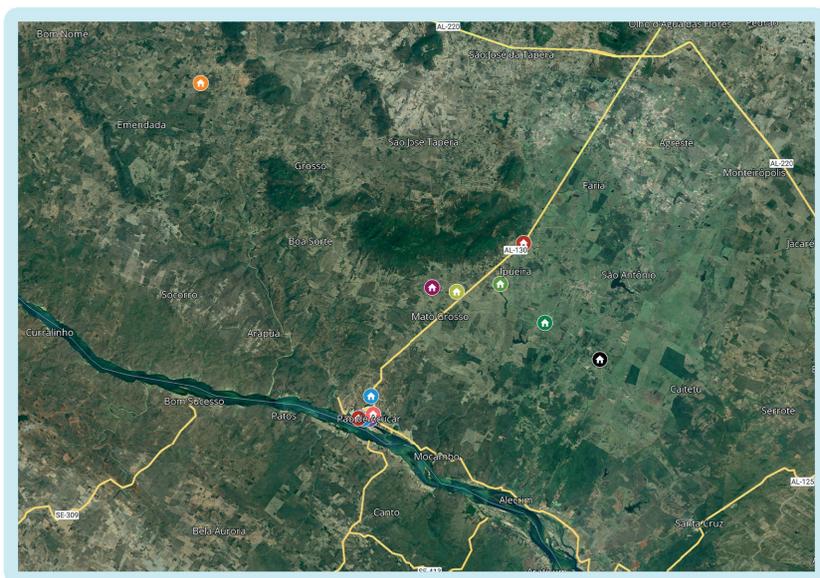
Pão de Açúcar é um município do Semiárido Brasileiro. Seu território é composto 100% pelo bioma Caatinga. O IDHM de Pão de Açúcar é 0,59. Apresenta 17,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 89,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 17 para 1.000 nascidos vivos. As internações por causa de diarreias são de 3,3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 20 de 102 e 8 de 102, respecti-



vamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1.341 de 5.570 e 1.055 de 5.570, respectivamente. Esses dados nos indicam que muito tem que ser feito, e que a atuação se mostra tímida em frente das demandas.

Segue, abaixo, o mapa do município contendo a geolocalização das Unidades Básicas de Saúde e a descrição dos usuários de 0 a 6 anos de suas áreas adscritas.





Serviços Públicos Georreferenciados

Legenda

			
CRAS VELHO CHICO	NUCLEO SCFV DO MACHADO	NUCLEO SCFV DE FURNAS	SECRETARIA DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS
			
CRAS TERRA DO SOL	NUCLEO SCFV DE IMPOEIRAS	CREAS FLOR DE MANDACARU	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
			
NUCLEO SCFV RUA NOVA	NUCLEO SCFV DO CHIFRE DO BODE COMUNIDADE QUILOMBOLAS	PREFEITURA DE PÃO DE AÇUCAR-AL	CASA DOS CONSELHOS
			
NUCLEO SCFV LAGOA DE PEDRA	NUCLEO DE SCFV MEIRUS	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
			
SECRETARIA DE URBANISMO			



Diagnóstico situacional da saúde na primeira infância

Acredita-se que o diagnóstico é uma importante ferramenta de gestão, sendo uma tecnologia essencial para a qualificação e a eficácia nas práticas, pois é um instrumento de coleta, tratamento e análise dos dados colhidos, sendo assim uma ferramenta que auxilia a conhecer os problemas e as necessidades locais (SILVA; KOOPMANS; DAHER, 2016).

A análise situacional de saúde é um processo analítico-sintético que permite caracterizar, medir e explicar o perfil de saúde-doença de uma população, incluindo os problemas de saúde, assim como seus determinantes, facilitando a identificação de necessidades e prioridades em saúde. Além disso, possui o potencial de orientar os profissionais da saúde de forma crítica e reflexiva sobre a condição de saúde da população estudada, subsidiando o planejamento de ações, bem como a ampliação da resolutividade dos principais problemas de saúde (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Saúde gerou informações utilizando sistemas como SISAB, SISVAN, DATA-SUS, IBGE E PEC, os quais servem de elementos para a construção da análise da situação atual do município de Pão de Açúcar e que embasam as estratégias do planejamento local.



Vacinação

Nos últimos meses, o município vem apresentando valores com pequeno decréscimo nos indicadores da vacinação. Esta taxa é influenciada pelo número de crianças cadastradas no PEC. O indicador pode subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à atenção infantil.

O cumprimento de metas de coberturas para todas as vacinas do calendário nacional de imunização até 2020 foi proposto pelo *Global Vaccine Action Plan 2011-2020*. Contudo, houve uma redução da cobertura vacinal, pois o comparecimento às unidades de saúde caiu drasticamente, inclusive para a vacinação infantil, em razão das medidas de distanciamento social para evitar a transmissão de Covid-19. Segundo análise dos indicadores da Cobertura Vacinal em crianças de um ano com a vacina tríplice viral (SCR), segunda dose (D2), observou-se que apenas 50% das crianças foram vacinadas.

No entanto, essa redução não foi notada para a vacina contra varicela, aplicada juntamente com a tríplice viral aos 15 meses (em substituição à tetraviral); essa vacina não está disponível há um bom tempo. Deduz-se que alguns profissionais realizaram a segunda dose da tríplice viral no campo da vacina tetraviral. Com isso, aponta-se que a vacina tríplice teve maior declínio na cobertura vacinal.



Tríplice Viral (D2)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
24,4	42,49	45,33	54,39	42,15	45,89	46,62	40,79	36,26	32,63	29,67

A vacina tríplice viral previne a ocorrência de sarampo, caxumba e rubéola. As estimativas da sua eficácia são de 99% na prevenção do sarampo depois da segunda dose; mais de 95% na prevenção da caxumba e de 90% na prevenção da rubéola depois de dose única, porém, com a redução do número de vacinados há possibilidade de que essas patologias acometam as crianças que ainda não foram imunizadas.

Portanto, considerando as baixas coberturas vacinais infantis, bem como suas consequências já visíveis, e a possibilidade de a vacina ter sido lançada no campo da tetraviral, é necessário realizar um planejamento estratégico para aumentar os indicadores de vacinação e capacitações para os profissionais.

Assim, foram planejadas metas com o objetivo de melhorar a cobertura vacinal em crianças de 0 a 6 anos de idade, conforme seguem.

1. Verificar a caderneta de saúde das crianças da primeira infância, por meio das ações do Programa Saúde na Escola e Atenção Primária em Saúde, seguindo o calendário de vacina.



2. Intensificar campanhas de vacinação trimestralmente.
3. Realizar busca ativa vacinal mensalmente em todas as Equipes de Saúde da Família.
4. Estender o horário de salas de vacina a cada 15 dias, visando alcançar as famílias que alegam outras atribuições em horário comercial.



A gestação na adolescência

Os adolescentes – indivíduos entre 10 e 20 anos incompletos – representam cerca de 20% a 30% da população mundial, estimando-se que no Brasil essa proporção alcance 23%. Dentre os problemas de saúde do adolescente, a gravidez se sobressai em quase todos os países, em especial nos países em desenvolvimento, conforme a publicação *Prevenção da gravidez na adolescência, o Guia Prático de atualização da SBP* (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019b)²⁶.

Diversos fatores concorrem para a gestação na adolescência. No entanto, a desinformação sobre sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos é o principal motivo. Questões emocionais, psicossociais e contextuais também contribuem, inclusive para a falta de acesso à proteção social e ao sistema de saúde, incluindo o uso inadequado de contraceptivos como métodos de barreira e preservativos. Além do aspecto social, a adolescente tem, por exemplo, sua vida escolar interrompida e o aumento da situação de vulnerabilidade dessa jovem mãe e seu bebê, principalmente no caso de famílias com baixa renda, são muitos os riscos à saúde de mãe e filho.

²⁶ SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Prevenção da gravidez na adolescência*, 2019. p. 1. (Guia Prático de Atualização). Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/sbp/sbp_guiapratico_prevencao_gravidez_adolescencia_2019.pdf.



As consultas de pré-natal

O pré-natal tem o objetivo de reduzir a morbimortalidade materna e fetal. Para isso, é necessário que se promova uma assistência de qualidade que abarque cuidados, condutas e procedimentos em favor da gestante e do conceito durante o período gestacional.

Durante a gravidez a gestante possui uma série de necessidades que o profissional de saúde precisa estar apto a exercer. É importante realizar um pré-natal de qualidade para minimizar as intercorrências obstétricas, assegurando a saúde a gestante e do bebê.

A realização da Consulta de Enfermagem no Atendimento Pré-natal é um dos grandes recursos para a contribuição da expansão da cobertura assistencial às gestante, a fim de favorecer sua qualidade de vida.

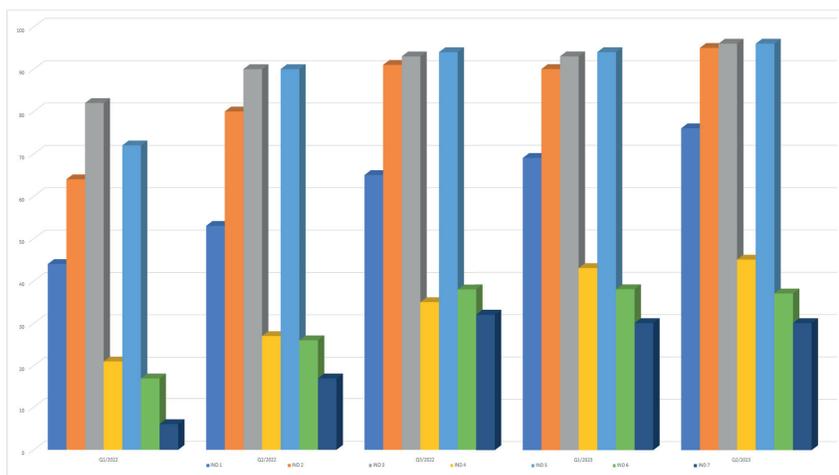


Números de atendimentos realizados às gestantes durante o segundo quadrimestre no ano de 2023

CNES	Nome UBS	Pré-Natal (6 consultas)	Pré-Natal (Sífilis e HIV)	Gestantes Saúde Bacal	Cobertura Citopatológica	Cobertura Polio e Penta	Hipertensão (PA Aferida)	Diabetes (Hemoglobina Glicada)
	PÃO DE AÇÚCAR	76%	95%	96%	45%	96%	37%	30%
2719215	ESF 4 Posto de Saúde de Lagoa de Pedra	69%	100%	85%	64%	100%	43%	35%
7214847	ESF 9 Equipe de Saúde da Família de Meirus	78%	100%	100%	46%	100%	43%	30%
2719282	ESF 5 Equipe de Saúde da Família do Japão	100%	100%	100%	55%	100%	42%	39%
7456085	ESF 8 Nossa Senhora da Saúde	86%	100%	100%	64%	100%	44%	30%
5973686	ESF 6 João Antônio dos Santos	57%	100%	93%	27%	93%	32%	28%
2719266	ESF 7 Unidade de Saúde da Família de Impoeiras	57%	71%	100%	47%	75%	40%	30%
3719219	ESF 1 Unidade de Saúde da Família	91%	100%	100%	33%	100%	28%	25%
2719185	ESF 2 Centro de Saúde Dr. Heitor M. Albuquerque	90%	100%	95%	48%	100%	38%	27%
2719274	ESF 3 Unidade de Saúde de Jacarezinho	60%	80%	100%	41%	83%	35%	34%

Fonte: Previne Brasil IBGE 270640. Município: Pão de Açúcar – AL.

PREVINE BRASIL – SERIE HISTORICA



Procedimentos realizados na gravidez ou parto de adolescentes nos anos de 2021, 2022 e 2023, no município de Pão de Açúcar – AL

Procedimentos Realizados	2021	2022	2023	Total
Tratamento de complicações relacionadas predominantemente ao puerpério	2	1	0	3
Tratamento de intercorrências clínicas na gravidez	4	2	3	9
Parto normal	57	38	25	120
Parto cesariano em gestação de alto risco	1	0	0	1
Parto cesariano	14	23	10	47
Curetagem pós-abortamento/puerperal	6	8	6	20

Fonte: Dados Relacionados à Gravidez/Parto até 19 anos – Datasus (novembro de 2023).



Gravidez/Parto até 19 anos

Procedimentos Realizados	10 a 12 a	13	14	15	16	17	18	19	Total
Tratamento de complicações relacionadas predominantemente ao puerpério	0	0	0	1	0	1	0	1	3
Tratamento de intercorrências clínicas na gravidez	0	0	0	1	1	2	4	1	9
Parto normal	0	0	5	13	19	26	30	27	120
Parto cesariano em gestação de alto risco	0	0	0		1	0	0	0	1
Parto cesariano	0	1	6	5	11	2	10	12	47
Curetagem pós-abortamento/puerperal	0	2	0	1	2	2	11	2	20

Fonte: Datasus (novembro de 2023).



Atendimentos Realizados na Unidade Mista Dr. Djalma Gonçalves dos Anjos no ano de 2023

Procedimentos realizados na gravidez ou parto de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos

Indicadores	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Atendimento obstétrico	40	47	45	48	45	58	34	47	62	48
Parto normal	8	4	10	5	8	7	9	4	7	7
Parto cesáreo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nascido vivo	8	4	10	5	8	7	9	4	7	07
Transferência obstétrica e neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferência gestante	22	15	19	23	12	17	12	17	27	22
Transferência RN	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Óbito fetal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento obstétrico liberado	20	28	16	20	24	22	13	26	28	19
Infecção puerperal neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento de urgência e emergência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

A sífilis gestacional

É importante ressaltar que durante as consultas é necessário realizar exames que identifiquem ou descartem casos relacionados à sífilis congênita em gestantes. Visto essa necessidade, no quadro abaixo é mostrado o número de casos relacionados à sífilis gestacional. Foi identificado apenas um caso de sífilis e nenhum caso de sífilis congênita em gestantes em 2022. Segundo bancos de dados gerais do SINAN de 2007 até 2022²⁷, foram identificados 22 casos de sífilis e 7 casos de sífilis congênita.

Gestantes	2007	2022
Sífilis	22	1
Sífilis congênita	0	7

²⁷ Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/dados-epidemiologicos-sinan>.



O fenômeno da gravidez na adolescência é preocupante em vários aspectos, dentre os quais a interrupção de projetos de vida, sobretudo para as meninas adolescentes. É importante envolver todos os adolescentes, escutá-los e dar-lhes orientações sobre a importância do planejamento familiar, de relações saudáveis e afetivas entre adolescentes, e conhecer o próprio corpo e suas transformações no desenvolvimento.

Entre as ações prioritárias destacam-se:

- Promover educação em saúde, ampliando ações do Programa Saúde na Escola.
- Gerar ações intersetoriais com a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.
- Dar orientações e distribuir métodos contraceptivos.
- Trabalhar a inclusão social com projetos que direcionem os jovens ao mercado de trabalho.
- Reforçar nas equipes de Saúde a importância do planejamento familiar, criando grupo de casais jovens que já moram juntos.
- Reestruturar a farmácia básica, de modo que os estoques de métodos contraceptivos estejam sempre abastecidos.



O Enfrentamento da Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil continua sendo um fator prioritário e de alerta para a saúde. O enfrentamento desse fenômeno inicia qualificando o atendimento à mulher na gestação e no parto. Devem ser realizados acompanhamento e atendimento ao recém-nascido, no intuito de reduzir a ocorrência de óbitos infantis evitáveis, tais como afecções durante a gestação e complicações durante o parto e orientações às mães sobre os cuidados necessários nos vários meses de vida.

A mobilização por parte dos profissionais e serviços de saúde no processo de investigação da mortalidade infantil constitui fundamental elemento na busca da redução da ocorrência de óbitos infantis, bem como a realização de intervenções/ações mais eficazes, com a finalidade de identificar precocemente fatores de risco relacionados à saúde da gestante, identificando dificuldades na assistência à saúde e buscando, assim, a resolução para os problemas localizados (VERSIANI, FERNANDES, 2012).

É possível verificar na tabela abaixo que a mortalidade infantil no município de Pão de Açúcar apresentou maiores números (11 óbitos infantis/ano) nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2021. Verifica-se que 53% do total de óbitos ocorridos entre 2006 a 2022, esses são classificados em óbitos neonatais precoces, nos fazendo refletir e discutir sobre os cuidados ofertados a gestantes, como também a qualidade da assistência pré-natal. Verifica-se também uma redução significativa desses números nos anos de 2011, 2017, 2018 e 2019. Vale res-



saltar que, graças à execução de ações voltadas ao acompanhamento da gestante, à melhoria na assistência ao parto e aos cuidados com o recém-nascido e puérpera, foi possível reduzir quase pela metade o número de óbitos infantis no período correspondente a 2021 e 2022.

Mortalidade Infantil em Pão de Açúcar – AL, 2006 a 2022

ANO	CLASSIFICAÇÃO DO ÓBITO INFANTIL			TOTAL
	NEONATAL PRECOCE	NEONATAL TARDIO	PÓS-NEONATAL	
2006	2	3	6	11
2007	7	2	2	11
2008	6	1	4	11
2009	5	1	4	10
2010	3	3	3	9
2011	2	-	1	3
2012	4	1	3	8
2013	3	1	2	6
2014	6	-	3	9
2015	3	1	-	4
2016	5	1	-	6
2017	2	-	1	3
2018	3	-	-	3
2019	2	-	1	3
2020	2	1	3	6
2021	7	2	2	11
2022	2	1	3	6
TOTAL	64	18	38	120
2023	2	-	1	3

Fonte: SIM-local/VIGEPI/SMS-Pão de Açúcar – AL (2023). Dados tabulados em 6/11/2023, sujeitos a alterações.



A importância da amamentação

Amamentar auxilia na prevenção de algumas doenças da mulher, reduzindo as chances de desenvolver, no futuro, câncer de mama, de ovário e de útero e também diabetes tipo 2. Amamentar exclusivamente nos primeiros 6 meses pode aumentar o intervalo entre os partos. Quanto mais tempo a mulher amamentar, maiores serão os benefícios da amamentação à sua saúde.

Como o leite materno é uma fonte natural de alimento, a boa nutrição e a saúde das crianças decorrentes da amamentação nos dois primeiros anos de vida são essenciais para o pleno desenvolvimento infantil e promovem o crescimento de populações mais saudáveis e prósperas, conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2019).

Os quadros a seguir apresentam o quantitativo de aleitamento materno complementado, exclusivo, inexistente e predominante, respectivamente, dos últimos 3 três anos no município de Pão de Açúcar com faixa etária de 0 a 2 anos de idade.

Ano: 2021

UF	IBGE	Município	Complementado	Exclusivo	Inexistente	Predominante
AL	270640	Pão de Açúcar	55	47	43	14

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB, 2023)



Ano: 2022

UF	IBGE	Município	Complementado	Exclusivo	Inexistente	Predominante
AL	270640	Pão de Açúcar	153	203	79	106

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB, 2023)

Ano: 2023

UF	IBGE	Município	Complementado	Exclusivo	Inexistente	Predominante
AL	270640	Pão de Açúcar	188	153	104	78

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB, 2023).

Observa-se que o número de aleitamento materno exclusivo diminuiu relativamente de 2022 a 2023, bem como os números de aleitamento da classificação inexistente. É importante ressaltar que esses dados são referentes aos pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, os quais constituem o primeiro nível de contato dos profissionais com as famílias.



Considerações Finais

São necessárias algumas estratégias para fortalecer o aleitamento materno exclusivo no município de Pão de Açúcar, conforme seguem.

- Assegurar um ambiente favorável à amamentação para todas as mães que trabalham.
- Aumentar os investimentos em políticas e programas de apoio ao aleitamento materno.
- Implantar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.
- Alimentar corretamente os sistemas que acompanham os dados de aleitamento materno exclusivo.
- Capacitar os profissionais para preencher os marcadores de consumo alimentar nas consultas ou visitas domiciliares.





Do Direito à Proteção e a segurança

EIXO 3

Do Direito à Proteção e à Segurança

“As famílias identificadas nas redes de saúde, educação, assistência social e demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança que se encontram em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação à criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas.”²⁸

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 foi o ápice de um grande movimento pelos direitos e pela democracia com foco na infância brasileira, apoiando o reconhecimento constitucional de criança e adolescente como sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento e na adoção da proteção integral preconizada pela Convenção Internacional da Criança e do Adolescente, protocolo internacional da ONU de 1989²⁹.

²⁸ Marco Legal da Primeira Infância – Lei 13.257/2016, art. 14 (BRASIL, 2016b).

²⁹ A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989 e entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, tendo sido ratificado por 196 países; somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil corroborou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

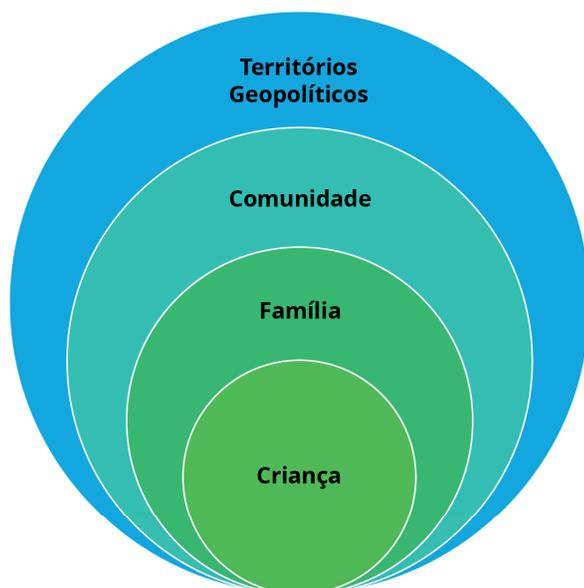


A vida da criança nos primeiros anos depende totalmente do ambiente familiar e social, no qual ela nasce; as situações sociofamiliares são fundamentais para o seu desenvolvimento. A criança está totalmente vulnerável a situações adversas, como a falta do convívio familiar ou situações de violência e/ou negligência. É muito importante que a criança possa crescer com a garantia de segurança alimentar, de acompanhamento pediátrico, com estímulos psicofísicos que, por meio de brincadeiras, permitam uma exploração positiva e segura do ambiente circunstante. Para as famílias em situação de vulnerabilidade é prioritário que se possa assegurar um atendimento preventivo e protetivo por intermédio das políticas de assistência, bem como o fortalecimento de outras políticas públicas e de instituições comunitárias que possam dar uma retaguarda vital e servir como cinturão de proteção para essa criança.

Este cinturão de proteção à família em situação de vulnerabilidade permite ter uma visão do contexto socioeconômico em todas as suas dimensões: econômica, cultural, ambiental, educacional, estrutural, entre outros aspectos. A criança, assim como todos os seres humanos, passa transversalmente por todo o contexto socioambiental, conforme exemplifica a Figura 1.



Figura 1 – Contexto socioambiental pelo qual a criança passa



Fonte: Ippolito (PMPIM, 2020).

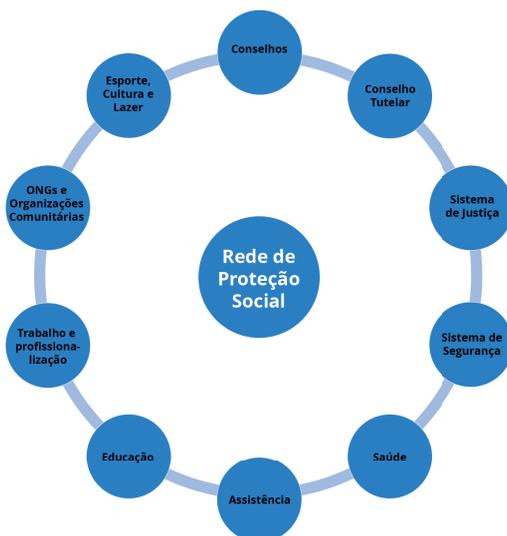
As políticas sociais no Brasil adotaram um olhar diferente a partir dos anos 90, quando o Brasil, com a Constituição, retoma os direitos civis e sociais e recoloca a Assistência Social na atualidade, abandonando o conceito assistencialista e incorporando de forma contemporânea o serviço social como política pública de direito. Para tanto, a assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social tem como objetivo fortalecê-las com a finalidade de desenvolver a autonomia e reconstruir os laços familiares e comunitários. As causas dessa vulnerabilidade dependem de vários fatores, tais como: pobreza; acesso precário ou nulo aos serviços públicos; falta de coesão familiar e social; falta de pertencimento social; e discriminações de gênero, etnia ou por idade e/ou deficiências.



As dimensões da pobreza são complexas e por isso é importante fortalecer esse cinturão de proteção, que, com base na Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, se constitui em uma medida programática para o enfrentamento dessa vulnerabilidade. As ações para organizar e fortalecer a rede de proteção social, na comunidade e dentro dos vários setores das políticas voltadas ao atendimento a essas famílias, tornam-se prioritárias e necessárias.

A Rede de Proteção tem embutidos os conceitos de empoderamento e de pertencimento, que são fundamentais para desenvolver os programas da Assistência Social com as famílias. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários está na base da política da assistência para a população em situação de vulnerabilidade social, ação fundamental para a proteção da Primeira Infância.

Figura 2 – Rede de Proteção Social



Fonte: Ippolito (PMPIM, 2020).



O SUAS e os Direitos à Proteção Social para as Famílias

O direito à proteção social para as famílias com crianças pequena é de competência do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), por intermédio da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE).

A especificidade e a relevância dos primeiros anos de vida, não apenas em termos biológicos, mas também em questões intelectuais, emocionais e sociais requerem uma abordagem multidimensional da infância, conectada com a interdependência dos direitos humanos e sociais (BRASIL, 2016c).³⁰

A família é conceituada como unidade composta por pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Independentemente dos arranjos existentes e configurações, que variam conforme o contexto histórico e cultural, a família representa um locus de proteção, socialização e referência para seus membros, ao mesmo tempo que está sujeita a ocorrências de violências e violações.

O Programa engloba a visão das famílias em relação aos contextos socioculturais e econômicos em que estão inseridas, às redes de apoio e pertencimento das quais elas dispõem, bem como à oferta ou ausência de políticas públicas

³⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *SUAS e programa criança feliz: atuação integrada*. Brasília, DF: MDS, 2016c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Interacao_Suas_CF.pdf



para esses contextos. A publicação *SUAS e Programa Criança Feliz: Atuação Integrada* informa que “São elementos de análise importantes para não sobrecarregar e culpabilizar as famílias em maior situação de vulnerabilidade social, pois são as que justamente mais necessitam da proteção do Estado” (BRASIL, 2016c). Esse contexto sociofamiliar com frequência é marcado por fenômenos de violência, desproteção das crianças, abandono e abuso, e essa abordagem é importante para uma análise mais profunda das causas desses fenômenos, para evitar que

[...] a violência, a pobreza, entre outros sejam atribuídos unicamente a trajetórias individuais, retirando, assim a responsabilidade do Estado na provisão de políticas públicas, nas mais diversas áreas, que enfrentem as desigualdades e vulnerabilidades sociais³¹.

A Figura 3 apresenta um quadro sintético das políticas de Proteção Social.

³¹ Idem.



Figura 3 – Políticas de Proteção Social



Fonte: Brasil (2016c, p. 4).

As ações da Assistência Social no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) são organizadas em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, desenvolvidas e/ou coordenadas pelos Centros de Referência da Assistência Social CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social CREAS.



As Políticas da Assistência Social em Pão de Açúcar

O SUAS se divide em três níveis de gestão:

1. Gestão Federal – É responsável pela elaboração de normativas, diretrizes e políticas nacionais, além de fornecer recursos financeiros e técnicos para os demais níveis de gestão, tendo como órgão responsável pela coordenação e gestão em nível federal o Ministério da Cidadania.
2. Gestão Estadual – Tem como encargo articular as ações do SUAS no âmbito estadual, promovendo a descentralização das políticas sociais e a integração com as demais políticas setoriais. A Secretaria Estadual de Assistência Social é responsável pela coordenação estadual.
3. Gestão Municipal – Sua atribuição é a execução dos serviços, programas e projetos e benefícios socioassistenciais diretamente no município. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são unidades básicas de atendimento da assistência social no município.

Em Pão de Açúcar, a execução dos serviços básicos de atendimento foi contemplada com o cofinanciamento do Governo Federal com o CRAS “Velho Chico” no ano de 2007, e em 2010, com o CRAS “Terra do Sol”, ante uma população de mais de 20 mil habitantes, se enquadrando como Pequeno Porte II, o que dá a oportunidade de referenciar 3.500 famílias em cada um dos seus Centros de Referência.



A dimensão territorial do município em áreas geográficas e os CRAS

A divisão geossocial do território é feita no intuito de equalizar o acompanhamento familiar para minimizar as vulnerabilidades, principalmente no que se refere à Primeira Infância, com mapeamento e acompanhamento das crianças com situação de vulnerabilidade mais grave, como pessoas com deficiência, e inserção no CadÚnico visando ao atendimento no sentido de prevenir riscos sociais e fortalecer vínculos de forma coletiva, bem como promover o acesso a bens e serviços sociais e comunitários.



CRAS Velho Chico – (Rua Cel. Manoel Antônio Machado – Centro)

Periferia Central

Loteamento Nova Alvorada I E II, Cohab, Rua Serafim Pinto, Rua São Francisco, Travesão São Francisco, Rua Da Alegria, Travesão José Rêgo, Praça 13 De Maio Alto Humaita, Rua Marcos Vinicius, Conjunto Dos Velhinhos, Praça Senhor Bonfim E Travesão Senhor Bonfim, Rua São Pedro, Praça São Pedro, Praça Darcy Gomes, Praça Centenário, Rua Professor Rosalia Sampaio Bezerra, Rua Da Mangueira, Rua Boa Vista, Rua Gabino Besouro, Rua Cônego Jasson Souto Conjunto Dom Bosco, Itororó, Invasão, Abaiti Rua Ferreira De Novais, Rua Manoel Gustavo, Av. Bráulio Cavalcante, Rua Mario Soares Vieira, Rua Do Farol, Rua Carmelita Machado, Rua Dr. Atila Pinto Machado, Avenida Manoelito Bezerra Lima, Avenida Ferreira De Novais, Rua Coronel Manoel Antonio Machado, Rua José Padre Soares Pinto, Duque De Caxias, Rua Professor Antonio De Freitas, Rua Manoel Pereira Filho (Rua Do Monte), Rua Manoel Pastor Filho, Rua Floriano Peixoto.

Povoados Ribeirinhos:

Limoeiro, Jacarezinho, Santiago, Espinhos, Boqueirão Do Rio, Ilha Do Ferro, Mata Da Onça, Mata Cumprida, Ponta Leão, Malhada Da Mariquita, Marizeiro Beira Do Rio/ Fazenda Marizeiro, Sitio Alemar/Belo Horizonte/Lages, Sitio Conceição, Lagoa Do Pé Da Serra

Povoados Centrais:

Redenção, Pajeú, Paquiderme, Poço Grande, Poço Da Volta, Machado, Quibanzé, Lagoa De Pedra, Entrocamento, Fazenda Tupã, Pé Da Serra, Alto Brinquedo, Impoeiras De Baixo (Pista), Pontal/Cohab, Ponta Da Serra, Fazenda Velha, Umburana D´Água, Meírus, Rua Nova/Caititu.

CRAS Terra do Sol

(Alto Paraíso – Periferia Urbana)

Altos: Fonseca, alto Zeferino, Manoel Maria, Ouricuri, Paraíso, Zequinha Teófilo, Boa Vista, Parujé etc.



Quilombolas

Chifre do Bode, Poço do Sal, Poção.

Assentamentos

Pacu, Japão, São José, Boa Sorte, Novo Gosto, Bom Conselho, Conceição, Alemar, Belo Horizonte, Bezerra, Mari, Salgado e Riacho Grande.

Semiárido – Povoados do Perímetro da seca

Região de Cima (Povoados, Sítios, Fazendas)

Sítio Furnas, Sítio Floresta, Lapa, Lages, Aurora, Sítio Catú, Sítio Emendadas, Sítio Cuidado, Sítio Santo Antonio, Sítio Bela Aurora, Sítio Redondo (Lagoa Da Talha), Soares (Camcibas, Agua Salgada, Lagoa De Morro, Lagoa Do Quiriba), Selma Bandeira, Sítio Beleza, Detras Da Serra, Lajeiro Grande, Santa Maria, Serra Da Cachoeira, Campo Verde, Sete Pedra, Limpo Grande, Lagoa Da Jiboia, Poço Verde, Sítio Bom Nome, Poço Do Bom Nome, Olho D' Água Mato, Morro Do Chapeú, Caracará, Sítio União. Sítio Horizonte, Lagoa Do Mel, Sítio Fortuna, Sítio Bomfim, Sítio São Joaquim, São Francisco, Sítio Fortaleza, Lagoa Escondida, Sítio Garrincha, Cacimba Nova, Sítio Bom Jardim, Sítio Serrado, Boa Esperança, Sítio E Fazenda Sossego, Sítio São Luiz, Sítio Umbuzeiro Do Nobre, Sítio São Joaquim, Sítio Criana.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) pode desempenhar um papel fundamental no atendimento à primeira infância, porque é um órgão municipal, responsável por oferecer serviços socioassistenciais básicos para a população em situação de vulnerabilidade social, incluindo crianças de 0 a 6 anos de idade.

O CRAS é proposto no município como um ponto de referência para as famílias, oferecendo orientação e apoio na busca por esses serviços; é um centro de acolhimento, cuidado, informações e articulações com os outros serviços.



O programa do CRAS desenvolve atividades e oficinas para as famílias, abordando temas como cuidados com a saúde, estímulo ao desenvolvimento infantil, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, entre outros. Essas ações têm como objetivo capacitar os pais e cuidadores para melhor atender às necessidades das crianças nessa fase tão crucial. Esse Centro de Referência fornece informações sobre programas governamentais voltados para a primeira infância, como o Programa Criança Feliz, que busca promover o desenvolvimento infantil realizando visitas domiciliares e orientações às famílias.

Portanto, o CRAS desempenha e pode implementar um papel importante na promoção do desenvolvimento saudável e integral das crianças na primeira infância, proporcionando acesso a serviços e oferecendo suporte às famílias, garantindo que todas as crianças tenham oportunidades iguais de crescimento e desenvolvimento, independentemente de sua situação socioeconômica.

Por outro lado, o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) – por se tratar de uma unidade específica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que objetiva fornecer atendimento e acompanhamento especializado às famílias e indivíduos em situação de violência, violação de direitos ou que necessitem de proteção social especial – é responsável por acolher e realizar atendimento a casos de violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual, trabalho infantil, negligência, abandono, entre outras situações de violação de direitos. Além disso, também desenvolve ações de prevenção, orientação, apoio e acompanhamento especializado às famílias em situação de vulnerabilidade. Essa unidade trabalha com uma equipe multidisciplinar realizando



atendimentos individuais e familiares, orientações e encaminhamentos para outros serviços, tais como: Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Ministério Público. O CREAS é essencial para garantir a proteção e a promoção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando fortalecer os vínculos familiares, prevenir a reincidência de violências e promover a inclusão social.

No atendimento à primeira infância, o CREAS desempenha um papel importante, que é o período que abrange desde o nascimento até os 6 anos de idade e é considerado uma fase crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Nesse sentido, o CREAS no município de Pão de Açúcar busca rever a sua reestruturação de suporte e acompanhamento especializado para famílias com crianças nessa faixa etária, que estejam passando por situações de vulnerabilidade ou violação de direitos, incluindo casos de negligência, maus-tratos, abuso, violência doméstica, entre outros.

O CREAS também pode redimensionar ações de prevenção e orientação para gestantes e famílias com crianças pequenas, fornecendo informações sobre cuidados básicos, estimulação adequada, saúde, alimentação e outros aspectos relevantes para o desenvolvimento saudável das crianças nessa fase. Os profissionais do CREAS sempre buscam atuar em parceria com outros serviços e programas voltados para a primeira infância, como as Unidades Básicas de Saúde, os Programas de Saúde da Família, a Coordenação de Educação Infantil Municipal, entre outros, buscando garantir a prote-



ção e o pleno desenvolvimento das crianças nessa fase tão importante da vida.

Diagnóstico Local

O IBGE 2022 registra o nosso município com uma população de 23.823 pessoas, com 55% na zona rural e 45% na zona urbana.

Dos dados do Cadastro Único referentes ao mês de agosto de 2023 registram-se 6.735 famílias inscritas, sendo 16.711 pessoas, com um número de crianças de 0 a 6 anos totalizando 2.233.

No Programa Bolsa Família são 4.526 famílias contempladas e 12.440 pessoas com um Benefício Médio de R\$ 696,16, sendo 2.041 famílias recebendo o Benefício voltado à primeira Infância. Chama-nos atenção para uma análise, pois de acordo o IBGE, em 2022 a perspectiva foi de 2.810 crianças, o que demanda a necessidade da busca ativa de 769 crianças.

O Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos pontua:

Indígenas	1
Ciganos	0
Quilombolas	174
Ribeirinhos	16
Extrativistas	0
Pescadores Artesanais	159
Agricultores Familiares	3005
Assentados da Reforma Agrária	43



O Total de famílias em acompanhamento pelo Programa de Atenção Integral à Família (**PAIF**), segundo o Relatório Mensal de Atendimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre janeiro e agosto constam **338 famílias**. Desse total, **110** famílias estão em situação de extrema pobreza. As crianças não têm um programa específico de atendimento coletivo em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos.

A cidade de Pão de Açúcar também conta com uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

É importante salientar que o Relatório Mensal de Atendimento do CREAS, disponibilizado no portal do MDS, não evidencia o número de atendimentos e acompanhamentos realizados com crianças de 0 a 6 anos; o recorte apresentado pelo Relatório corresponde a crianças de 0 a 12 anos e por essa razão não é possível definir o total de crianças atendidas e acompanhadas na faixa etária da primeira infância.

Outra política importante de proteção social é o Programa Bolsa Família (PBF), que garante a transferência de renda beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único. No município de Pão de Açúcar, o PBF beneficiou no mês de agosto de 2023 4.490 famílias, representando uma cobertura de 96% da estimativa de famílias pobres no município. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2023, chegou ao percentual de 86,9% para crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos, o que equivale a 3.674 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 4.448 alunos.



O acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de junho de 2023, alcançou 90,9%, percentual equivalente a 7.129 pessoas de um total de 7.840, número que compunha o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município. De acordo com o Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania, o município de Pão de Açúcar, até o mês de agosto de 2023, tinha no “Cadastro Único” um total de 6.708 famílias, das quais 4.490 têm renda per capita familiar de até R\$ 89,00 reais. As crianças acompanhadas e com a vacinação em dia corresponderam a um total de 7.129 (é importante sublinhar que o relatório não evidencia a faixa etária desse total de crianças). Vale lembrar que o Cadastro Único reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda para os programas sociais; essas informações permitem ao Governo conhecer as reais condições de vida da população.

Programa Bolsa Família

Primeira Infância – 0 a 7 anos incompletos: 2.030 crianças

Programa CRIA – 0 a 6 anos: 1.200 crianças

Programa Primeira Infância no SUAS – 150 Crianças de 0 a 6 anos



Assegurar o Registro Civil a todas as Crianças

Os dados obtidos nas Declarações de Nascidos Vivos são materializados no sistema de informação do Ministério da Saúde, de acordo com o Parágrafo 1.º do Art. 5.º da Lei n.º 12.662/2012, e compartilhados para a elaboração de estatísticas voltadas ao desenvolvimento, avaliação e monitoramento de políticas públicas, respeitadas as normas do Ministério da Saúde sobre acesso e confidencialidade.



Formulação de Estratégias para o Plano de Metas da Política da Assistência Social

- ❖ Realizar um diagnóstico socioassistencial como um processo de análise e avaliação das condições sociais e das demandas regionais do município de Pão de Açúcar.
- ❖ Identificar as necessidades e os problemas sociais presentes, a fim de orientar o planejamento e a implementação de políticas e programas da assistência social mais eficazes.
- ❖ Utilizar-se de coleta de dados quantitativos e qualitativos sobre a população de acordo com as informações demográficas, indicadores socioeconômicos, perfil das famílias, características da infraestrutura local, dentre outros.
- ❖ Analisar e interpretar os dados buscando identificar tendências, padrões e problemas sociais específicos.
- ❖ Fortalecer os vínculos e a parentalidade positiva e prevenção da violência e de outras violações de direitos na família, priorizando as famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco o trabalho com as relações familiares, apoio à família no desempenho do papel de cuidado e proteção e mediação do acesso das famílias a direitos e serviços públicos.
- ❖ Realizar atividades coletivas por meio de grupos de convivência, em especial de 0 a 6 anos organizadas por ciclos de vida e priorizando as crianças que vivenciam situações de vulnerabilidade social, risco social ou violências, focalizando o olhar à realização de atividades com as crianças e seus cuidadores, para o desenvolvimento de competências que favoreçam o fortalecimento de vínculos e prevenção de vulnerabilidades.
- ❖ Ampliar atendimento às famílias com crianças na primeira infância, realizando visitas domiciliares como método específico de intervenção parental, tendo-se como usuários prioritários gestantes, crianças de até 36 meses no CadÚnico e de até 72 meses beneficiárias do BPC, afastadas do convívio familiar ou que perderam ao menos um de seus responsáveis durante a pandemia da Covid-19, tendo como foco um olhar no fortalecimento de vínculos e potencialização da capacidade de cuidado, por meio da articulação com outros setores (saúde, educação, dentre outros).



- ❖ Aprofundar conhecimentos dos recursos disponíveis dos territórios, da realidade e das necessidades das famílias e grupos, bem como das vulnerabilidades e riscos sociais que vivenciam, situações de vulnerabilidade, risco social ou mesmo violações de direitos.
- ❖ Prover intervenções e práticas planejadas e baseadas em informações advindas das famílias e da resposta a pelo menos quatro perguntas-chaves: Quem são as famílias? Como elas vivem? Como elas exercem a proteção social? Com quais apoios podem contar? (rede social de apoio, serviços, benefícios, outros.)
- ❖ Fomentar ações com vistas à prevenção a situações de violência, promoção dos direitos sociais, proteção social e fortalecimento de vínculos.
- ❖ Desenvolver atividades nos encontros, planejadas, inspiradas e organizadas a partir da ludicidade, parentalidade e da troca de experiências, contribuindo para o desenvolvimento infantil.
- ❖ Priorizar a Vigilância Socioassistencial como gestão da informação, estruturando-a com recursos humanos, equipamentos e tecnologia para análise dos dados e indicadores em nível municipal, sendo dessa forma instrumento de planejamento para a mudança da realidade, construindo-se metas que quantifiquem todos os atendimentos de forma temporalizada com novos fluxos com as políticas intersetoriais, mudando principalmente aqueles acompanhamentos emergenciais com as famílias pobres e vulneráveis que possuam crianças de 0 a 6 anos, contribuindo dessa forma para a eliminação da subnotificação.
- ❖ Implantar uma equipe de referência da Proteção Social Básica volante para se trabalhar o semiárido de 658.955 quilômetros quadrados.
- ❖ Estabelecer o quantitativo de recursos humanos em cada CRAS, como preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do Sistema Único de Assistência Social.
- ❖ Disponibilizar transporte diário para atender às demandas.
- ❖ Realizar busca ativa emergencial à subnotificação de registro civil de crianças, como falta de informação, dificuldades burocráticas, desigualdades sociais, entre outras, por ser fundamental para ga-



garantir os direitos da criança, como acesso à saúde, educação, identidade e proteção legal.

- ❖ Importante se faz haver um equilíbrio entre os três tipos de planejamento, considerando tanto as metas de curto prazo, que precisam ser cumpridas imediatamente, quanto as metas de longo prazo que direcionam a visão e o crescimento em longo prazo.

Considerações Finais

Para a efetividade do Plano da Primeira Infância de Pão de Açúcar é importante considerar alguns aspectos importantes:

- Consolidar e priorizar programas e ações específicos para a primeira infância dentro da política da Assistência Social que visem garantir o desenvolvimento integral das crianças nessa fase tão importante da vida.
- Promover a articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e cultura, para que as ações sejam integradas e complementar o fortalecimento, foram estipuladas ações que possam promover, ao longo dos anos, políticas públicas culturais direcionadas para esse público.

Há de se considerar ainda que esses são dados apenas de crianças atendidas pela Secretaria de Educação, sem considerar, no entanto, outros quantitativos que estejam em atendimento pela iniciativa privada.

De acordo com um provérbio africano, é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. A partir dessa perspec-



tiva, é fundamental entender, dentro da Política propositiva do plano da primeira infância, construir pontes dialógicas que estejam em consonância com a pluralidade de pensamentos, de ações, de vínculos, se permitindo ir além das convenções estabelecidas por sociedades excludentes, violentas, segregadoras com os diferentes, com as minorias e identidades étnicas. O desafio então, é promover o pleno desenvolvimento da primeira infância tendo como base a agenda 2030 e as metas estabelecidas pelas ODS.





**Do Direito à Cultura, ao
Esporte, às Brincadeiras, ao
Meio Ambiente, ao Espaço
Urbano**

EIXO 4

Introdução

O Plano Nacional para a Primeira Infância (2010-2022 e 2020-2030) preconiza em suas ações finalísticas, denominadas de “A Criança e a Cultura”, que o avanço da sociedade de forma plena e sólida está fundamentado no fortalecimento da cultura.

É o mais poderoso elemento de coesão social, de criação de identidade e de vínculos de melhora nos índices de qualidade de vida, de conexão entre a ancestralidade e a contemporaneidade e de transmissão de elementos evolutivos de uma sociedade (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020, p. 174).

Ainda segundo o Plano, a cultura promove, entre os muitos benefícios, a capacidade crítica, a expressividade e a criatividade artísticas, a resiliência individual e coletiva, a afetividade e o desenvolvimento emocional nos primeiros anos de vida.

Além de possibilitar conexões e coesões na implementação de políticas públicas intersetorial da primeira infância, a cultura, em suas múltiplas vertentes, produz no campo do simbólico, do subjetivo, alternativas eficazes de resistência, acolhimento e tolerância. Ainda de acordo com a Rede Nacional Primeira Infância (2020, p. 174):



Em situações pós-traumáticas, fruto de conflitos bélicos, acidentes, pobreza extrema, nos dramas quotidianos ou em catástrofes naturais, a cultura – em suas diferentes manifestações – tem sido eficaz para expressar aquilo que não pode ser dito pelos canais habituais de comunicação. A expressão artística tem se mostrado instrumento de resiliência.

A primeira Infância como portadora dos saberes culturais

Muitos são os estudos que se situam para o entendimento de que as crianças são seres em constantes processos de desenvolvimento e por isso mesmo é cada vez mais urgente compreender as crianças a partir das suas próprias experiências, de seus próprios pontos de vista, em seus contextos socioculturais, como assevera a antropóloga Clarice Cohn, no seu livro *Antropologia da criança* (2005, p. 8): “Hoje, portanto, uma antropologia da criança pode ser desde aquela que analisa o que significa ser criança em outras culturas e sociedades até aquela que fala das que vivem em um grande centro urbano”.

Os estudos em Antropologia da Criança nos permitem compreender que durante a infância, para além de uma visão socializante dos processos de aprendizagem e formação homogeneizante das personalidades, o que há são os sistemas simbólicos, as experiências, suas lógicas particulares, compartilhando sentidos, articulando modos, expressões, ideias que as movem e fazem sentido para elas e para os demais.



O Plano Nacional preconiza que na primeira infância é direito da criança viver em ambientes culturais, artísticos, afetivos, físico e científico, que despertem suas interações, suas inventividades e suas potencialidades, sem exclusões, violências e discriminações.

Entre as raízes mais profundas das culturas antepassadas e a contemporaneidade, a primeira infância se situa como o principal meio de conexão entre o passado e o que está por vir, na transmissão dos novos brotos culturais (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020, p. 174).

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que as crianças são dotadas de atuação que agem diretamente nas relações sociais, que têm e podem ter interações próprias, as quais são fundamentais na estruturação de comportamentos sociais e culturais, de vínculos afetivos e inventivos; ao passo que socializam, crescem em ambientes diversos, plurais e cheios de riquezas culturais.

A potencialidade criativa, inventiva e de inteligência e a plenitude do desenvolvimento integral, nos aspectos físico, afetivo, cognitivo, linguístico e psicossocial dos seres humanos, dependem do ambiente cultural em que interagiram nos primeiros anos de vida.

É na primeira infância que se constituem as forças emancipadoras do que chamamos de inteligência: desafiar a natureza e conviver com ela, inventar e desenvolver infinitas formas de linguagem, de comunicação e expressão, relacionar-se com os outros, viven-



do em sociedade, adaptar-se ao entorno e ser capaz de modificá-lo, resolver problemas, imaginar, traçar e seguir o destino que criou para si. [...]” (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020, p. 174).

Assim, fazem parte dos espaços e ambientes propícios à inventividade da primeira infância: espaço de letramento e leitura (contação de histórias); bibliotecas públicas; museus; espaços abertos possíveis de serem lidos; o mundo e suas criações; e escolas de música, artes e danças também como instrumentos de interações e aprendizagens múltiplas.

Construir mecanismos de promoção e produção de ambientes acolhedores, educacionais, culturais é dever dos municípios, como também devem ser assegurados pela família, pela sociedade como um todo, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 (BRASIL, 2016a), bem como o artigo 15 da Lei n.º 13.257 de 2016, que estabelecem responsabilidades, competências e garantias que devem promover políticas eficazes para a primeira infância (BRASIL, 2016b).

Acesso à Cultura pela Primeira Infância em Pão de Açúcar

Pão de Açúcar é um município sertanejo que, além de sua diversidade da fauna e flora, possui uma riqueza cultural inconfundível, fruto da mistura étnica, de povos africanos, indígenas e europeus que por aqui se estabeleceram, se moldaram e trouxeram consigo suas riquezas ancestrais, tradições e histórias.

Às margens do rio São Francisco, Pão de Açúcar, ao longo dos seus mais de 400 anos de povoamento não indígena, es-



tabeleceu contato econômico, político, geográfico e cultural para além de suas fronteiras territoriais, possibilitando assim se apresentar hoje como um grande expoente das tradições alagoanas, sertanejas e nordestinas.

Não por acaso, Pão de Açúcar possui inúmeras manifestações culturais, saberes edificados em cada parte do seu gigantesco território. Conta com comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, assentadas, artesanais, entre outras) e cada qual estabelece seus ritmos próprios, maneiras próprias de construir relações e estabelecer diálogos; costumes próprios de apropriação dos territórios e de seus saberes e fazeres culturais.

Por conseguinte, a primeira infância também é forjada articulando esses modos e maneiras de se entender no mundo, nos mundos. Cada sociedade, por mais particular e restrita que se permita ser, dialoga com suas crianças e infâncias com base nos princípios sociais, morais, étnicos e ambientais que compartilham mutuamente.

Berço de escritores, músicos, poetas, educadores, mestres e mestras da cultura popular, do artesanato, da dança, do teatro, da gastronomia e das artes de um modo abrangente, Pão de Açúcar nos oferece possibilidades múltiplas de pensar também nos constituintes da primeira infância como seus agentes transmissores, receptores das diversas identidades culturais, mas sobretudo em uma perspectiva também de modificadores, transformadores e agentes produtores de novas maneiras de ser da diversidade cultural.

Em um diagnóstico preliminar, o município possui, além das manifestações culturais vinculadas às narrativas, as memórias ancestrais e a oralidade, 1 (uma) biblioteca pública



municipal; 1 (uma) escola de música em parceria com a Sociedade Musical Guarany; 1 (uma) indústria do conhecimento em parceira com o Sesi; 2 (duas) creches municipais, praças públicas com espaços para brincadeira e recreações; conta ainda com ambientes ao ar livre e que são vetores fundamentais na construção de sociabilidades, práticas recreativas e aprendizagens culturais, por exemplo, as croas e as prainhas às margens do rio.

Os territórios e as comunidades sobretudo são os espaços nos quais práticas e atividades culturais se desenvolvem, pelos olhares múltiplos da primeira infância, porém, muitas vezes faltam políticas públicas mais eficazes que atendam às demandas dessas populações, especialmente no tocante à cultura.

Uma criança que se desenvolve num ambiente cultural e artístico tem os seus vínculos primordiais reforçados com o seu entorno cuidador e comunitário, pois são potencializados vários aspectos fundamentais, como aqueles relacionados com o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais estipulados nas diretrizes curriculares de educação infantil, que permitem realizar ações de prevenção, proteção e resiliência ante diversas dificuldades vivenciadas na primeira infância (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020, p. 176-177).

Pão de Açúcar possui o terceiro maior território do Estado de Alagoas, mas em termos populacionais não ocupa a mesma proporcionalidade. Por ter uma extensa área rural e também banhada pelo rio São Francisco, a criatividade, a inventividade e os modos de as crianças se relacionarem umas com as outras e com os seus próprios ambientes produzem brincadeiras das mais diversas.



Entre as brincadeiras que fazem parte do ser criança, do desenvolvimento comportamental e psicossocial, se destacam: amarelinha; esconde-esconde; brincar de roda; cavalo de pau; empinar pipa; subir em árvores; jogar bola na croa, brincar de corrida de tabicas às margens do rio São Francisco; cantigas; dança das cadeiras e muitas outras.

No quadro das metas propostas para o PMPIPA, várias estratégias estão sendo desenhadas, dentre as quais uma série de ações que visem promover, articular, estabelecer parcerias públicas, setores da sociedade civil, agentes privados, família e a comunidade escolar, partindo do princípio de que é dever de todos assegurar meios eficazes de promoção da vida, da dignidade humana, do acesso ao lazer, esporte e cultura.

Ao estabelecer ações culturais para a primeira infância, estamos nos comprometendo a formular estratégias e políticas públicas que possam dialogar com os saberes e fazeres tradicionais, com a identidade territorial, com as percepções que definem e caracterizam a infância.

Segundo dados coletados na Secretaria Municipal de Pão de Açúcar, o município possui cerca de 1.592 (um mil, quinhentos e noventa e duas) crianças entre 0 (zero) e 6 anos de vida, matriculadas na rede municipal de educação. Nesse sentido, foram estipuladas ações que possam promover, ao longo dos anos, políticas públicas culturais direcionadas para esse público.

Há de se considerar ainda que esses são dados apenas de crianças atendidas pela Secretaria de Educação, sem considerar, no entanto, outros quantitativos que estejam em atendimento pela iniciativa privada.





Direito ao Esporte, às atividades ao ar livre e ao movimento

Introdução

A priorização da população mais vulnerável nas suas diferentes dimensões – como raça/etnia, gênero, condição socioeconômica, crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, populações indígenas, quilombolas e imigrantes –, as quais já estavam presentes nas diretrizes do governo municipal, com o debate e elaboração do PMPIPA ganham destaque, não constituindo estratégia específica ou vinculada apenas a uma meta, mas sim, deverão pautar as ações para a primeira infância e os indicadores de monitoramento como um todo.

Fundamentando-se nas colaborações consolidadas com os órgãos colegiados, com a sociedade civil e com as outras secretarias, o primeiro passo para a elaboração dos objetivos e metas propostos foi alinhar as ações do esporte com outros planos municipais setoriais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na etapa final, o PMPI de Pão de Açúcar consolidado será objeto de revisão pelos órgãos: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente; Rede de Proteção e dos Direitos da Criança e Adolescente; Ministério Público; e Poder executivo, sempre que isso for necessário.



Todas as crianças têm direito ao descanso e lazer, a participar do brincar e das atividades recreativas adequadas à sua idade e a participar livremente na vida cultural da sua comunidade.

Os adultos desempenham um papel fundamental para tornar esses direitos uma realidade. Uma criança que brinca cresce saudável. É essencial para o seu desenvolvimento físico e mental, para a educação, para a comunicação e a aprendizagem de valores como a solidariedade. As atividades lúdicas estimulam o encontro com o mundo exterior e também com o nosso próprio ser, pois por meio delas a criança entra em contato com as suas próprias emoções e as dos outros. Brincar permite-lhe aprender, relacionar-se com os outros e tomar decisões. Além disso, estimula a criatividade, o talento e a imaginação, por isso as crianças precisam ser ativas para crescer e aprender sobre o mundo, explorá-lo, descobri-lo, e serem surpreendidas.

Norteados pelo marco legal da Primeira Infância, o diagnóstico da realidade e as ações finalistas (objetivo e metas) que o município deve realizar, tendo em vista cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis que se aplicam aos diferentes setores como Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Convivência familiar e comunitária e outros que lhe dizem respeito, nosso Plano, com seus eixos estratégicos alinhados aos ODS, o objetivo geral da proposta é garantir por intermédio do esporte o desenvolvimento integral das crianças em um processo de intersetorialidade e interdisciplinaridade.



Propostas de ações

O município dispõe de espaços de lazer e esportes nos quais é possível realizar várias atividades lúdicas e recreativas com crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade, ambientes em que as brincadeiras serão muito exploradas pelos profissionais responsáveis e que estão sempre inseridos nas atividades esportivas, lúdicas e recreativas da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Pão de Açúcar.

A inserção de atividades lúdicas com as crianças tem sido um tema bastante discutido no âmbito educacional. De fato, provocar estímulos cerebrais utilizando as diferentes situações que a vida proporciona pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo, desencadeando uma série de benefícios.

Modalidades de esporte e lazer

Há diversas opções de esportes que podem ser praticados na primeira infância. É importante escolher atividades que sejam adequadas ao estágio de desenvolvimento da criança e que estimulem o seu interesse e prazer pela prática esportiva. A seguir, são relacionados alguns exemplos de esportes populares para a primeira infância.



ATLETISMO – Correr, saltar e lançar são atividades fundamentais para o desenvolvimento motor das crianças. O atletismo oferece uma variedade de provas adaptadas para a primeira infância, como corridas curtas, saltos simples e arremesso de bolas leves.

FUTEBOL – O futebol é um esporte muito popular entre crianças de todas as idades e uma ótima opção para desenvolver habilidades motoras, trabalho em equipe e coordenação motora. Na primeira infância, as atividades podem ser adaptadas para jogos simples de chutar a bola e passar entre os companheiros.

NATAÇÃO – A natação é uma atividade aquática que traz benefícios para o desenvolvimento físico e coordenação motora das crianças. A partir dos 3 anos, é possível iniciar aulas de natação com o apoio de um instrutor qualificado, sempre com foco na segurança e na diversão.

GINÁSTICA – A ginástica é uma atividade que envolve movimentos corporais, equilíbrio, flexibilidade e coordenação. Na primeira infância, as aulas de ginástica podem incluir atividades como saltos, rolamentos, equilíbrio em diferentes superfícies e exercícios de alongamento.

DANÇA – A dança é uma forma divertida de atividade física que ajuda no desenvolvimento motor e na expressão corporal das crianças. Há diversos estilos de dança adaptados para a primeira infância, como ballet, jazz e danças folclóricas.

Essas são apenas algumas opções de esportes para a primeira infância. Destaca-se que o fator mais importante é proporcionar um ambiente seguro, inclusivo e prazeroso para a prática esportiva, respeitando as preferências e habilidades individuais de cada criança.



A importância da inclusão das gestantes no Plano Municipal da Primeira Infância no esporte

De acordo com os especialistas, durante a gravidez e no pós-parto as mulheres podem praticar atividade física no seu tempo livre fazendo aquilo que gostam. Sobre a musculação, apesar de muitas mães acreditarem que essa prática é incompatível com a gestação, a modalidade pode ser, sim, adotada na gravidez, principalmente se a mulher já a praticava. Podem fazer caminhada, corrida, dança natação, pedalada, funcional, ginástica, hidroginástica alongamentos, Yoga, Pilates, entre outras.

Na cidade há vários campos a serem adotados para as práticas desses exercícios, sendo possível identificar esses polos esportivos com muita facilidade.

O polo mais atrativo do município é justamente o rio São Francisco; pode-se explorar suas águas limpas e cristalinas para a prática da natação, e sua croa de areias finas para exercícios de alongamentos, funcionais e outros.





As crianças de 0 a 6 anos e a importância das atividades físico-esportivas

A variedade na atividade física infantil é muito importante para a formação neural da criança, pois ela aprende gestos motores diferentes e ganha habilidades motoras variadas; a diversidade prepara bem o corpo, prevenindo contra lesões, além de evitar a monotonia.

Um estilo de vida saudável que inclua atividade física regular promove uma diminuição de riscos de doenças cardiovasculares e metabólicas, além de favorecer o aspecto físico e social do praticante.

Apesar de o futebol ser um dos esportes que a cidade executa com mais frequência e por ser bem-amado pelos esportistas da nossa região, pode-se atrair as crianças com as práticas de ciclismo, maratona, lutas de artes marciais, vôlei de praia e outras.

Um das modalidades que vêm crescendo e atraindo crianças e adolescente, tanto do gênero masculino quanto do feminino, é o “**beach tennis**”, um esporte de areia que estimula toda a coordenação motora e trabalha a musculação corporal.

Deve-se ressaltar que a maior parceira, ou melhor, a mais importante para fazer todo o levantamento desse público-alvo é a Secretaria de Educação do município, pois os professores de educação física de cada escola é que vão identificar e apontar o alunado interessados nas práticas esportivas





Criação do Centro Municipal de Natação Shirley Alves

A natação é muito indicada pelos médicos como forma de tratamento para diversos problemas de saúde, principalmente do público infantil; dados de pesquisas mostram os benefícios dessa prática sistematizada no desenvolvimento infantil. A criança sofre mudanças no seu organismo durante o processo de crescimento e desenvolvimento, tais como comportamento motor, afetividade, aprendizagem, percepção, entre outros benefícios.

Deve-se respeitar o desenvolvimento de habilidades básicas das crianças, pois se isso não for privilegiado é provável que a criança enfrente dificuldades para combinar habilidades de forma mais eficiente e adquirir habilidades mais complexas. A natação hoje é considerada um dos esportes que mais trazem benefícios à saúde não só das crianças, mas também em todas as outras faixas etárias, porquanto auxilia na prevenção de doenças cardiorrespiratórias, problemas posturais, entre outros. No entanto, quando são incluídas crianças com a faixa etária de 0 a 6 anos, é estimulada a prática da natação, que deve ser ministrada recreativamente, porque nessa fase esse esporte amplia os aspectos sensório-perceptivos e sensório-motor globais, propiciando às crianças o seu desenvolvimento integral dela.





Do Direito à Natureza e ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado

A Constituição Brasileira, em seu Art. 225, expressa que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida sadia, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016a), também referendado no Manual de Orientação “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes”.³²

Esse Manual da SBP³³ faz referência também sobre a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança (UN-CRC), no que se refere à garantia do direito ao lazer e à educação que desenvolvam o respeito ao meio ambiente. Cita o Art. 31 desse marco legal, que garante, especificamente, o direito ao brincar: “Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e lazer, a participar do brincar e das atividades recreativas e a participar livremente da vida cultural e das artes”. Por outro lado, o Art. 29 reconhece que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de “[...] imbuir na criança o respeito ao meio ambiente”.

As mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente estão se transformando em uma grande ameaça para a proteção da primeira infância. As secas, aliadas às mudanças das

³² SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes*. Curitiba: Nova Vida, 2019. p. 4. (Manual de Orientação).

³³ *Ibidem*, p. 5.



chuvas nos padrões globais, estão alterando os ritmos das safras e o aumento dos preços dos alimentos, deteriorando a qualidade de vida sobretudo das populações mais pobres.

As crianças são as mais vulneráveis às doenças que resultarão das mudanças climáticas, como malária e dengue. As causas da poluição do ar são as mesmas das mudanças climáticas; a OMS alerta que todos os anos mais de meio milhão de crianças menores de 5 anos morrem de causas relacionadas à poluição do ar.

Esta é a primeira vez que uma geração global de meninas e meninos crescerá em um mundo que se tornou muito mais perigoso e incerto, alerta o Unicef.

Iniciativas globais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU estão impulsionando ações governamentais, programas e projetos decorrentes dessa agenda, se transformando em tema fundamental para garantir os direitos da população mundial e considerando a prioridade da infância estão sendo implementadas para o enfrentamento, sendo uma das políticas transversais aos direitos da infância. É prioritário enfrentar tais desafios aplicando-se a intersectorialidade, em razão da necessidade de o tema do meio ambiente ser uma liderança preciosa da política pública. Em sua análise sobre os desafios a serem considerados para o cumprimento dos direitos da criança, a publicação “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes”, Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria afirma:

Falta de acesso à natureza: as crianças entendem, apreciam e cuidam do mundo natural pela exposição a ele, pelo brincar au-



to dirigido e a exploração com adultos que comunicam sua maravilha e significado. Memórias de brincadeiras da infância e de lazer na natureza reforçam os recursos com os quais se lida com o estresse, inspiram um sentimento de admiração espiritual e incentivam a gestão da terra. Brincar em ambientes naturais também contribui para agilidade, equilíbrio, criatividade, cooperação social e concentração. A conexão com a natureza pela jardinagem, colheita, festas tradicionais e tempo para a contemplação pacífica representa uma dimensão importante das artes e do patrimônio de muitas culturas (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019, p. 4).



Algumas Recomendações Gerais da Sociedade Brasileira de Pediatria

A Sociedade Brasileira de Pediatria, que agrega 22 mil médicos pediatras, no seu Manual de Orientação, “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes” (2019, p. 7-8), dentre suas recomendações, cita:

As crianças e adolescentes devem ter acesso diário, no mínimo por uma hora, a oportunidades de brincar, aprender e conviver com a – e na – natureza para que possam se desenvolver com plena saúde física, mental, emocional e social.

Responsáveis, cuidadores, educadores e pediatras devem estar atentos sobre as especificidades da relação com a natureza em cada faixa etária: crianças entre 0-7 anos, 7-12 anos e adolescentes. No caso das crianças pequenas, o foco deve ser no livre brincar, no movimento de ir além, nas experiências sensoriais e no papel do adulto como um companheiro de exploração e descobertas, o que ao mesmo tempo fortalece o binômio pais-filhos.

As escolas e instituições de cuidados devem organizar suas rotinas e práticas de forma a equilibrar o tempo destinado às atividades curriculares com o tempo livre (recreio), a fim de permitir que as crianças e os adolescentes tenham amplas oportunidades de estar ao ar livre, preferencialmente em ambientes naturais, em contato com plantas, terra e água.

A alimentação deve ser vista pelas escolas, famílias e outras instâncias como uma importante estratégia de fomento da relação entre a criança e a natureza, especialmente durante o processo de plantar, cultivar, colher e preparar alimentos.



Pão de Açúcar: características ambientais do território

O território do município tem uma extensão de 658.955 quilômetros quadrados, o verão é longo, escaldante, seco e de céu parcialmente encoberto; o inverno é curto, morno e de céu quase sem nuvens. A estação quente permanece por 5,6 meses, de 7 de outubro a 26 de março, com temperatura máxima média diária acima de 35° C. O mês mais quente do ano em Pão de Açúcar é janeiro, com temperatura máxima de 36 °C e mínima de 24 °C, em média. A estação fresca permanece por 2,3 meses, de 8 de junho a 19 de agosto, com temperatura máxima diária, em média, abaixo de 32° C. O mês mais frio do ano em Pão de Açúcar é julho, com temperatura mínima de 20° C e máxima de 30° C, em média.

1 - Os Recursos hídricos disponíveis são:

Águas superficiais

O município de Pão de Açúcar está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que banha a sede do município. É banhado também pelo Rio Capiá e seus afluentes, os riachos das Cacimbas e do Carcará. Cortando o município em sua porção central, temos o Riacho Grande, de porte e dimensões consideráveis. Por outro lado, os rios Farias, Tapuios e Jacaré. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.



2 - Águas Subterrâneas

Poços artesianos

Para garantirmos a sustentabilidade e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, precisamos envolver a conservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade, a adoção de práticas sustentáveis (economia de água, reciclagem, plantio de árvores, educação e conscientização), praticando o compartilhamento de informações sobre a importância da sustentabilidade com amigos, familiares, comunidades e participando de ações de educação ambiental.

O Plano da Primeira Infância do Município de Pão de Açúcar oferece uma grande oportunidade de discutir e analisar a importância do ambiente externo para a criança e, nessa perspectiva, criar um plano de propostas e de ações.

Da casa à creche e da praça ao parquinho, a criança passa pelas ruas ou estradas vicinais: todos os lugares do município, devem ser pensados sob a o ponto de vista da primeira infância. O bem-estar infantil depende de ambiente saudável e devem ser garantidas adequações dos espaços nos quais elas vivem e frequentam no município. Pão de Açúcar precisa de uma política nessa perspectiva.

Portanto, a elaboração de políticas públicas voltadas para a primeira infância é fundamental, assim como todo nosso empenho na condição de gestão ambiental para viabilizar o acesso das crianças a espaços e serviços de qualidade na nossa cidade.



A importância dos parques ecológicos

Os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Suas estruturas e qualidade ambiental, quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e lazer.

Essas atividades trazem diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos à saúde dos indivíduos, por exemplo, reduzem o sedentarismo e amenizam o estresse do cotidiano urbano.

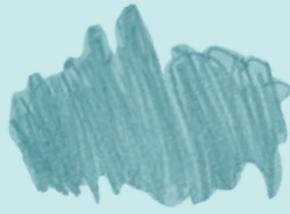
Parque Ecológico do Povoado Impoeiras: um projeto em discussão

O símbolo do projeto é a flor da Craibeira, a árvore símbolo de Alagoas. Natural da Caatinga, Cerrado e Pantanal, ela foi escolhida como árvore símbolo do Estado de Alagoas pelo Decreto n.º 6.239, de 29/4/1985. A Craibeira faz parte da história do povoado e é considerada simbolicamente benéfica, pois quando floresce traz alegria e prosperidade para toda a comunidade.

A área definida pelo projeto está localizada em Impoeiras, no maior povoado do município, às margens da rodovia AL-130, fazendo limite com os municípios de Monteirópolis, Olho d'Água das Flores e São José da Tapera.

É uma área que apresenta uma região com um alto potencial paisagístico natural, cultural e turístico.





Ações estratégicas

A promoção de ações voltadas para a primeira infância e o meio ambiente, no nosso município, é fundamental para garantir um futuro saudável e sustentável, dentre as quais se ressaltam:

– Investir na educação ambiental, na criação de espaços verdes acessíveis, em programas de reciclagem, em parceria com outras políticas e com as instituições não governamentais, com o intuito de criar lugares salubres para o desenvolvimento saudável das crianças, ao mesmo tempo que se promovem a conscientização e a preservação do meio ambiente.

– Ao envolver a comunidade, incluindo pais, professores e líderes locais, é possível criar um movimento coletivo em prol dessas causas, garantindo que as gerações futuras cresçam em um ambiente saudável e sustentável. É importante lembrar que ações simples, como a promoção da amamentação e o incentivo ao transporte sustentável, também impactam significativamente tanto a saúde das crianças quanto a preservação do meio ambiente.

Portanto, ao investir em ações que integrem a primeira infância e o meio ambiente é possível proporcionar um futuro mais promissor para todos, com crianças mais conscientes e engajadas na preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, um planeta mais sustentável para as gerações futuras.

Ressalva-se que é importante envolver toda a comunidade, incluindo pais, professores, líderes comunitários e crianças no planejamento e implementação dessas ações, buscando criar um ambiente saudável e sustentável para as gerações futuras.





Do Direito à cidade, aos espaços públicos cuidados e seguros

Os espaços urbanos como lugares de aprendizagens

O ambiente urbano interfere na experiência e possibilidades de interação das crianças! A criança interage com todos os ambientes frequentados pela família, como igreja, escola, posto de saúde, vizinhança, entre outros. Assim, o espaço urbano é também um espaço educativo, no qual se adquirem conhecimentos e experiências, como destaca o Plano Nacional pela Primeira Infância da RNPI:

O ambiente não é apenas um dado: ele é um complexo de significados que entram na formação da pessoa que nele vive e com ele interage. O espaço não é neutro: fala pela forma como está disposto e organizado, pelas suas cores e cheiros, pelos seus barulhos, ruídos e silêncios. Ele define as relações entre as pessoas, desafia ou inibe iniciativas, suscita ou restringe movimentos. O ambiente é o “terceiro professor” da criança, no dizer do fundador da pedagogia de educação infantil (abordagem) de Reggio Emilia, Loris Malaguzzi, para quem o primeiro são os pais; o segundo, os professores nas escolas. Qualidade do ambiente e qualidade de vida são profundamente relacionadas. Assim a desorganização do espaço repercute negativamente na vida das crianças, influencia a sua visão do mundo e a organização de suas mentes. A deterioração do ambiente, a forma desordenada de ocupação do espaço na periferia das cidades, o caos nos centros urbanos, a favelização, a



baixa qualidade dos serviços públicos, como transporte e saneamento nas áreas em que a população mais pobre consegue levantar suas moradias, o déficit habitacional, a não regularização fundiária, comunidades consolidadas sem título de posse do terreno, lixo e esgoto a céu aberto, inexistência ou precariedade de áreas de lazer e espaço do brincar são todos fatores presentes na maioria das cidades que agem em oposição ao direito da criança a uma vida saudável em harmonia com a natureza (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020, p. 77).



Na história das cidades, os espaços públicos sempre foram locais de interações positivas e negativas para as crianças. A cidade pode promover interações positivas e transformadoras importantes para o seu desenvolvimento.

O questionamento é: como as ruas podem ser brincantes, interativas, lúdicas e seguras? Como esses espaços podem promover o encontro com outras crianças, com outras pessoas de forma positiva para o seu bem viver e desfrutar dos equipamentos urbanos ao ar livre e exercitar sua cidadania?

As cidades são lugares importantes e vitais para a aprendizagem, a recreação, as novidades; provocam curiosidades e estimulam a curiosidade, mas também representam desafios para a saúde, o acesso a serviços, a mobilidade urbana – a estrutura da cidade sempre é pensada mais para carros e menos para as pessoas, com poucos espaços verdes, parques e lugares seguros para brincar, além de poluição do ar, agressividade e episódios de violência urbana e insegurança.

Um grande movimento mundial se torna sempre mais numeroso para melhorar projetos urbanos pensando nas crianças pequenas, pessoas com deficiências e idosos e sempre mais há evidências de que cidade planejada respeitando os bebês e as crianças pequenas são cidades mais humanas, com espaços verdes que permitem que crianças possam explorar o território com segurança, com bairros que respeitam níveis mínimos de poluição – inclusive a sonora, que é pouco respeitada nas cidades brasileiras.



As ações de promover, desenvolver e fortalecer programas e políticas públicas voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos constituem um objetivo importante para o Plano Municipal da Primeira Infância. Tão importante como o objetivo é caminhar com a comunidade, ouvir as necessidades das famílias e trabalhar em conjunto para garantir um ambiente saudável e seguro para as crianças crescerem e se desenvolverem.





Urban95: uma iniciativa internacional da Fundação Van Leer

O Que é a Urban95

“A **Urban95** é uma iniciativa internacional da Fundação van Leer que visa incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano, nas estratégias de mobilidade e nos programas e serviços destinados a eles. Gestores públicos e técnicos recebem apoio e capacitação sobre formas de contribuir para o desenvolvimento integral das crianças a partir da experiência das cidades, identificando e atuando nos territórios onde os bebês e suas famílias estão, em especial aqueles mais vulneráveis.

Convida assim líderes, gestores públicos, arquitetos e urbanistas a pensar as cidades sob a perspectiva de quem tem 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos. A iniciativa visa incorporar as lentes da primeira infância na gestão das cidades, a partir de ações efetivas que promovam interações positivas, contato com a natureza nos espaços urbanos, proximidade entre serviços e mudanças duradouras nos cenários que moldam os primeiros anos da vida de nossos cidadãos”.²

Essa perspectiva, em andamento em muitas cidades do mundo, pode desempenhar um papel fundamental na criação de ambientes urbanos que sejam adequados e favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças pequenas. Um deles é o acesso a espaços seguros e adequados para brincar. Isso inclui a criação de parques infantis, áreas verdes com equipamentos adequados e a promoção do uso de praças e espaços públicos como locais de convívio e brincadeiras.



Além disso, é necessário pensar na mobilidade urbana e no acesso a serviços essenciais, garantindo o acesso a creches, escolas de qualidades, serviços de saúde e áreas de lazer próximas às residências. Também é importante promover, dentro do possível, àqueles pequenos que moram distantes o transporte público seguro e acessível, bem como a criação de infraestrutura adequada para carrinhos de bebê e acessibilidade em calçadas e espaços públicos.

Segurança é outro fator essencial a ser considerado. É importante projetar uma cidade livre de violência, com ruas bem iluminadas, espaços públicos monitorados, áreas de convívio seguro e políticas de segurança eficazes. Também é necessário promover a conscientização sobre a importância da proteção infantil e envolver a comunidade na criação de um ambiente seguro para as crianças.

Além disso, é válido pensar em uma cidade inclusiva, que ofereça acessibilidade para crianças com deficiência e promova a igualdade de oportunidades. Isso envolve a criação de espaços adaptados, como parques inclusivos, e a promoção de políticas que garantam o acesso a serviços e atividades voltados para a primeira infância.

No município de Pão de Açúcar é importante abrir esse debate e com base na participação da elaboração do Plano da Primeira Infância criar grupo de trabalho, convocando arquitetos e urbanistas para repensar e projetar espaços públicos nessa perspectiva.

É preciso aproveitar este momento de intenso trabalho para o planejamento de políticas públicas para a Primeira In-



fância para convocar e escutar a comunidade, pais e educadores para contribuírem com propostas sustentáveis e adequadas para o atendimento de bebês e crianças pequenas.

A intersetorialidade se apresenta como uma grande oportunidade de trabalhar com sinergia e intercâmbio de ideias, projetos, competências técnicas e especialidades. O plano de metas engloba esses anseios.





Plano de Metas e Estratégias

O Plano de Metas e Ações pela Primeira Infância de Pão de Açúcar (PMPIPA) e os ODS da Agenda 2030

Nesta terceira parte do PMPIPA está organizada uma plataforma de ações que respondem aos objetivos estratégicos de acordo com as diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância. As metas e as ações aqui apresentadas são o resultado de um trabalho coletivo do Comitê de Gestão formado por representantes técnicos das Secretarias, dos órgãos colegiados, da sociedade civil, de uma coordenação, com o Selo Unicef do Município e de acordo com a Audiência Pública de uma ampla escuta e do debate dos implementadores das políticas setoriais e dos melhores e mais importantes protagonistas, que são as crianças. Este é um plano decenal e conjugá-lo com a Agenda Global 2030 das Nações Unidas permite que os objetivos e as metas possam se fortalecer e tomar um vulto muito maior para uma grande agenda positiva da cidade, junto com o Governo do Estado e da União.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.³⁴

³⁴ NAÇÕES UNIDAS Brasil. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil*, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.





Na perspectiva do Selo Unicef e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, este planejamento contém estratégias de largo respiro, com uma ótica intersetorial. Com base no diagnóstico local e em evidências, foi possível construir metas reais sem perder a ousadia e a coragem para pautar o orçamento necessário para a implementação e/ou fortalecimento e qualificação de programas, projetos e ações para a proteção integral das crianças de 0 a 6 anos de idade e das famílias.

A realidade da primeira infância em Pão de Açúcar, analisada e problematizada no decorrer de todo o plano por todos os setores de políticas públicas do Município, foi fundamentada em dados secundários e locais que conseguiram compor um diagnóstico local. Com essa base de dados e com os documentos norteadores dos Planos Setoriais foi possível avançar em propor metas e ações para qualificar a política para a Primeira Infância e criar as condições para propostas intersetoriais e inovadoras de políticas públicas para beneficiar assim, em primeira instância, as crianças e com elas toda a população do vasto território municipal.

Com uma população de 23.823, 2.572 são crianças de 0 a 6 anos, segundo o Censo de 2022, ou seja, um percentual de cerca de 12% distribuídos em todos os povoados e no centro de Pão de Açúcar. Dessas 2.572 crianças, 2.207 estão no Cadastro Único da Assistência Social e 2.038, no Bolsa Família; ou seja, somente 3,65% dessas famílias com crianças dessa faixa etária não estão no cadastro único e mais de 90% são oriundas de famílias em situação de pobreza e/ou extrema



pobreza. Esses dados mostram que ainda existe um número expressivo de pobreza, de analfabetismo, embora pareça que a rede de proteção social pública responde à necessidade populacional com o Bolsa Família, com um esforço de cobertura da atenção básica na área de saúde, com o cumprimento de 100% de matrícula na pré-escola e uma resposta por necessidade de creches para crianças de 0 a 3 anos de 33,54%, não alcançando ainda a meta de 50% do Plano de Educação. Preocupa o nível de subnotificação de casos de violência doméstica e social, a precariedade dos domicílios e do saneamento básico e o alto nível de analfabetismo de adultos, sobretudo das mães.

Outra preocupação decorre da dificuldade de acesso ao atendimento social e médico na extensão territorial e transportes públicos com certas precariedades.

Nesse sentido, o geoprocessamento territorial indispensável para o diagnóstico do Plano da Primeira Infância, com a localização dos serviços públicos em todos os povoados, permitirá aprofundar mais as condições do atendimento e poderá viabilizar um monitoramento com mais evidências da qualidade e da cobertura dos serviços.

O diagnóstico também ressalta os aspectos positivos das ações realizadas em muitas áreas, dentre as quais a educação e o esforço de construir propostas para qualificar as políticas públicas, como o avanço na estrutura das creches que se tornam referências qualificadas no município.

O comitê de Gestão do Plano da Primeira Infância apresenta essa plataforma de metas e ações com o objetivo de fomentar o trabalho intersetorial e assim poder avançar no atendimento a essa população, com prioridade nos setores



mais vulneráveis, na mobilização de recursos e na redução das desigualdades. Com esse diagnóstico mais apurado sobre a condição de vida da infância e sobre a sua capacidade de atendimento o município pode identificar melhor as fragilidades e as potencialidades dos serviços públicos e avançar na conscientização da população sobre a prioridade do atendimento e da potencialização do desenvolvimento infantil. Problematizar as questões de raça/etnia, gênero, crianças com deficiência, políticas de inclusão e casos de violência caracterizados pelo trabalho infantil e o abuso sexual.

O conjunto de ações é o trampolim da nova agenda política decenal, sob o prisma da Agenda 2030 das Nações Unidas e seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).





O que são os ODS e o que eles têm a ver com a Primeira Infância

Em 2015, os 193 países que compõem a ONU (incluindo o Brasil) se comprometeram a implementar um plano de ação global com o propósito de implementar ações para eliminar a pobreza extrema e a fome, promover a paz, dar uma educação de qualidade a meninas e meninos e proteger o planeta, as questões de gênero, meio ambiente entre outros.

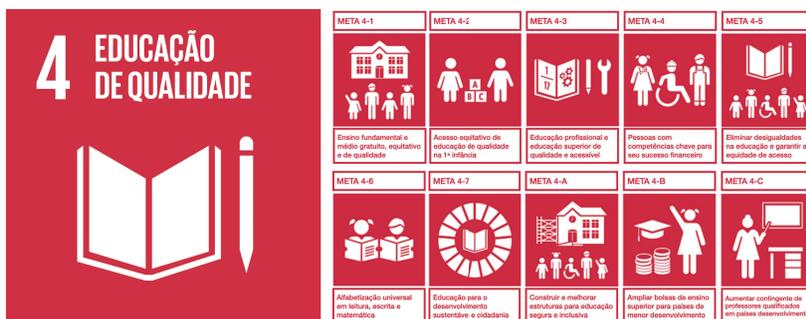
A agenda 2030 é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada um com suas metas próprias para serem implementadas até 2030.

Cada Eixo deste Plano de Metas, a seguir, faz referência aos ODS específicos, embora todos tenham uma interrelação e conexões.



EIXO 1

Do Direito à Educação



Diretriz 1

Garantir para todas as crianças cuidados, estímulos, brincadeiras, ambientes educativos e inclusivos que contribuam para o desenvolvimento integral e integrado com a família, a escola e a comunidade.

METAS	AÇÕES
Ampliar a oferta de Educação Infantil, atendendo 60% das crianças de até 3 anos e 100% das crianças de 4 e 5 anos até 2030.	<p>Atualizar o diagnóstico sobre a condição de vida e de inserção educacional de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e suas famílias existentes no município.</p> <p>Mapear quantas estão fora das Instituições de Educação infantil.</p> <p>Promover o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de até 6 anos de idade a partir de melhores condições no atendimento.</p>



<p>Assegurar que 100% dos estabelecimentos que atendam às crianças de 0 a 6 anos estejam conforme os padrões de infraestrutura e funcionamento estabelecidos pelos órgãos competentes.</p>	<p>Aplicação e Avaliação dos Indicadores de Qualidade (Qualificação profissional, estrutura, reparos) da Educação Infantil.</p> <p>Realização de reformas, reparos e adaptações de 22 instituições de ensino considerando os indicadores de avaliação.</p>
<p>Acompanhar e monitorar 80% no processo de ensino e aprendizagem das 22 instituições de Educação infantil.</p>	<p>Aperfeiçoar as práticas pedagógicas para garantir o desenvolvimento integral.</p> <p>Realizar levantamento das necessidades de cada instituição, em relação à necessidade de profissionais da educação.</p> <p>Orientar e acompanhar, com base no Referencial Curricular, a construção dos planos de ensino e plano semanal.</p>
<p>Garantir 100% Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado às crianças de 0 a 6 anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na Educação Infantil da rede municipal de ensino.</p>	<p>Realizar levantamento das necessidades de cada instituição a respeito de profissionais de apoio ao processo de inclusão escolar que deles necessitem, obtendo 06 intérpretes e cuidadores para as crianças com deficiências da faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses e profissionais da Educação infantil.</p> <p>Inserção de 06 intérpretes e cuidadores para 100% das crianças deficientes da faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses e profissionais da Educação infantil.</p> <p>Orientar e acompanhar, com base no Referencial Curricular, a construção dos planos de ensino e plano semanal e um plano de formação continuada.</p> <p>Ofertar cursos especializados para os profissionais de apoio.</p>



<p>Ampliar o Projeto Menos é Mais - Empreendedorismo Infantil com base na BNCC para 100% das instituições de educação infantil.</p>	<p>Implementar o projeto Menos é Mais - Empreendedorismo Infantil nas 22 instituições de ensino.</p> <p>Inserir o empreendedorismo nos currículos escolares e extraescolares em particular com programas dirigidas aos pais e desenvolver nas crianças curiosidade e descobertas.</p>
<p>100% dos cardápios da Merenda Escolar sejam elaborados pelos Nutricionistas da SEMED, considerando a faixa etária da primeira infância, incluindo as demandas individuais e se adequando às necessidades que surgirem.</p>	<p>Elaboração de cardápio variado considerando a faixa etária da primeira infância, incluindo as demandas individuais se adequando às necessidades que surgirem no dia a dia (Baixo peso, obesidade, intolerância etc.).</p> <p>Implementar ações para orientar sobre os cuidados com a alimentação e a higiene pessoal das crianças matriculadas na rede municipal na faixa etária de 0 a 6 anos.</p>
<p>Implantar o Programa Lavagem de mãos atendendo a 100% das Escolas da Rede Municipal.</p>	<p>Implementar o programa Lavagem das mãos nas 22 instituições de Educação Infantil.</p> <p>Conscientizar sobre a importância da lavagem das mãos e o papel da comunidade escolar na criação de hábitos seguros.</p> <p>Reconhecer a higiene das mãos como um caminho para evitar a propagação de microrganismos transmissores de doenças. Garantir a saúde e o bem-estar da população, em especial dos alunos da rede municipal de ensino. A lavagem adequada das mãos é uma das medidas mais simples e eficazes para prevenir a propagação de doenças, como gripes, resfriados, diarreia e outras infecções que podem afetar a saúde dos alunos.</p>



<p>Implantar o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 nas 20 instituições de Educação Infantil e atender a 50% das escolas em tempo integral com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses das escolas da rede de ensino.</p>	<p>Implementar o Ensino em Tempo Integral nas 22 instituições de Educação Infantil. Assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.</p> <p>Assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.</p> <p>Implementar ações preventivas para o enfrentamento da violência de crianças, envolvendo a família e a comunidade escolar.</p> <p>Ações educativas para a promoção dos direitos sociais, humanos e da natureza.</p> <p>Realizar programas que divulgam saberes científicos, tecnologias, artes, culturas e saberes das diferentes matrizes étnicas-raciais e culturais, e atividades esportivas e de lazer de forma intersetorial.</p> <p>Realizar ações de fortalecimento de convivência democrática, de respeito da natureza, de promoção de da paz e da inclusão e acessibilidade.</p>
<p>Orientar 80% dos profissionais e gestores que atuam no enfrentamento da violência, e planejar ações para o fortalecimento da rede de proteção social para o cuidado e a proteção da criança.</p>	<p>Participar e fortalecer das redes locais de atenção às crianças e suas famílias no tocante do enfrentamento às violências.</p> <p>Planejar ações de mobilização e sensibilização da sociedade com campanhas educativas para a primeira infância livre de todas as formas de violências.</p> <p>Implementar ações de formação dos profissionais que atendem as crianças vítimas de violências.</p>



<p>Informar e sensibilizar 80% da sociedade e das famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</p>	<p>Informação e sensibilização a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</p> <p>Informação e sensibilização a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</p>
<p>Ampliar 60% dos espaços físicos nas escolas e praças existentes ou próximo a escola com espaços para brincar acessíveis prevendo mecanismos que garantam sua preservação a fim de promover a integração criança/ família/escola.</p>	<p>Aprimorar e consolidar o currículo ampliado da educação infantil, para oferecer atividades ligadas à arte e à criatividade, através das diversas linguagens, oportunizando a aquisição de diversas experiências de campos de aprendizagem e a interação com sua capacidade e do mundo externo.</p> <p>Implementar ações formativas para ampliar e disseminar conhecimento e práticas de forma a inspirar e contribuir os educadores da primeira infância.</p> <p>Promover Mostra de Práticas Inovadoras da Educação Infantil "Olhares para a Primeira Infância."</p>



EIXO 2

Do Direito à Saúde Integral da Criança



Diretriz 2

Garantir o direito à vida, ao atendimento médico, ao pré-natal, à segurança e à boa alimentação, e a ambientes seguros para a primeira infância.

METAS	AÇÕES
Reduzir o sobrepeso de crianças de 0 a 6 anos de idade	Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar. Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.



<p>Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</p>	<p>Verificar a caderneta de saúde das crianças da primeira infância, por meio das ações do Programa Saúde na Escola e Atenção Primária em Saúde, seguindo o calendário de vacina.</p> <p>Intensificar campanhas de vacinação trimestralmente.</p> <p>Realizar busca ativa vacinal mensalmente em todas as Equipes de Saúde da Família.</p> <p>Estender o horário de salas de vacina a cada 15 dias, visando alcançar as famílias que alegam outras atribuições em horário comercial.</p>
<p>Aumentar a taxa de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida do bebê, bem como os números de aleitamento da classificação inexistente.</p>	<p>Assegurar um ambiente favorável à amamentação para todas as mães que trabalham</p> <p>Aumentar os investimentos em políticas e programas de apoio ao aleitamento materno Implantar o Programa “Amamenta e alimenta Brasil”</p> <p>Alimentar corretamente os sistemas que acompanham os dados de aleitamento materno exclusivo</p> <p>Capacitar os profissionais para preencher os marcadores de consumo alimentar nas consultas ou visitas domiciliares.</p>
<p>Acabar até 2030 com as mortes evitáveis de recém-nascidos no nosso município, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para 1 caso/ano.</p>	<p>Reativar o Comitê de Mortalidade Infantil</p> <p>Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.</p> <p>Incentivar os profissionais da atenção primária a realizar as consultas de puericultura para as crianças menores de 5 anos.</p> <p>Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres.</p> <p>Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar</p>



<p>Evitar os casos de sífilis congênita e gestacional</p>	<p>Promover educação em saúde, ampliando ações do Programa Saúde na Escola.</p> <p>Dar orientações e distribuir métodos contraceptivos.</p> <p>Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação). Garantir teste rápido para sífilis em todas as UBSs e tratamento para gestantes e parceiros, caso sejam diagnosticados.</p>
<p>Intensificar a qualidade dos serviços de saúde nas comunidades quilombolas</p>	<p>Construir um Posto de Saúde (ponto de apoio) em local estratégico entre as comunidades Chifre do Bode, Poço do sal e Poçoão;</p> <p>Prestar atendimento odontológico e coleta de exames in loco;</p> <p>Construir um Posto de Saúde (ponto de apoio) em local estratégico entre as comunidades Chifre do Bode, Poço do sal e Poçoão;</p> <p>Prestar atendimento odontológico e coleta de exames in loco;</p>
<p>Implementar uma política de conscientização e prevenção para reduzir o avanço da gravidez na adolescência no nosso município</p>	<p>Educação em saúde, ampliando ações do Programa Saúde na Escola;</p> <p>Envolver a intersetorialidade com a secretaria de esportes, cultura e lazer, trabalhando a prevenção com orientações e distribuição de métodos contraceptivos;</p> <p>Conscientizar as adolescentes sobre o planejamento familiar;</p> <p>Aprimorar o Saneamento básico devido a exposição dos indivíduos a doenças hidricamente veiculadas.</p> <p>Trabalhar a inclusão social, com projetos que direcionem os jovens a inserção laboral;</p> <p>Reforçar nas Equipes de Saúde a importância do planejamento familiar, criando grupo de casais jovens que já moram juntos;</p> <p>Reestruturar a farmácia básica, de modo que os estoques de métodos contraceptivos estejam sempre abastecidos</p>



<p>Incentivar o parto natural e humanizado, oferecer uma alternativa para as mães que desejam ter os filhos de uma forma menos invasiva e proporcionar um ambiente que proporciona vínculos saudáveis para essa mãe</p>	<p>As boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento, na compreensão dos profissionais de saúde.</p> <p>Proporcionar ao feto e posteriormente, ao bebê um vínculo afetivo e sadio, garantido a satisfação de suas necessidades fisiológicas e afetivas.</p> <p>Avaliar o estado de saúde da mulher e do recém-nascido e após o nascimento do RN realizar contato pele a pele e incentivar o aleitamento materno.</p> <p>Acolher puérpera no alojamento conjunto (identificação mãe/bebê) e observar perda sanguínea e manter aquecida a puérpera.</p>
<p>Melhorar a qualidade de vida diminuindo o sofrimento psíquico causado por fome, racismo, preconceito proporcionando serviços públicos com tratamentos de bem-estar</p>	<p>Implementar ações intersetoriais junto à Cultura, educação, esporte, lazer, com o intuito de criar programas e serviços de lazer e bem-estar físico e psíquico com atividades ao ar livres e momentos terapêuticos.</p> <p>Proporcionar debate sobre saúde mental e sensibilizar sobre preconceitos, discriminação racial e social, com o envolvimento de toda a família</p>
<p>Realizar trabalho multiprofissional na ESF que possibilitem a priorização do atendimento integral a criança.</p>	<p>Envolver uma maior vigilância às gestantes e puérperas por meio do acompanhamento rigoroso da mesma até o acompanhamento contínuo da criança</p>



<p>Implementar na ESF um programa com ênfase na saúde bucal para as mães e as crianças</p>	<p>Realizar o pré-natal odontológico com atendimento de 100% das gestantes acompanhadas pela ESF, evidenciando o trabalho preventivo- educativo;</p> <p>Realizar as ações preventivas- curativas em crianças na 1ª infância.</p> <p>Realizar exame na cavidade oral e orientações sobre a importância da amamentação, alimentação saudável, higiene oral e os cuidados com o uso do flúor.</p>
--	--



EIXO 3

Do Direito à Proteção e à Segurança



Diretriz 3

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.

METAS	AÇÕES
80% das famílias com crianças inseridas no CADÚNICO acompanhadas pelos CRAS/PAIF até 2025.	Mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade acompanhadas pelo Programa nos CRAS Velho Chico e Terra do Sol, garantindo Atendimento Integral necessários para o Fortalecimento de Vínculos familiares, promovendo a autonomia e o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais. Garantir a capacidade de atendimento dos CRAS realizando a articulação com outras políticas públicas e a disponibilidade de recursos humanos, materiais para a efetividade do acompanhamento pelo CRAS/PAIF.



<p>Diagnóstico realizado até 2026 com 100% das Áreas Vulneráveis prioritárias.</p>	<p>Identificar lacunas de atendimento e áreas vulneráveis para intervenção por meio das visitas domiciliares.</p> <p>Elaboração de Plano de Ação Integrado articulando as ações desenvolvidas com mecanismos de monitoramento e avaliação contínua.</p>
<p>Protocolos de atendimento e fluxograma em serviços, programas e projetos para atendimento e combate à violência de crianças em 100% de CRAS (dois) e CREAS (um).</p>	<p>Realizar treinamentos regulares para capacitar a equipe envolvida no atendimento às crianças vítimas de violência.</p> <p>Implementar o fluxograma detalhado descrevendo os passos a serem seguidos desde a identificação da situação de violência até a intervenção e acompanhamento das vítimas, incluindo os diferentes profissionais e instituições que devem ser acionados em cada etapa do processo.</p> <p>Colaborar com outras entidades e organizações que atuam na proteção e no combate à violência contra crianças.</p> <p>Realizar campanhas de conscientização para informar pais, cuidadores, professores e a comunidade em geral sobre os sinais de violência contra crianças, os canais de denúncia disponíveis e os direitos das crianças</p>
<p>90% dos Trabalhadores e profissionais da Assistência Social capacitados para as demandas sociais até 2026.</p>	<p>Criar grupos de trabalho para acompanhamento das capacitações alinhadas com as diretrizes nacionais do SUAS e as demandas locais;</p> <p>Investir na capacitação e qualificação dos profissionais que atuam no SUAS para garantir a excelência na prestação dos serviços e o uso eficiente dos recursos disponíveis promovendo a valorização e o fortalecimento das equipes técnicas.</p>



<p>100% dos Conselhos: Municipais de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) aptos a fiscalizarem as Políticas Públicas de atendimento à Primeira Infância no SUAS.</p>	<p>Garantir a participação efetiva do Controle Social, visando a efetividade do uso dos recursos investidos.</p>
<p>100% do Orçamento Mínimo garantido na LOA (Lei do Orçamento Anual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e PPA (Plano Plurianual) para a Primeira Infância até 2026.</p>	<p>Assegurar que a primeira infância seja considerada uma prioridade nos investimentos públicos, e que sejam destinados recursos adequados para áreas como saúde, educação, assistência social, cultura e lazer, urbanismo, meio ambiente, que impactam diretamente o desenvolvimento das crianças.</p> <p>Implementar mecanismos de monitoramento e controle para garantir que os recursos destinados à primeira infância sejam efetivamente aplicados de acordo com as políticas e programas estabelecidos.</p>
<p>100% da Rede de Proteção à primeira infância articulada ao CMDCA, Conselho Tutelar e SGD até 2025.</p>	<p>Fortalecimento da rede de proteção de políticas setoriais ao CMDCA, Conselho Tutelar e Sistema de Garantia de Direitos.</p>
<p>100% de Incentivo à captação de recursos para projetos por meio de doações de empresas e pessoas físicas parceiras ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente até 2025</p>	<p>Garantir por meio de doações de empresas parceiras fundos para execução de projetos para a Primeira Infância.</p>



<p>100% de crianças de em situação de trabalho infantil identificadas até 2026.</p>	<p>Mapear crianças na feira livre em parceria com outras políticas setoriais, visando prevenir riscos sociais e ao seu desenvolvimento</p>
<p>80% dos casos de violência contra crianças registrados no SIPIA</p>	<p>Implementar atividades estratégicas que incentivem as notificações e os acompanhamentos dos casos. Capacitação e qualificação dos Conselheiros Tutelares e da Criança e Adolescente para operacionalização do Sistema.</p>
<p>Garantir para 70% da população com crianças do município a participação da vida cultural com acesso a livros, dança, teatro, música e cultura popular, acervo de museus, entre outros.</p>	<p>Melhorar a infraestrutura Cultural em equipamentos públicos municipais e nas escolas.</p>



EIXO 4

Do Direito à Cultura, ao Esporte, às Brincadeiras, ao Meio Ambiente, ao Espaço Urbano



Diretriz 4

Garantir ações transversais que proporcionem espaços públicos seguros e limpos para a criança brincar, explorar e que possa ter acesso seguro à internet e comunicação.



DIREITO À CULTURA	
METAS	AÇÕES
<p>Contribuir com ações culturais para uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>	<p>Realizar até 2026 cursos, oficinas e capacitações com educadores e corpo diretivo dos espaços escolares que atendam crianças de 0 até os 6 anos, sobre diversidade cultural, educação patrimonial, cultura afro-indígena.</p> <p>Instituir em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o Programa "Memórias Ancestrais" nas escolas quilombolas e ribeirinhas, que tem o objetivo de trabalhar às memórias, as habilidades e poéticas que estejam articuladas com o presente e o passado dessas comunidades. A ação pretende atender até 800 crianças até 2027.</p> <p>Criação do calendário municipal de cultura para a primeira infância: (semana municipal do brincar; semana municipal da leitura e da biblioteca e semana municipal dos museus para educação patrimonial da primeira infância), atendendo até 500 crianças a partir de 2025.</p> <p>Elaborar junto com a Secretaria Municipal de Educação, até 2027, material didático, lúdico e pedagógico que esteja de acordo com a Lei 10.639 (História da Cultura Afro-Brasileira) nas escolas.</p> <p>Implementação de "residências artísticas" nas duas creches municipais, com o intuito de promover trocas de experiências entre crianças, pais, comunidades do entorno, na promoção da diversidade cultural e proteção do patrimônio, atendendo ao longo de cinco anos, mais de 500 crianças.</p> <p>Em parceria com a rede educacional do município, garantir a presença de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, em apresentações culturais, shows infantis, permitindo que crianças surdas possam ter acesso aos bens e serviços da cultura, até 2025.</p>



Contribuir com ações culturais para “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”;

Mapear junto com as Secretarias de Assistência Social e Cidadania, Agricultura e Meio Ambiente, áreas de maior vulnerabilidade social, nutricional para crianças de 0 até 6 anos de idade até 2025.

Instituir o Projeto "Assentamentos Culturais Legais" em parceria com a Secretaria de Agricultura, com objetivo de fomentar práticas culturais e agrícolas das comunidades assentadas, no enfrentamento a pobreza extrema. Atender crianças de 0 a 6 anos e suas famílias nas comunidades Riacho Grande e Assentamento Alemar até final de 2024.

Oferta de oficinas e capacitação da Economia Criativa para famílias de crianças de 0 até os 6 anos de idade, que estejam em situação de extrema pobreza, nas periferias de Pão de Açúcar, atendendo até 100 famílias ao final de 2027;

Organizar anualmente o "Seminário Saberes, Práticas Culturais e Agrícolas das Comunidades Tradicionais e a Infância", em parceria com todas as secretarias municipais, com o intuito de promover troca de experiências, boas iniciativas e soluções modelos na erradicação da pobreza extrema e fome. Atender até 100 famílias por ano, a partir de 2024.

Assegurar que crianças de 0 até 6 anos de idade de comunidades assentadas, quilombolas, ribeirinhas, que estejam em situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza e fome, sejam assistidas com prioridade por políticas culturais, a exemplo da implementação da Lei Aldir Blanc 2 e outras políticas a nível de município, Estado e União.



“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.”

Implementar nos postos de saúde, no CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, e em outros ambientes de acolhimento a crianças, espaços lúdicos de contação de histórias, musicalidades, para fortalecimento de vínculos, desenvolvimento psicossocial, comportamental e de manutenção das tradições culturais. Essas ações buscam atender até 250 crianças por ano, a partir de 2025.

Promover formação continuada de 30% dos profissionais de saúde, sobre saberes e práticas tradicionais de saúde (medicina popular), com o objetivo de acolher melhor os usuários do sistema único de saúde e suas crianças. Duas capacitações por ano, com início em 2024.

Criar junto ao calendário esportivo do município, a "semana de brincadeiras tradicionais", atendendo crianças ribeirinhas, assentadas, quilombolas e seus múltiplos modos de construir suas infâncias; A ação quer atingir até 100 crianças por ano até 2030.

Promover formação continuada com os professores da educação infantil para o combate a intolerância religiosa, racismo, violência sexual e de gênero, realizar duas formações por ano, até 2030.

Implementar o PIA (Primeira Infância Antirracista) do UNICEF, no município, em parceria com as Secretarias de Assistência Social; Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes e o Conselho Tutelar. Promover campanha de conscientização, educação em todas as escolas, serviços de convivência e quadras poliesportivas. Início da implementação em 2024.



“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes, sustentáveis, assegurando padrões de produção e de consumo sustentáveis.”

Promover escutas e oficinas de participação popular de crianças e suas famílias, quando da construção, ampliação e reforma de espaços públicos e praças, com o objetivo de atender as demandas da primeira infância quando estas, elaboram suas brincadeiras, trocas e relações com o ambiente e seus semelhantes.

Criação do "Rotas turísticas, culturais e sustentáveis para a primeira infância", com o objetivo de promover educação patrimonial, respeito a biodiversidade, a natureza, de forma sustentável e dinâmica. Até final de 2024, criar 3 rotas para a primeira infância.

Projeto "Ciranda das águas para a primeira infância", que tem o objetivo de promover a valorização das tradições e saberes ribeirinhos, estimulando as crianças para manutenção de suas tradições e o respeito para com o rio e o ambiente. Atender crianças de 7 comunidades até 2027.

Promover campanhas educativas com crianças quilombolas e assentadas sobre a importância da perpetuação de suas tradições locais e da conservação da natureza. Realizar 02 campanhas por ano e um encontro de saberes ancestrais da primeira infância.

Oferta de cursos de qualificação profissional de forma sustentável para promover a inclusão produtiva de mulheres, na geração de renda, garantindo melhoria na qualidade de vida da primeira infância; ofertar três cursos ao longo dos anos, até 2027.



<p>Criatividade, Cultura e Primeira Infância.”</p>	<p>Criação de dois museus e casa de cultura, para o fortalecimento da identidade local, história e memória, garantido acessibilidade, equidade e diversidade; Ação a ser realizada até 2026.</p> <p>Projeto "Biblioteca Itinerante para a primeira infância", para levar livros, contação de histórias, para as cinco regiões de Pão de Açúcar. Atender 500 crianças até 2026.</p> <p>Palco aberto para a primeira infância, através de um show de calouros, trazer crianças para mostrar todas as suas inventividades, habilidades, sensibilidade através da música, dança, canto, poesia, artes etc.</p>
--	--



DIREITO À NATUREZA E AO MEIO AMBIENTE

METAS	AÇÕES
<p>Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento.</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Rodas de conversa, campanhas de informação, educação e comunicação, envolvendo diferentes atores da sociedade (pais, cuidadores, educadores, profissionais da saúde, organizações da sociedade civil), sites e outros canais de comunicação, informando e sensibilizando a sociedade sobre a importância desses aspectos para o desenvolvimento saudável das crianças, juntamente a intersetorialidade.2. Implementar através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos os sistemas de abastecimento de água seguros e confiáveis, como poços, fontes de água tratada ou sistemas de distribuição de água potável, para assegurar que todas as crianças tenham acesso água potável limpa e segura para beber, cozinhar e higienizar.3. Garantir que as crianças tenham acesso a banheiros seguros, limpos e adequados para uso. Isso inclui a disponibilidade de instalações sanitárias em escolas, creches e áreas residenciais, bem como a promoção de práticas de higiene adequadas, como lavagem das mãos com água e sabão;4. Educar as crianças sobre práticas adequadas de higiene. Isso inclui ensinar a importância de lavar as mãos corretamente, higienizar os alimentos e manter a limpeza pessoal para prevenir doenças.5. Garantir a manutenção regular das instalações de água e saneamento e o monitoramento da qualidade da água de acordo com os padrões de segurança.



<p>Investir 100% em fontes de energia limpa para a primeira infância.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investimentos em infraestrutura energética, tecnologias sustentáveis, através de políticas que promovam o acesso equitativo à energia para todas as crianças. 2. Promover o uso de energias renováveis, como energia solar, eólica, hidrelétrica, envolvendo e incentivando a instalação de painéis solares em residências, escolas e centros de saúde. 3. Orientar o uso de lâmpadas de baixo consumo, eletrodomésticos eficientes, isolamento térmico adequado e sistemas de aquecimento e refrigeração eficientes. 4. Garantir através de projetos nacional e estadual, que todas as crianças tenham acesso igualitário a energia limpa e acessível, independentemente de sua localização geográfica, condição socioeconômica ou outros fatores. 5. Educar através de rodas de conversa, as crianças, suas famílias e a comunidade sobre a importância da energia segura, confiável e sustentável,.
<p>Cidade mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de espaços verdes e áreas de lazer fundamentais para o bem-estar das crianças. Isso inclui a criação de parques, jardins e praças que ofereçam oportunidades de recreação, contato com a natureza e convivência social; 2. Garantir o acesso a serviços básicos, como educação, saúde, água potável, saneamento e energia, para a primeira infância, através da ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade desses serviços em áreas urbanas, especialmente em comunidades de baixa renda; 3. Implementar a educação ambiental desde os primeiros anos de vida para criar uma consciência ambiental nas crianças, ensinando sobre a importância da sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e práticas de consumo responsável.



<p>Reduzir pela metade o desperdício de alimentos, nos níveis de varejo e do consumidor e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educar as crianças desde cedo sobre a importância do consumo consciente, ensinando sobre a origem dos produtos, os impactos ambientais e sociais da produção e do consumo, e incentivar práticas como reutilizar, reciclar e reduzir o desperdício. 2. Promover uma alimentação saudável e sustentável desde a primeira infância, incentivando o consumo de alimentos frescos, locais e sazonais, reduzindo o desperdício de alimentos e evitar o uso excessivo de embalagens descartáveis.
<p>Prevenção e redução da poluição marinha de todos os tipos de rios e riachos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover experiências ao ar livre, como visitas a praias, estuários e aquários, para que as crianças possam conhecer e apreciar a vida marinha e os ecossistemas costeiros; 2. Envolver as crianças em práticas diárias sustentáveis, como a redução do consumo de plástico e o descarte adequado de resíduos para evitar a poluição dos rios e riachos. 3. Envolver as famílias na conscientização sobre a conservação dos rios e riachos, fornecendo informações e recursos que incentivem práticas sustentáveis em casa. 4. Introduzir conceitos sobre a importância dos rios e riachos e a necessidade de sua conservação por meio de atividades, jogos e histórias adequadas para a idade das crianças.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerindo de forma sustentável as florestas, combatendo a desertificação, detendo e revertendo a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.

1. Introduzir conceitos sobre a importância dos ecossistemas terrestres, como florestas, parques e áreas naturais, por meio de atividades, jogos e histórias adequadas para a idade das crianças.
2. Promover experiências ao ar livre, como passeios em parques, trilhas e jardins, para que as crianças possam se conectar com a natureza, observar a diversidade de plantas e animais e desenvolver um apreço pela biodiversidade.
3. Envolver as crianças em práticas diárias sustentáveis, como o plantio de árvores, a conservação da água e a reciclagem, para promover a conscientização sobre a importância de cuidar do meio ambiente.
4. Envolver as famílias na conscientização sobre a proteção dos ecossistemas terrestres, fornecendo informações e recursos que incentivem práticas sustentáveis em casa, como o cultivo de hortas ou a compostagem de resíduos orgânicos.
5. Garantir que as crianças tenham acesso a áreas verdes seguras e saudáveis, como parques infantis e jardins, para que possam brincar e explorar a natureza de forma segura.



DIREITO À CIDADE	
METAS	AÇÕES
Ampliar em 50% a construção de praças públicas nas zonas urbanas e rural, voltadas para o lazer, a segurança e o bem-estar de crianças na primeira infância.	<p>Construção de praças promovendo inclusão social e socialização, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para as crianças.</p> <p>Modernização da iluminação pública, garantindo mais segurança durante a noite, como também, a manutenção de espaços limpos e agradáveis.</p> <p>Instalar brinquedos que possam proporcionar oportunidades de diversão e acessibilidade para as crianças na primeira infância.</p>
Criar projetos de locais para alimentação e higiene em praças públicas, voltadas para as crianças na primeira infância.	<p>Garantir espaços de oferta para alimentação saudável e de qualidade.</p> <p>Construir fraldários e locais de apoio às mães e responsáveis para proporcionar um ambiente acolhedor e acessível a todos.</p>
Garantir acesso por meio de sinalização em 100% das praças, escolas, hospitais e postos de saúde.	<p>Possibilitar segurança por meio de placas informativas e faixas de pedestres que viabilizem o acesso a todos.</p> <p>Construir um espaço agradável, seguro e de lazer para as crianças da primeira infância do local.</p>
Viabilizar a construção do parque ecológico no Povoado Impueiras, visando um melhor convívio urbano para as crianças da primeira infância do município.	<p>Implantar uma área verde, proporcionando o contato com a natureza, o que melhora a qualidade de vida das crianças.</p> <p>Proporcionar benefícios psicológicos, sociais, físicos e de saúde a população da primeira infância, por meio das atividades físicas e de lazer.</p>





Intersetorialidade, Parcerias e Monitoramento

A Importância da Intersetorialidade

O artigo 227 da Constituição e o artigo 86 do ECA são os marcos legais da Rede de Proteção Social. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o artigo 86 estabelece que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. O artigo do Estatuto – em conjunto com o art. 227 da Constituição – pressupõe a articulação e a intersetorialidade entre as áreas de atuação e com a sociedade. Muitas ações propostas no PMPIPA são transversais, foram construídas com base em intercâmbios de conhecimentos específicos de cada área, e muitas metas precisam de parcerias e articulação para que possam avançar na proteção das crianças.

O que é a intersetorialidade? Segundo o *Guia para Orientar Ações Intersetoriais na Primeira Infância* do Ministério da Saúde:

A intersetorialidade associa políticas, conjuga saberes, une competências e multiplica resultados que ultrapassam a segmentação do atendimento, sendo, portanto, potente



instrumento estratégico de atenção integral e integrado, pois transcende a atuação de políticas isoladas.¹

A literatura que analisa as políticas públicas, sobretudo aquela que trata de problemas complexos como a vulnerabilidade social e a infância, enfatiza que o tratamento dos problemas e suas respectivas respostas devem ser tratados de maneira integrada.

A intersetorialidade surge justamente no contexto de crítica a uma estrutura vertical e setorializada das políticas públicas. Essa estrutura dificulta a integração dos diferentes saberes, das múltiplas experiências sobre soluções encontradas para enfrentar problemas complexos como a exclusão social e a promoção do desenvolvimento humano e social. A ideia de trabalho em rede com relações horizontais também aparece muito associadas à ideia de intersetorialidade².

A criança é um ser integral e integrado socialmente. A criança matriculada na creche ou na pré-escola é a mesma que tem acesso ao serviço de saúde, ao serviço social e aos demais equipamentos disponíveis no território. Portanto, compreender a criança dessa forma favorece o diálogo entre as políticas sociais para possibilitar ações coordenadas e integradas entre diferentes profissionais e setores convivendo com a visão do todo.

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. p. 28. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phprjdlba_5e3064022386d.pdf.

² SILVA, Angela Maria Cauty Santos da; QUINTANILHA, Bruna Ceruti; DALBELLO-ARAUJO, Maristela (org.). *Intersetorialidades: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João, 2022.





Considerações Finais

Assim foi o trabalho do Comitê gestor na análise dos dados para a construção do PMPIPA como um todo. A proposta é que se trabalhe de forma alinhada e complementar.

Em face da vulnerabilidade social em que vivem muitas crianças no município, são necessários projetos preventivos que saiam da lógica do assistencialismo e que construam um percurso educativo e social que fortaleça a relação entre a escola, a família, o sistema de saúde, o sistema da assistência e a rede de apoio social (sistema de garantia de direito), com a finalidade de criar resultados sustentáveis de meio e longo prazo.

Há muitos protagonistas envolvidos na cultura de proteção da infância com características e competências específicas. Todos precisam interagir para garantir mais resultados.

Quando se perde a capacidade de ver a criança na sua totalidade, se pensa somente em soluções únicas e específicas. Muitas críticas, sempre mais consistentes no campo científico, social e educacional, alertam sobre como a especialização – cada vez mais aprofundada em temas sempre mais restritos quando descontextualizados do conjunto complexo que constitui o ser humano – pode acarretar riscos para sua integridade psíquica.



Ter uma visão em conjunto nas políticas públicas é fundamental para que haja políticas que dialoguem entre si e para que as especialidades e as ações setoriais convivam com a visão do todo e nele se articulem.

Edgar Morin, quando analisa a crise energética e os riscos da humanidade com as mudanças climática, afirma que os riscos provêm da fragmentação dos olhares individualistas, interessados em particularidades, esquecendo-se da unidade do Planeta Terra. O caminho para sair da ameaça do abismo, segundo Morin, é voltar à visão da unidade e da interdependência de tudo e de todos.³

Outros especialistas falam da importância nas políticas sociais de uma visão holística da criança. E o conceito de Rede, amparado pelo ECA, se transforma em um conceito preconizado há 30 anos, mas ainda com dificuldade de ser colocado em prática.

Rede é uma articulação política entre pares que, para se estabelecer, exige: reconhecer (que o outro existe e é importante); conhecer (o que o outro faz); colaborar (prestar ajuda quando necessário); cooperar (compartilhar saberes, ações e poderes) e associar-se (compartilhar objetivos e projetos). Estas condições preliminares resultam, respectivamente, em autonomia, vontade, dinamismo, lideranças, informação, descentralização e múltiplos níveis de operacionalização.⁴

³ MORIN, Edgar, KERN, Anne-Brigitte. *Terra-Pátria*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

⁴ Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/344056/> OLIVEIRA, 2001. p. 78.



O Comitê Gestor trabalhou com essa visão e atuou com uma metodologia fundamentando-se no conhecimento e na apuração dos dados locais, nos desafios e nas potencialidades, e para que o PMPIPA possa ser implementado é importante que uma instância clara e com responsabilidades definidas possa ser definida. É importante que o procedimento de implementação comece com o processo de monitoramento, pois isso permite calibrar as metas previstas, efetivar as ações para o alcance dos resultados esperados e efetuar o planejamento temporal, tornando possível identificar erros de percursos, dificuldades e desafios encontrados. O monitoramento é parte do processo avaliativo e precisa de indicadores e coleta de informações necessários para sua implementação efetiva.

Cabe a essa instância elaborar uma cesta de indicadores quantitativos para dimensionar as metas estabelecidas, e indicadores qualitativos que permitam mensurar as dificuldades e o alcance relacionados ao processo do trabalho, e se a estratégia adotada teve eficácia e eficiência para aquela meta a ser alcançada.

É importante fortalecer esse processo de articulação iniciado pelo Comitê Gestor; a plataforma de metas e ações construídas precisam ter efetividade e indicar caminhos para o alcance dos resultados previstos.

A comunidade precisa acompanhar esse processo e para tanto é importante criar mecanismos de comunicação e participação social e familiar em torno do Plano da Primeira Infância.

O PMPIPA está pronto, ele é um guia de planejamento de políticas públicas; as crianças do município de Pão de Açúcar precisam de toda a população para o seu cuidado e o seu desenvolvimento, para que elas cresçam de forma saudável e harmoniosa.







Referências

ALAGOAS. *Lei Orgânica do Município de Pão de Açúcar*, 1990. Disponível em: <https://www.paodeacucar.al.leg.br/wp-content/uploads/2018/09/Lei-Org%C3%A2nica.pdf>.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. *Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas*. Maceió: Seplag, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27883, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.257 de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente), o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (código de processo penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.º



12.662, de 5 de junho de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 9 mar. 2016b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Asis – Análise de Situação de Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/asis_analise_situacao_saude_volume_1.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Desenvolvimento infantil* [S.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia/desenvolvimento-infantil>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. p. 28. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phprjdlba_5e3064022386d.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *SUAS e programa criança feliz: atuação integrada*. Brasília, DF: MDS, 2016c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Interacao_Suas_CF.pdf.



BRASIL. Ministério da Educação. Palmares Fundação Cultural. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)*, 2013. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/1-crqs-certificadas-ate-10-06-2013.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular: educação é a base*. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. *Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)*, 2021. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-15-06-2021.pdf>.

DIDONET, Vital (org.). *Plano nacional pela primeira infância*. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância, 2015. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>.

DIDONET, Vital. Trajetória dos direitos da criança no Brasil – de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos. In: BRASIL. *Primeira infância: avanços do Marco Legal da Primeira Infância*. Brasília, DF: Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes, Câmara dos Deputados, 2016. p. 60-75.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/5019418/mod_resource/content/1/Pedagogia%20da%20Autonomia%20-%20livro%20completo.pdf.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1995*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1995.pdf.

MORIN, Edgar, KERN, Anne-Brigitte. *Terra-Pátria*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NAÇÕES UNIDAS Brasil. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, 2023*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

NÚCLEO CIÊNCIA PARA A INFÂNCIA. *O uso de evidências para impulsionar políticas públicas para a primeira infância*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/09/NCPI_WP11_Evidencias-nas-politicas-publicas-PI.pdf.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/06/An%C3%ADsio-Teixeira.pdf>.

PÃO DE AÇÚCAR (AL). *Decreto n.º 32, de 20 de outubro de 2022*. Dispõe sobre a instituição de Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal integrada pela Primeira Infância e elaboração do Plano municipal pela Primeira Infância. Disponível em: <https://transparencia.paodeacucar.al.gov.br/storage/uploads/legislacoes/anexos/1429/ftg1NmTjOC6RT119TcZtgIbzl5s4ib2sDBXMoe8t.pdf>

PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. *Pão de Açúcar – AL, 2022*. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/pao-de-acucar-al/>.



RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: José Olympio, 1938. (Capítulo 2). <https://www.wattpad.com/186848245-vidas-secas-cap%C3%ADtulo-2-fabiano/page/2>.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. *Plano Nacional Primeira Infância: 2010-2022, 2020-2030*. 2. ed. revista e atualizada). Brasília, DF: RNPI; ANDI, 2020.

ROCHA, Ruth. *O direito das crianças*. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid/files/2020/12/o-direito-das-criancas-ruth-rocha-1.pdf>.

SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da; QUINTANILHA, Bruna Ceruti; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela (org.). *Intersectorialidades: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes*. Curitiba: Nova Vida, 2019. (Manual de Orientação).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Prevenção da gravidez na adolescência*, 2019. (Guia Prático de Atualização). Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/sbp/sbp_guia_pratico_prevencao_gravidez_adolescencia_2019.pdf.

TONINI, Malcon Gustavo. “Memórias da colônia”: história oral e ensino de história. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 4. 2021. *Anais* [...]. Florianópolis: Udesc, 2021.

UNICEF Brasil. *Convenção sobre os direitos da criança*, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.



UNICEF Brasil. *Fortalecimento das competências familiares*, [S.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/fortalecimento-das-competencias-familiares>.

UNICEF Brasil. *Objetivos de desenvolvimento sustentável: Ainda é possível mudar 2030*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

URBAN95. *O que é a URBAN95*, [S.d.]. Disponível em: <https://urban95.org.br/o-que-e-a-urban95/>.

VERSIANI, C. C.; FERNANDES, L. L. Gestantes de alto risco internadas na maternidade de um Hospital Universitário. *Renome*, v. 1, n. 1, p. 68-78, 2012. Disponível em: <http://www.renome.unimontes.br/index.php/renome/article/view/51/126>.

WIKIPÉDIA. *Pão de Açúcar (Alagoas)*, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%Bacar_\(Alagoas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A3o_de_A%C3%A7%C3%Bacar_(Alagoas)).

O Direito à Cultura – Propostas da Secretaria de Cultura para o Plano Municipal de Pão de Açúcar



Anexo

Gabinete do Prefeito

Portaria GP n.371/2023, de 20 de outubro de 2023

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Comitê Gestor intersetorial da Política Municipal integrada pela primeira infância e elaboração do Plano Municipal pela primeira infância do município de Pão de Açúcar/AL

Representante Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Ramon Santos Carvalho

Suplente: Diogo Souza Lucena

Representante Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Edson Rodrigues Pereira

Suplente: Júlio César Cruz da Silva

Representante Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Titular: Maria Betânia Rodrigues Leite

Suplente: Maria das Graças Correia dos Santos

Representante Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Titular: Geovânio Fonseca Santos

Suplente: Marcos Soares Pauferro Filho

Representante Secretaria Municipal de Educação

Titular: João Kelvin Maia dos Santos

Suplente: Elizabete Oliveira Tavares

Representante Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Titular: Igor Luiz Rodrigues

Suplente: Severino Emerson Dantas Silva



Representante Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Waleska Nobre Cajazeira

Suplente: Carleane Santos Rodrigues

Representante Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos

Titular: Sérgio Barbosa dos Anjos Correia

Suplente: Lorena Correia Machado Lessa Miranda

Representante Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Titular: Wellington Guimarães Rodrigues

Suplente: Maria da Glória Miranda Santos

Secretaria Executiva de Planejamento, Gestão e Comunicação

Titular: Rafael Arley Gomes da Silva Almeida

Suplente: Luara Tuanny da Cruz Pereira

Conselho Municipal de Assistência Social e do Programa Bolsa Família

Titular: Maria Lúcia dos Santos

Suplente: Rogéria Costa Tojal dos Anjos

Conselho Municipal de Saúde

Titular: Jailson da Silva Ferreira

Suplente: Everaldo Prudente Santos

Conselho Tutelar

Titular: Manoel Messias Barroso Júnior

Suplente: Cledson das Chagas Rocha

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular: Adriana Souza Correia

Suplente: Francisco Andrade Júnior

Conselho Municipal de Educação

Titular: Valeska Oliveira Cardoso

Suplente: Luciglei Rodrigues Fonseca



Conselho Municipal de Políticas Culturais

Titular: Iria de Souza Sena

Suplente: Laércio Assis Santos

Poder Legislativo

Titular: Dyego Correia Silva

Suplente: Ana Deise Maia Santana da Silva



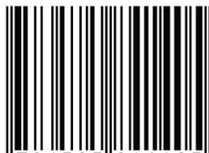


Nos primeiros anos de vida da criança, entre a gestação e os 6 anos de idade, a velocidade com a qual a criança assimila conhecimento é diretamente proporcional à quantidade de estímulos que recebe, ao ambiente no qual vive e às relações de afeto das pessoas que cuidam dela. O desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social depende desse entorno.

Assegurar os direitos a um desenvolvimento pleno, saudável e protegido como compromisso de todos, é a finalidade deste Plano Municipal pela Primeira Infância de Pão de Açúcar.

ISBN: 978-65-85841-40-5

CDL



9 786585 841405